

A guerra civil angolana como uma crise da Détente

Diogo Manuel Pereira de Matos

Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

07/2022

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Daniel Marcos.

“LABOR OMNIA VINCIT”

- Virgílio, *in Geórgicas*

Agradecimentos

A presente dissertação, apesar de resultar de um esforço de investigação e redação individual, não se poderia ter concretizado sem o apoio de três grupos de pessoas que se destacaram pelo apoio prestado.

Em primeiro lugar, devo deixar um agradecimento especial aos ilustres membros da Academia, nas figuras do professor doutor Daniel Marcos, o orientador da presente dissertação, que através do seu vasto conhecimento e longa experiência na área, me proporcionou conselhos claros e rigorosos acerca da metodologia de investigação e do professor doutor Manuel Canaveira, cujas ideias e ensinamentos contribuíram em larga medida para a estrutura conceptual da presente dissertação.

Em segundo lugar, é imperativo saudar os meus colegas de profissão, integrantes da Equipa de Convenções Internacionais do Centro Nacional de Pensões, que sempre se manifestaram disponíveis para tornar conciliável a minha prossecução do grau de Mestre, enquanto exercia a minha atividade profissional.

Em último lugar, mas de extrema relevância, um profundo agradecimento à minha família, que me despertou o interesse por esta área de estudo e me providenciou o suporte fundamental para que pudesse perseguir os meus objetivos.

Esta dissertação tem um pouco de todos vós, que nos anos particularmente difíceis que nos assolaram, ofereceram-me o vosso melhor e por isso estou imensamente grato.

A GUERRA CIVIL ANGOLANA COMO UMA CRISE DA POLÍTICA DE DÉTENTE

DIOGO MANUEL PEREIRA DE MATOS

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Política de détente, EUA, URSS, guerra civil angolana, guerras *Proxy*, África.

A presente dissertação, tem o objetivo fundamental de analisar a dimensão das repercussões que o conflito civil angolano teve na prossecução da Política de détente, celebrada no final da década de 1960, entre os Estados Unidos e a União Soviética, os dois principais contendentes pela suprema influência mundial. Com este foco em mente, recorre ao enquadramento histórico para conceptualizar a evolução das relações entre ambas as superpotências, no pós II guerra mundial, passando pela celebração da política de détente e todos os seus sucessos, não esquecendo a revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974, que se tratou do evento propulsor da onda de independência das colónias portuguesas e, o cerne da questão, a fase inicial da guerra civil angolana, que de forma imprevista, viria a danificar, relevantemente, o clima de reaproximação entre os blocos adversários, podendo ser estudada como uma das suas principais crises.

ABSTRACT

KEY WORDS: détente Policy, USA, USSR, Angolan civil war, Proxy Wars, Africa.

The present dissertation has the fundamental objective of analyzing how further the repercussions of the Angolan civil conflict contributed to the beginning of the deterioration of the policy of détente, established at the end of the decade of 1960, between the USA and the USSR, the two main contenders for the supreme influence, in the international political panorama. With this scope in mind, it resorts to the historical context and literature, to conceptualize the evolution of the relations between both superpowers, since the post-II world war period, passing the establishment of the policy of détente and all of its successes, the Portuguese revolution of April 25, 1974, that triggered the wave of independence in the Portuguese colonies and finishing on the topic of the Angolan crisis, which unpredictably caused irreversible damage to the *rapprochement* between the two adversary blocs.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I: Da Guerra Fria à cooperação internacional.....	2
I. 1. O contexto internacional – A Guerra Fria	3
I. 2. A Política de Détente: Uma concertação de poderes	4
I. 3. O fracasso da política de Détente	8
I. 4. A détente observada pelos soviéticos	9
I. 5. A segunda fase da Détente	13
I. 6. A Détente vista pela China	15
I. 7. A análise norte-americana da Détente	17
I. 8. Controlo armamentário e equilíbrio internacional.....	19
I. 9. Benefícios distintos para todos os intervenientes	24
I. 10. A guerra do Vietname e o escândalo Watergate.....	25
I. 11. O regresso da União Soviética ao desenvolvimento nuclear massivo.	27
Capítulo II: O contexto português.....	28
II. 1. A revolução de abril.....	28
II. 2. Organização do MFA no pós-revolução	29
II. 3. Uma influência perigosa	30
II. 4. A União Soviética	32
II. 5. A Europa Ocidental	33
II. 6. Os Estados Unidos	34
II. 7. A Maioria Silenciosa	35
II.8. O reforço norte-americano.....	36
II 9. O afastamento de Portugal do Grupo de Planeamento Nuclear da NATO	38
II.10. A iminência de um golpe comunista.....	41

II.11.	O 11 de março de 1975	43
II.12.	As eleições à Assembleia Constituinte	45
II.13.	O início das movimentações militares	47
II.14.	O apoio dos EUA à reestruturação das Forças Armadas portuguesas ...	49
II.15	Desfecho da situação portuguesa	50
Capítulo III: Situação Colonial.....		50
III. 1.	O contexto angolano.....	51
III. 2.	As origens do Nacionalismo angolano	52
III. 3.	A fundação do MPLA	55
III. 4.	O Nacionalismo Bakongo	59
III. 5.	O início do conflito colonial.....	62
III. 6.	O nascimento da UNITA.....	64
Capítulo IV: As intervenções externas em Angola.....		68
IV. 1.	A intervenção chinesa	69
IV. 2.	A componente sul-africana.....	74
IV. 3.	Zaire: uma busca pela influência.....	80
IV. 4.	A perspectiva norte-americana em relação a África.....	82
IV. 5.	Os motivos para a intervenção norte-americana em Angola	85
IV. 6.	Relações entre Cuba e MPLA	89
IV. 7.	A intervenção cubana em Angola no pós-25 de abril de 1974.....	92
IV. 8.	A intervenção soviética em Angola.....	96
IV. 9.	A crispação crescente e a violação do Acordo de Alvor.....	102
IV.10.	A concertação estratégica entre a Cuba e a União Soviética	105
	Conclusão – Angola, a principal crise da política de détente	114

Bibliografia

Anexos

LISTA DE ABREVIATURAS

AID – Agência para o Desenvolvimento Internacional;

AAPSO – Afro-Asian People’s Solidarity Organization (Organização para a Solidariedade entre o Povo Africano e Asiático);

ANAGOLA – Associação Regional dos Nascidos em Angola;

BETP – Base Escola de Tropas Paraquedistas;

BOSS – Bureau of State Security;

CEME – Chefe Estado Maior do Exército;

CCP – Comissão Coordenadora do Programa;

CEE – Comunidade Económica Europeia;

CIA – Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência);

COCOM - Comité Coordenador de Controles Multilaterais de Exportação;

CONCP - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas;

CPAD – Comité Preparatório para a Ação Direta;

CSCE - Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa (CSCE);

EPAM – Escola Prática de Administração Militar;

EUA – Estados Unidos da América;

FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola;

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique;

GRAE – Gabinete Revolucionário de Angola no Exilo;

GRU – Departamento Central de Inteligência Soviética;

IBM – Intercontinental Ballistic Missiles (Mísseis Balísticos Intercontinentais);

IRBM – Intermediate-Range Ballistic Missiles (Míssil Balístico de Alcance Intermédio);

JSN – Junta de Salvação Nacional;

MBFR – Mutual and Balanced Force Reductions (Redução de Forças Mútuas e Equilibradas);

MDP – Movimento Democrático Português;

MFA – Movimento das Forças Armadas;

MIRVS – Multiple Independently Targetable Reentry Vehicle (Sistema de Mísseis de Reentrada Múltipla);

MPLA – Movimento Popular para a Libertação de Angola;

MRBM – Medium-Range Ballistic Missiles (Míssil Balístico de Médio Alcance)

NLF – National Front of Liberation (Frente Nacional de Libertação do Vietname);

NPG – Nuclear Planning Group (Grupo de Planeamento Nuclear da NATO);

NATO – North Atlantic Treaty organization (Organização do Tratado do Atlântico Norte);

OUA – Organização de Unidade Africana;

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde;

PCA – Partido Comunista de Angola;

PCA – Partido Comunista de Angola;

PCC – Partido Comunista Cubano;

PCUS – Partido Comunista da União Soviética;

PCUS – Partido Comunista da União Soviética;

PIB – Produto Interno Bruto;

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado;

PM – Polícia Militar;

PRC – Partido Republicano do Congo;

RAC – Regimento de Artilharia de Costa;

RALIS – Regimento de Artilharia de Lisboa;

RPA – República Popular de Angola;

RPM – Regimento de Polícia Militar;

SADF – South African Defence Force (Forças de Defesa Sul Africanas);

SALT – Strategic Arms Limitation Treaty (Acordo para a Limitação de Armamento Estratégico);

SLBM – Submarine Launched Ballistic Missiles (Mísseis Balísticos Lançados por Submarino);

SPD – Partido Social Democrata Alemão;

UNEA – União Nacional de Estudantes Angolanos;

UPA – União das Populações de Angola;

UPNA – União das População do Norte de Angola;

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Introdução

A política de détente, estabelecida nos finais da década de 1960, entre os Estados Unidos e a União Soviética, abriu um novo capítulo na doutrina de Guerra Fria, que tinha, até então, as suas repercussões na cena política internacional. Apesar de este modelo político-estratégico oferecer uma forma de equilíbrio internacional entre as superpotências adversárias, impedindo-as de enveredarem por uma confrontação militar, o mesmo não pressupunha a remoção da dinâmica competitiva, que se refletia na preservação da produção de armamento num nível extremamente elevado, colocando, por consequente, ambos os “colossos internacionais”¹ numa perigosa rota de colisão.

Foi com o objetivo comum de estabelecer uma nova forma de equilíbrio, menos dispendiosa e corrosiva, que dotasse o globo de um maior apaziguamento, que, ambas as superpotências, acordaram adotar a política de détente, a qual viria a ficar marcada por acordos num vasto leque de áreas e, consequentemente, pela reaproximação entre os blocos rivais, de uma forma jamais observada.

Apesar de ser um projeto benéfico para todas as partes envolvidas, obtendo cada uma o seu conjunto de benefícios, diversos fenómenos internacionais e crises regionais, vieram deteriorar, progressivamente, os avanços conquistados ao longo do clima inaugurado e desequilibrar a balança central de poderes. A transição democrática em Portugal, iniciada por intermédio do golpe de Estado de 25 de abril de 1974, foi, precisamente, uma destas crises. Recebida com uma imensa surpresa pelos seus aliados ocidentais, destacando-se os Estados Unidos², viu as suas particularidades endémicas, resultarem numa sucessão de eventos que obrigaram à intervenção de ambas as superpotências, as quais não tiveram quaisquer reticências em influenciar os seus desenvolvimentos e zelar pelos seus próprios interesses, nesta área estratégica.

Para agravar o impacto da crise portuguesa sobre a política de détente, o golpe militar em Lisboa teve um péssimo sentido de ocasião, pois realizou-se num ponto de viragem da Guerra Fria, um facto que não foi tido em consideração pela liderança do MFA. Esta problemática, juntamente com diversos exemplos de instabilidade social e constitucional nos Estados Unidos e na República Federal Alemã, no primeiro caso o escândalo Watergate e no segundo o Guillaume Affair, levaram às resignações do presidente norte-americano Richard

¹ CHURCHILL, Winston, *The Sinews of Peace – Iron Curtain Speech*.

² GASPAR, Carlos, *International dimensions of the Portuguese transition*, P. 2.

Nixon e do chanceler alemão Willy Brandt, duas figuras centrais para a aplicação da política de détente, afetando consideravelmente a consistência e o empenho na vitalidade e aprofundamento desta política.

No entanto, a questão portuguesa contribuiu de uma forma especialmente preponderante para o ressurgimento da crispação internacional, devido ao facto de ter dado aso a uma crise ramificada em duas frentes: uma frente europeia, na qual se verificava uma forte possibilidade de Portugal adotar um sistema político, de índole marxista, no seio da Europa e da NATO, e uma forte possibilidade de se repercutir noutros países, tais como a Grécia, Espanha e a Itália; e uma segunda frente no continente africano³, fruto de uma onda de independências concedidas de modo desconcertado. Este facto tornou-se particularmente problemático no caso angolano, que viu eclodir uma guerra civil, na qual os três principais movimentos nacionalistas combateram pelo poder, não faltando a intervenção das superpotências e outros atores internacionais que atuaram por procuração, dotando o conflito de uma particular violência e de um palco, no qual tanto os Estados Unidos, como a União Soviética, puderam manifestar o desagrado sistémico que tinham entre si.

Com estes precedentes estruturais como pano de fundo, a presente dissertação propõe-se, fundamentalmente, a analisar de que modo é que as crises enunciadas se desenvolveram, como desembocaram na guerra civil angolana, por efeito de um nexo de causalidade, e como moldaram a intervenção de ambas as superpotências em Angola, com recurso ao subsídio de tropas por procuração. Para tal, proponho uma abordagem, organizada cronologicamente, a três problemáticas disruptivas e impulsionadoras: o golpe de Estado em Portugal, as crises internas norte-americanas e, finalmente, a guerra civil angolana como uma crise da política de détente, tendo como recursos as fontes bibliográficas, bem como diversos artigos acerca das matérias abordadas.

No final da presente dissertação, o objetivo orientador e primordial é que o leitor tenha uma resposta à pergunta: quais as repercussões da guerra civil angolana para a política de détente? Terminando com a proposta de um conjunto de elações que podemos retirar desta leitura.

³ Carlos Gaspar. International dimensions of the Portuguese transition, P. 3-4.

I

Da Guerra Fria à Cooperação Internacional

1.1. O Contexto Internacional – A Guerra Fria

Com o desfecho da segunda guerra mundial, tanto os Estados Unidos da América, como a União Soviética, viram as suas posições no panorama internacional reforçadas. Como consequência, assistimos a uma repartição do globo em duas esferas de influência: a primeira, localizada na “metade ocidental”, alinhava pelo pacto Marshall, um plano que tinha o objetivo de auxiliar na reconstrução dos países da Europa Ocidental, que intervieram na II guerra mundial, a favor dos aliados, e que durou entre 1 abril de 1948 e 30 de junho de 1952⁴. A segunda esfera de influência, baseada na área oriental, era constituída pelos países que viriam a integrar o Pacto de Varsóvia, um acordo militar formalizado apenas em 14 de maio 1955⁵, entre os países do Leste europeu e a respetiva superpotência, a União Soviética.

Devido à respetiva preponderância⁶, cada uma das superpotências ditava o rumo político na sua área de influência, tendo por base as suas próprias ideologias políticas, que contribuíam para a construção de uma identidade comum, estabelecendo os parâmetros de atuação e ambições políticas internacionais. Por motivos de incompatibilidade ideológica e por ambas as superpotências manifestarem a pretensão de expandir a sua influência geopolítica, cortando, em simultâneo, a possibilidade de crescimento da adversária, verificou-se uma manifesta dificuldade na convivência política e diplomática no “palco internacional”. Esta inconveniência inicial, rapidamente se converteu em insegurança, que veio trazer à tona a crescente possibilidade de uma terceira guerra mundial, se bem que, desta vez, com a agravante do desenvolvimento nuclear, que dotava um eventual confronto de uma destruição mútua assegurada.

Durante os 25 anos que se seguiram ao desfecho da II guerra mundial, em 1945, este contexto de crescente insegurança foi gerido precisamente com recurso à lógica de guerra fria, que dependia largamente de uma estratégia de *deterrence*⁷ bem aplicada sobre o adversário. Esta estratégia, pressupunha a dissuasão constante do adversário de empreender uma

⁴ TARNOFF, Curt, *The Marshall Plan: Design, Accomplishments and Significance*.

⁵ MASTNY, Vojtech e BYRNE, Malcolm, *A Cardboard Castle? An Inside History of the Warsaw Pact 1955-1991*, PP. 2-6.

⁶ MOREIRA SÁ, Tiago, *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa. As Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal* P. 31.

⁷ LONG, Austin, *DETERRENCE: From Cold War to Long War*, RAND Corporation, PP. 7-15.

intervenção militar e apenas surtia o efeito desejado caso se verificasse a preservação da produção armamentária e da confrontação em níveis limite, resultando numa constante ameaça entre as duas principais potências mundiais. Ainda que não houvesse qualquer aplicação prática deste armamento, o que se pretendia seria demonstrar à adversária o respetivo poderio militar, demovendo-a de qualquer interesse em enveredar pelo conflito efetivo, visto que não partia do pressuposto de nenhuma das mesmas incorrer numa guerra de grande escala.

Ora, apesar de a Guerra Fria solucionar o problema raiz, que se prendia por impedir um terceiro conflito de escala mundial, cujo nível de destruição não teria precedentes, restavam dois problemas em cima da mesa que advinham diretamente desta solução. O primeiro passava pelo clima de elevada tensão resultante da necessidade de preservar um patamar específico de crispação internacional, o que despendia energias e gerava um constante receio a nível global, visto que a eventualidade de uma guerra, de grande dimensão, se encontrava permanentemente à distância de um mero derrape de "cálculo". Este facto, tornava a política uma mera forma, temporária, de gestão do poder adversário, sendo pouco provável que pudesse vir a ser uma solução viável a longo prazo. Em segundo lugar, a *deterrence*, acarretava um desgaste extremo nas economias das respetivas superpotências participantes, sugando fundos que poderiam ser aplicados em setores estruturais.

Assim sendo, afigurava-se imperativo criar uma nova forma, mais construtiva, de implementar uma paz crescente e proteger a ordem internacional. Foi precisamente com este objetivo que, a partir da segunda metade da década de 1960, se observaram os primeiros esboços da política de *détente*⁸, um modo de relacionamento entre as superpotências, no novo ordenamento internacional, com a capacidade de se ajustar às mudanças internacionais, em curso, e preservar o equilíbrio bipolar.

1.2. A Política de Détente - uma concertação de poderes

A política de *détente*, foi precisamente o protótipo desta mesma visão, surgiu como fruto de uma aspiração ocidental, no ano de 1969 e viu a sua aplicação ser concretizada por duas figuras que ascenderam na cena política internacional e se assumiram decisivas para todos os sucessos que a mesma conquistou. A primeira foi Henry Kissinger, nomeado secretário de Estado dos EUA e a segunda, Willy Brandt⁹, eleito chanceler da República Federal da Alemanha. Ambas as personalidades desempenharam papéis centrais na elaboração e aplicação

⁸ BELL, Coral, *The Diplomacy of Détente: The Kissinger Era*.

⁹ GASPAR, Carlos, *International dimensions of the Portuguese transition*, P. 3.

da política de détente. Kissinger dedicou-se a desenvolver uma política de apaziguamento com a União Soviética, enquanto Brandt se focou na variante alemã, denominada *Ostpolitik*, que consubstanciou um meio para garantir a normalização das relações com o bloco soviético, incluindo a República Democrática, naquilo que foi uma demonstração de crescente autonomia no desenvolvimento da política internacional¹⁰.

A aceção norte-americana da política de détente ficou definida num discurso proclamado por Kissinger, segundo o qual a mesma se tratava de uma estratégia diplomática cujo objetivo seria a contenção do poder adversário, implementada conscientemente de modo a enredomar as potências revisionistas numa lógica triangular¹¹. A sua aplicação foi particularmente bem-sucedida graças a três fatores essenciais: à dissolução da rigidez nos dois blocos político-militares antagónicos, à obtenção de uma paridade estratégica relativa, por parte da URSS e, acima de tudo, à aproximação, sem precedentes, que Nixon garantiu estabelecer com a República Popular da China.

A dissolução da rigidez, no caso de Washington, deveu-se ao progressivo envolvimento no Vietname, que observaremos em maior detalhe, mas também à postura de maior independência na gestão dos negócios internacionais, da Europa Ocidental. Do lado de Moscovo a principal causa residiu obviamente na cisão sino—soviética, mas ainda na dinâmica centrífuga verificada na sua área de influência, principalmente nos casos da Roménia, Jugoslávia e Checoslováquia.

O ponto alto da aproximação entre os Estados Unidos e a República Popular da China foi a cimeira realizada em Pequim, em 1972, que reuniu os presidentes Richard Nixon e Mao Tse Tung e solidificou o reconhecimento norte-americano, dos benefícios acessórios provenientes da cisão sino-soviética. Efetivamente, a tensão que existia entre as duas potências comunistas, contribuiu preponderantemente para facilitar o papel dos EUA como pivô, numa relação triangular. A crescente divergência ideológica que opunha as duas potências comunistas, assumiu-se uma boa oportunidade para que os Estados Unidos se tornassem no “mediador” do conflito entre a URSS e a China e implementassem uma détente revigorada, que lograsse ultrapassar o risco excessivo que se fazia sentir pela confrontação constante entre potências nucleares, apresentando a possibilidade de integrar as potências revisionistas numa ordem internacional multipolar.

¹⁰ MOREIRA SÁ, Tiago, *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa. As Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal*. P. 33.

¹¹ GARTHOFF, Raymond, (1985). *Détente and confrontation*. New York: Brookings Institution.

Foi assim que a América preservou um equilíbrio triangular e foi capaz de limitar a competição bipolar, contendo a URSS e forçando-a a seguir a política de détente, porque a eventualidade de travar dois conflitos em duas áreas geográficas distintas, do seu vasto território, contra uma potência que vinha a aumentar o seu poder, bem como as hostilidades fronteiriças¹², ainda para mais, por um período de tempo indefinido, não seria do seu interesse. Já os dirigentes chineses optaram por uma perspetiva contrária à soviética e decidiram celebrar a détente com o adversário que consubstanciava o menor perigo, os EUA.

De facto, a melhoria das relações com ambas as potências comunistas e a memória bem presente da crise dos mísseis de Cuba, proporcionaram uma estratégia vigorosa, mais preponderante e dinâmica, uma condição essencial para responder às oscilações na balança de poder e possibilitar a celebração de acordos de controlo armamentário entre as duas principais potências nucleares; para a normalização, ainda que temporária, das relações económicas bilaterais, bem como para a convocação de uma série de cimeiras, ao mais alto nível, que viriam a iniciar um novo capítulo nas relações internacionais, entre Leste e Oeste.

Para garantir o sucesso da política de détente e para que não houvesse qualquer retrocesso contraproducente, afigurou-se fundamental o estabelecimento de limites ao número de cada género armamentário, bem quanto ao número de efetivos militares, de forma a garantir uma equivalência entre as capacidades militares, de ambos os intervenientes¹³. Foi com este interesse em mente, que no dia 26 de maio de 1972, em Moscovo, o presidente norte-americano, Richard Nixon e o secretário-geral do Partido Comunista Soviético, Leonid Brejnev, assinaram o Acordo Interino para a Limitação do Armamento Estratégico Ofensivo (SALT I)¹⁴. Com base na crença de que no cenário nuclear não havia alternativa ao estabelecimento de relações de cooperação, seria, então, imperativo, dar início a uma nova fase de coexistência pacífica. Neste sentido, apesar das suas diferenças ideológicas, os EUA e a URSS, comprometeram-se a inaugurar um clima internacional de apaziguamento, que permitisse a obtenção de vantagens para ambas as partes.

Além da conclusão dos acordos SALT I, as primeiras negociações MBFR (Mutual Balanced Force Reduction)¹⁵ e a Conferência de Helsínquia, assumiram-se relevantes para o aumento da segurança e cooperação na Europa, determinando a redução dos armamentos

¹² KEYLOR, William, *História do Século XX*, Lisboa, Publicações Europa – América, 2001, P. 421.

¹³ DOTY, Paul, *Strategic Arms Limitation after SALT I*, The MIT Press P. 63-72.

¹⁴ INTERIM AGREEMENT BETWEEN THE UNITED STATES OF AMERICA AND THE UNION OF SOVIET SOCIALIST REPUBLICS ON CERTAIN MEASURES WITH RESPECT TO THE LIMITATION OF STRATEGIC OFFENSIVE ARMS (SALT I).

soviéticos e norte-americanos estacionados no palco europeu. Em relação à Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, podemos deixar bem claro, à partida, que foi um dos marcos da fase de reaproximação entre superpotências, reunindo entre 1973 e 1975, na capital finlandesa, os EUA, a URSS, os Estados europeus e o Canadá, resultando do manifesto interesse de Washington e Moscovo em materializar e desenvolver a política de Détente.

Dois objetivos principais assumiram as negociações, o da União Soviética em garantir a integridade e segurança territorial, através do reconhecimento das suas fronteiras ocidentais e, em segundo, o empenho da Europa Ocidental em forçar a liberalização a Leste. As negociações foram desbloqueadas a 17 de março de 1969, quando o Kremlin apresentou uma proposta renovada para a realização da CSCE, que compreendia a participação norte-americana e apresentava, entre os propósitos estabelecidos, a melhoria das relações entre os dois blocos político-militares, o reconhecimento do mapa da Europa, como inviolável, e a confirmação inequívoca da divisão da Alemanha em dois Estados independentes e soberanos¹⁶.

A conferência culminou na elaboração de três pacotes de medidas, destinados a desenvolver a cooperação, em três áreas principais: o primeiro dedicava-se ao aumento da segurança na Europa e subdividia-se em 10 princípios básicos, para fomentar as relações entre os vários signatários. Estes 10 princípios, responderam, em larga medida, às aspirações alemãs e soviéticas, traduzindo-se no respeito pela soberania, no não recurso ao uso da força, na inviolabilidade das fronteiras, na integridade territorial, na resolução pacífica das disputas, na não intervenção em questões internas, no respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, concluindo-se com um documento que desenvolvia uma série de medidas de confiança e outros aspetos de segurança e desarmamento.

O segundo pacote, debruçou-se sobre a cooperação nos campos da Economia, Ciência e Tecnologia e Ambiente, procurou regular e integrar relações comerciais, produtivas, e criar sinergias científicas, entre todos os Estados participantes.

O terceiro e último pacote¹⁷, teve como foco a cooperação no campo Humanitário, procurando estabelecer provisões acerca das relações humanas, na sua interação com o Estado, no acesso à informação e à formação, tendo como propósito incentivar o livre fluxo de pessoas, de ideias e de informação, ao longo dos dois blocos europeus.

Em retrospectiva, podemos afirmar que a CSCE serviu, a longo prazo, para corroer a posição soviética. A disposição presente na declaração dos Direitos Humanos que previa o

¹⁶ KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva, 2002, P. 662.

¹⁷ EDWARDS, Geoffrey. *Human Rights and Basket III. Issues: Areas of Change and Continuity*, International Affairs, Vol. 61, P. 632

acesso dos cidadãos à informação e à livre circulação populacional, levou à destruição crónica da "Doutrina Brejnev", forçando a liberalização da Europa Central e de Leste. Este facto levou a que, segundo Kissinger, a CSCE, desempenhasse um papel importante na moderação da atuação soviética, o que por conseguinte, acelerou o colapso do império soviético¹⁸.

1.3.O fracasso da política de Détente

Apesar dos seus diversos sucessos, o período de vigência da Détente foi bastante curto, podendo o mesmo ser dividido em duas fases distintas. Durante a primeira fase, até 1974, prevaleceram as estratégias dos Estados Unidos, dando lugar, a partir de 1975, à transição levada a cabo pela União Soviética para uma postura mais ofensiva. Curiosamente e de forma prejudicial para o Ocidente, a revolução portuguesa teve início na intersecção desta transição internacional¹⁹.

As consequências da Détente rapidamente se sobrepuseram aos anseios da administração Nixon. Em primeiro lugar, possibilitou com que a República Federal Alemã desenvolvesse a *Ostpolitik*, adotada por Willy Brandt e Egon Bahr, após os sociais-democratas terem ganho as eleições de 1969, fator que apenas serviu para demonstrar a sua autonomia na gestão dos seus negócios internacionais, dando espaço à normalização das relações com o bloco soviético. Foi assim que, com relativa rapidez, a détente alemã se tornou num fator de sérias tensões entre Bona e Washington²⁰.

Em segundo lugar, o esforço dos Estados Unidos em promover a visão multipolar e consolidar as relações com os seus aliados europeus, causou uma nova confrontação com a França, por causa de uma iniciativa norte-americana, que proclamava o ano de 1973, como o ano da Europa²¹.

Em terceiro lugar, a détente aparentava ser uma possibilidade para levar a cabo uma alteração política radical, na Europa ocidental, bem como das “regras do jogo” da guerra fria, na política nacional, ao aceitar novamente que os partidos comunistas reintegrassem coligações governamentais, das quais estavam excluídos, desde 1947. Este fenómeno foi particularmente sentido em França, onde o Partido Socialista fortaleceu a sua aliança com o partido comunista, através da adoção do *Programme Commun de La Gauche*. Na Itália, os comunistas aumentaram a sua preponderância, de eleição, em eleição e apresentavam-se, agora, numa posição

¹⁸ BELL, Coral, *The Diplomacy of Détente: The Kissinger Era*.

¹⁹ GASPAR, Carlos, *International dimensions of the Portuguese transition*, P. 2

²⁰ KISSINGER, Henry, *White House Years*: 405-412, 949-967. New York : Little, Brown (1979).

²¹ KISSINGER, Henry (1982). *Years of upheaval* : 128-194. New York : Little, Brown.

suficientemente sólida para ultrapassar o governo democrata-cristão. Neste sentido, os líderes do centro e direita discutiam a possibilidade de um *Compromesso Storico*, que unisse os dois principais partidos italianos. No caso de Espanha, muitos anteciparam que o partido comunista seria decisivo no período de transição pós-franquista. Simultaneamente, a subida acentuada do preço do petróleo, após a guerra de Yom Kippur²², poderia precipitar as alterações eleitorais à esquerda, tanto em França, como em Itália.

Ainda assim, as indicações de alteração nas relações transatlânticas e na política europeia não foram responsáveis pela dissolução da estratégia americana de détente. A crise do Watergate afetou a atuação da diplomacia norte-americana e neutralizou a sua capacidade de intervenção. Os poderes presidenciais foram constrangidos pela crise constitucional, tanto antes, como depois da resignação de Richard Nixon e a sua sucessão pelo Vice-Presidente Gerald Ford, apenas concedeu uma relevância superior a um Congresso que estava determinado em intervir, ao máximo, no processo de decisão político. Este conflito interno viria a determinar

a primeira crise da política de détente, quando a União Soviética escolheu desistir da normalização das relações económicas bilaterais com os Estados Unidos, após o Congresso ter feito a sua aprovação contingente de alterações formais às políticas de emigração soviéticas²³.

Além de um cenário político interno bastante desfavorável, o processo de descolonização português viria inesperadamente a produzir uma crise internacional²⁴ que pode ser considerada uma das principais crises da política de détente, tal como veremos mais adiante.

1.4. A Détente observada pelos soviéticos

Em fevereiro de 1976²⁵, Leonid Brejnev, secretário-geral do PCUS, na ocasião do 25º Congresso do Partido Comunista, apresentou as medidas a adotar ao longo dos cinco anos seguintes e declarou que a détente jamais alteraria a lei fundamental comunista da luta de classes, assim como a união do proletariado a nível internacional. A partir destas declarações, desenvolveu uma noção das pretensões soviéticas, em relação à política de détente: a mesma deveria criar as condições mais favoráveis para a expansão do Comunismo, usufruindo, para tal, de um contexto internacional de paz crescente e de progressiva blindagem económica.

²² BAKHSH, Cierra, *A Brief Historiography of the Yom Kippur War*, Bakhsh, Fordham University, P. 1.

²³ JACKSON, Henry, *A life in politics* : 242-286. Seattle : University of Washington Press.

²⁴ MAXWELL, Kenneth, (2003), *The United States and the Portuguese decolonization (1974-1976)*.

²⁵ Report of the CPSU Central Committee and the immediate tasks of the Party in home and foreign policy. Delivered by Brejnev.

Para tal, seria necessário alterar a estratégia nacional, de modo a ultrapassar os problemas económicos experienciados por Moscovo, entre as décadas de 1960 e 1970, que se manifestaram, inicialmente, no abrandamento do crescimento do PIB, causado por uma incapacidade de produzir bens de consumo. Este problema viria a ser ultrapassado, mas apenas com recurso a medidas que viriam a agravar a deterioração da sua esfera de influência. Primeiro, optou por aprofundar a integração das economias dos países satélite com a de Moscovo, o que se viria a repercutir em atrasos claros para os primeiros, ao invés do progresso conjunto do bloco. Posteriormente, optou pela abertura das relações comerciais com o Ocidente, em conjunto com o desenvolvimento das relações políticas, entre os dois lados da “cortina de ferro”²⁶, o que apenas deu azo a consequências ainda mais nefastas.

A nível externo, de entre as razões que levaram a União Soviética a enveredar pela política de détente, estão a perda da sua relevância como superpotência indisputável no centro e Leste europeus, uma consequência da cisão sino-soviética, que ao remeter ambas as superpotências para uma confrontação pelo patamar de líder do mundo comunista, deu espaço aos remanescentes países comunistas para conquistarem uma maior independência face a Moscovo. A “deserção” da China do bloco liderado pelo Kremlin, com a sua emergência a solo no xadrez internacional, posicionando-se numa competição direta com Moscovo, pela liderança do mundo comunista, provocou um impacto crucial para o desequilíbrio de poder da “guerra fria”²⁷. Este desequilíbrio assumiu-se como um evento conjuntural que desbloqueou um *key player* internacional, dando, por sua vez, uma nova dinâmica à política de détente, que foi imediatamente aproveitada por Washington para se aproximar do “gigante” chinês.

Por consequente, houve uma revisão da política externa soviética, o ímpeto habitualmente característico da doutrina comunista, alicerçada na luta de classes, foi obrigado a amainar e a diminuição da tensão com o Ocidente foi colocada entre as principais prioridades, tudo de modo a dirimir a possibilidade de vir a deparar-se com um conflito de grande escala, face aos seus dois principais adversários.

Com este contexto em mente, a URSS chegou ao ponto de propor o estabelecimento de um “condomínio nuclear” aos Estados Unidos, com o fundamento de pôr um ponto final a qualquer pretensão bélica, que os chineses pudessem ter. Com esta conjectura, a necessidade de colmatar uma crise interna, bem como o desmantelamento do bloco que encabeçava, a détente Leste- Oeste tornou-se na única possibilidade de auto preservação.

²⁶ MOREIRA SÁ, Tiago, *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa. As Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal*. P.33.

²⁷ BELL, Coral. *The Diplomacy of Détente: The Kissinger Era*.

Coube ao governo de Brejnev proceder à adoção da política de reaproximação, que se viria a concretizar numa proatividade soviética na negociação com o Ocidente, em matérias de segurança no velho continente e, em particular, na revalidação das fronteiras resultantes do segundo conflito mundial. Para além da equivalência estratégica já conquistada, a URSS desejava agora transmutar a paridade militar que tinha, em influência política, de modo a conquistar uma posição mais vantajosa, nas discussões pendentes no espectro das relações Leste-oeste, nomeadamente a discussão do *Status Quo* europeu e as matérias de armamento²⁸.

A oportunidade promovida pela maior independência na elaboração da política externa europeia, manifestada inicialmente pelo exemplo francês e posteriormente pelo alemão, juntamente com a implementação, por parte dos Estados Unidos, de uma política de não intervenção, permitiu à URSS conquistar uma nova posição de cooperação com a Europa Ocidental, principalmente com a França e a Alemanha. Esta alteração teve um impacto direto no enfraquecimento da coesão ocidental, uma condição *sine qua non* para a revigoração da sua posição política. Tendo em mente todas as problemáticas enunciadas, da política externa soviética, podemos compreender o forte empenho do Kremlin na realização da Conferência de Helsínquia.

A curto prazo, a União Soviética foi realmente a superpotência que teve mais a ganhar com a política de détente. De entre os benefícios colhidos são de salientar a sucessão de ganhos na área económica, tecnológica e ainda na agrícola - a escassez de milho pôde ser solucionada através da importação deste cereal, desde os Estados Unidos, com o benefício de um preço mais favorável, mas também por um acordo marítimo inédito celebrado com este país, concluído em 1972, fruto da crescente comunhão internacional. Este acordo foi o terceiro proponente para promover as trocas comerciais entre ambas as superpotências e veio permitir com que os soviéticos pudessem movimentar 3 milhões de toneladas métricas, de cereais, recorrendo a cargueiros nacionais, ao invés de terem que recorrer a navios de países terceiros para o mesmo efeito, poupando cerca de 40 milhões de dólares. Com o controlo de todas as fases do processo de importação de artigos norte-americanos e exportação dos produtos nacionais, a URSS conseguiu salvaguardar o valor da sua moeda.

Com a reaproximação, os soviéticos conquistaram, igualmente, acesso a tecnologia e equipamento que anteriormente estava interdito, devido à sua aplicação estratégica. O relaxamento do controlo das exportações, no que dizia respeito ao equipamento tecnológico

²⁸ Foi a partir da alteração da postura soviética e aproximação com os EUA que a principal conquista da política de Détente foi obtida, a assinatura dos acordos de limitação do armamento estratégico, SALT I.

norte-americano, tornou-o acessível à União Soviética, com o Comité de Coordenação e Controlo das Exportações Multilaterais (COCOM)²⁹ e os controlos unilaterais norte-americanos, a aliviarem, progressivamente, as restrições³⁰. Em 1972, apesar de o Congresso ter introduzido um aditamento, que proibia expressamente a exportação de materiais estratégicos para os países comunistas, a definição dos artigos proibidos foi de tal forma restringida, que o número de artigos a serem exportados aumentou. Fruto desta liberalização, produtos de aplicação militar, nomeadamente computadores de terceira geração, o ICL1906S, o ICL1903S, o CDC6200 e um IBM-360/50; assim como diversos gravadores de vídeo, desenvolvidos originalmente graças a programas norte-americanos de financiamento à investigação, lograram chegar à URSS.

Graças às exportações de produtos terminados, por intermédio de acordos na área da ciência e tecnologia, Moscovo pôde modernizar a sua indústria e aumentar a sua produtividade, tanto no campo militar como no civil. Com o sucesso das negociações para a produção dos avançados semicondutores, os soviéticos conseguiram desenvolver sistemas eletrónicos e diversos instrumentos, que foram aplicados em armas altamente avançadas. Esta abertura no sector tecnológico, assumiu-se como um veneno para os Estados Unidos, que perderam o monopólio na produção de circuitos impressos, ou pacotes de circuitos encapsulados, tendo ainda que fazer face às críticas arremessadas por diversas empresas nacionais, do sector. A indústria pesada também recebeu apoio tecnológico dos Estados Unidos, o exemplo mais específico foi o desenvolvimento do complexo de camiões da KamAZ³¹, através do qual os soviéticos tiveram a perspicácia para criarem aquela que viria a ser a fundição mais avançada do Mundo. Em setores mais específicos como na exploração de gás e crude, a tecnologia norte-americana também se demonstrou diferenciadora, particularmente na perfuração e prospeção em condições exigentes, tal como em solos permafrost no Ártico ou em plataformas Offshore.

Toda esta compra de maquinaria e alta tecnologia ocidental, foi um investimento que apenas pôde ser concretizado com recurso a planos de crédito disponibilizados pelos Estados Unidos, tanto por instituições privadas, como governamentais, como foi o caso do Eximbank³², que oferecia condições cativantes, até mesmo melhores do que aquelas oferecidas à Europa

²⁹ HENSHAW, John H., *The Origins of COCOM, Lessons for Contemporary Proliferation Control Regimes*. PP.1-21. O COCOM foi estabelecido nos primeiros cinco anos seguintes ao fim da segunda guerra mundial, com o propósito de colocar um embargo comercial aos países integrantes do COMECON.

³⁰ The impact of technological transfer on the USSR – C.I.A.

³¹ KESARIS, Paul, *The Soviet Union: Special Studies, 1970-1980*. P.4.

³² Este banco assumiu uma preponderância particular para a *Détente*, graças às suas funções de facilitação das importações e exportações, trazendo à luz vários projetos soviéticos.

Ocidental e ao Japão. Nos finais de 1972 e com grande contraste, em comparação aos anos anteriores, mais de 800 milhões de dólares em créditos norte-americanos, de curto, médio e longo prazo, foram disponibilizados à URSS. Um ano depois, no final de 1973, esta soma cresceu para um valor na ordem dos 1.400 milhões de dólares, a grande maioria sendo créditos de baixos interesses, proporcionados pelo governo de Washington. A decisão de abrir a janela do Eximbank e disponibilizar créditos com interesses altamente competitivos, assinalou o início de uma nova era nas relações económicas norte-americanas e soviéticas e criou, de igual modo, uma aura de excitação que atraiu diversos banqueiros e financeiros sedentos de entrar ou expandir as relações financeiras com a URSS.

As companhias americanas foram capazes de providenciar à URSS equipamento tecnológico e conhecimento especializado, para desenvolver projetos de grande escala. Em simultâneo, o acordo em matérias de ciência e tecnologia³³, levou à conclusão de mais de 20 acordos entre as agências soviéticas e firmas privadas, que delineavam uma cooperação geral, ao nível da investigação e agendamento de visitas de delegações dos respetivos países, partilha de informação, processos, conhecimentos técnicos e ainda de diversas licenças que aceleravam os processos burocráticos. Apesar de não terem sido realizados envios de material bélico, as alterações das relações entre as superpotências, no âmbito da détente, criaram ainda o contexto para os soviéticos desenvolverem a sua capacidade militar.

Foi graças ao período inaugurado que surgiu a possibilidade de desenvolvimento económico, com base no estímulo ao consumo, para tal a importação de bens ocidentais, principalmente de tecnologia altamente avançada, juntamente com o fim das tarifas sobre as exportações soviéticas, possibilitou o progresso económico e tornou constatável que a política de détente se afigurou extremamente benéfica para a URSS.

1.5. A segunda fase da Détente

Apesar de todos os sucessos que a política de Détente proporcionou, em particular para a União Soviética, nos finais de 1974, a quase paralisação das políticas norte-americanas, após a exoneração de Nixon, juntamente com a sobreposição das tensões transatlânticas e a crise nas relações entre as duas principais potências internacionais, levou a liderança soviética a reavaliar a correlação de forças e optar por implementar estratégias mais ofensivas. A estratégia soviética de détente, foi uma tentativa de consolidar as vantagens adquiridas ao longo da vigência da

³³ The impact of technological transfer on the USSR – C.I.A.

détente bipolar e europeia³⁴, da CSCE, bem como da consolidação da esfera soviética na Europa e ainda explorar novas oportunidades de expansão.

A força crescente dos partidos comunistas da Europa ocidental, nomeadamente em França e Itália, foi uma alteração importante em países-chave, ainda que, enquanto as tensões aumentavam entre Moscovo e os “Eurocomunistas”, o centro soviético experienciase dificuldades substanciais em assertar a sua autoridade sobre os partidos comunistas italiano, espanhol e francês³⁵. Outras oportunidades de intervenção assumiram-se interessantes, tal como o Vietname e Portugal, que se encontrava com uma situação revolucionária emergente, após o golpe de Estado, na vertente europeia e nas suas possessões africanas, nomeadamente em Angola, fruto do início do processo de descolonização³⁶. A ofensiva militar norte-vietnamita teve início em janeiro e foi totalmente apoiada pela União Soviética e a unificação do Vietname, sob o auspício comunista, foi conquistada 4 meses mais tarde, em abril de 1975. Esta assumiu-se uma vitória sem precedentes, conquistada pelos aliados vietnamitas, contra os Estados Unidos e a China e, simultaneamente uma ofensiva paralela foi lançada em Lisboa e em Luanda. Estas intervenções não colocaram qualquer entrave aos convénios da conferência de Helsínquia, à aprovação do Acto Final, em agosto, nem à marcação de uma cimeira americano-soviética, entre o novo presidente dos Estados Unidos e o Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, que se expectava vir a ter lugar algures em 1975³⁷. Assim, a crise portuguesa que se desenrolou durante o período de transição da détente americana para a soviética, tornou-se numa engrenagem indissociável do processo internacional.

A crise dos mísseis de Cuba, que se assumiu como o pico de maior tensão do período de Guerra Fria, em 1962, trouxe à tona, de um modo bastante real, a hipótese de um embate nuclear, entre superpotências e serviu para demonstrar aos líderes soviéticos, que o seu poder no espectro militar convencional, não tinha qualquer equivalência no espectro estratégico nuclear, havendo uma excessiva assimetria. Assim sendo, o Kremlin optou por adotar um projeto de desenvolvimento nuclear, com o objetivo explícito de alcançar uma paridade estratégica com os EUA. Este programa soviético direcionou-se principalmente ao desenvolvimento de mísseis balísticos de médio alcance, essencialmente destinados ao palco europeu, com o intuito geral de alterar a correlação de forças estratégicas no “velho continente”

³⁴ GELMAN, Harry, (1984), *The Brezhnev Politburo and the decline of détente*. Cornell University Press.

³⁵ TIMMERMAN, Heinz (1987), *The decline of the world communist movement*.

³⁶ BOVIN, Alexandre, *Six months of the Portuguese revolution*, New Times (Moscow) 43, October 1974.

³⁷ DOBRYNIN, Anatoliy, (1995), *In Confidence: Moscow's Ambassador to America's six Cold War Presidents (1962-1986)* : 335-348.

e, deste modo, perturbar a coesão da Aliança Atlântica. Em paralelo, o Kremlin apostou no incremento de mísseis intercontinentais destinados a estabelecer um sentimento de vulnerabilidade nos EUA. Durante a segunda metade da década de 1960, a nova política militar soviética levou ao triplicar do número dos seus mísseis IBM, em bases terrestres e à expansão do número de SLBM. Posto isto, enquanto em 1962, os Estados Unidos possuíam 294 mísseis de alcance intercontinental, em comparação com 75 da União Soviética, em 1969 o arsenal soviético destes mesmos mísseis somava 1050, em relação aos 1054 dos Estados Unidos. No período homólogo, a força submarina soviética, ultrapassou a força americana de 656 mísseis lançados por submarino, desafiando de igual modo a superioridade dos Estados Unidos no que dizia respeito aos mísseis de longo alcance.

Com uma troca de papéis intempestiva, a URSS logrou igualar e em alguns patamares, até mesmo ultrapassar, o portento militar norte-americano, alcançando o que viria a ser denominado, por Richard Nixon, de “equivalência essencial” das suas forças estratégicas³⁸.

1.6. A Détente vista pela China

Os chineses adotaram uma perspetiva maoísta face à détente, como desde já observámos, Mao Tse Tung e Chou Enlai optaram por celebrar esta política com o adversário que assumia o menor perigo, neste caso, os EUA, contra o mais perigoso, que se assumia a União Soviética. As relações entre os regimes comunistas vinham-se a deteriorar, registando-se uma tensão crescente, despoletada por uma série de eventos, dos quais foram exemplos, a cedência do Kremlin, como líder do “Mundo Comunista”, face ao Ocidente, aquando da crise dos mísseis de Cuba, que desencadeou a primeira vaga de criticismo em Pequim. Em segundo lugar, a invasão de Praga pelo exército vermelho, nos dias 20 e 21 de agosto de 1968³⁹, levou a que os chineses temessem que este incidente viesse a abrir um precedente para posterior intervenção no território chinês. Em terceiro lugar, o desenvolvimento do *Eurocomunismo* levou a reações opostas em Moscovo e em Pequim, a crescente independência dos partidos comunistas da Europa Ocidental, face ao Kremlin, ditava o enfraquecimento do Comunismo na Ásia. Finalmente, a situação agravou-se, com a eclosão do conflito entre a China e a Índia e a conseguinte demonstração de apoio da URSS a Nova Deli, que serviu para amargar a pouca estima que a China já demonstrava pela União Soviética.

³⁸ NELSON, Keith L., *The Making of Détente: Soviet-American Relations in the Shadow of Vietnam*, John Hopkins University Press, PP. 91-118.

³⁹ MOREIRA SÁ, Tiago, *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa. As Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal*. P. 34.

Todos estes fatores somados contribuíram para o enfraquecimento das relações entre as duas superpotências comunistas, que culminariam na crise sino-soviética de 1969⁴⁰, que veio exaltar o receio pela iminência de uma grande guerra, entre ambas as potências vizinhas. No decorrer deste período de maior tensão, que durou entre março e setembro de 1969, ocorreram hostilidades nas áreas fronteiriças, sendo de salientar os casos de Chenpao, onde se sucederam as primeiras disputas territoriais, mas também da província de Xinjiang. Os confrontos sucederem-se e manteve-se em cima da mesa a possibilidade de Moscovo fazer uso do seu arsenal nuclear, contra Pequim. Além dos confrontos, os soviéticos utilizaram outros meios de ameaça ao regime chinês, recorrendo nomeadamente a simulações de ataques aéreos a diversas cidades chinesas, perpetrados pela Força Aérea soviética.

No que diz respeito à relação com Washington, tal como os soviéticos propuseram um "condomínio nuclear" aos EUA, assim os chineses fizeram a sua própria sugestão, abordando os Estados Unidos, com o intuito de um eventual esforço militar conjunto para levar a cabo um ataque à URSS, primeiro porque se tratava de um inimigo que ambas pretendiam neutralizar, em segundo, procuravam dar resposta às vozes críticas da política de détente, que se faziam escutar na China.

Com todos estes detalhes em mente, em 1969, a liderança chinesa acreditava ter motivos suficientes para elevar a União Soviética ao patamar de adversário de maior perigo. Independentemente de qualquer partilha ideológica que existisse entre os seus regimes, o conflito entre Moscovo e Pequim transitou do que era inicialmente um diferendo ideológico, para uma confrontação militar efetiva.

Os Estados Unidos iniciaram a aproximação a Pequim, em maio de 1969⁴¹, altura em que começaram a ficar crescentemente preocupados com um eventual ataque soviético à China e com o impacto que o mesmo poderia ter no equilíbrio global, de tal modo que se dedicaram a evitar que tal acontecesse. A abordagem inicial passou por travar conversações e levar a cabo pequenos avanços nas suas relações, seguiu-se o levantamento do embargo aos produtos chineses, em Hong Kong. Em julho de 1971, Kissinger viajou secretamente até Pequim, onde se encontrou com o primeiro-ministro chinês, Chou En-Lai. Da parte chinesa, compreenderam o interesse da contraparte americana e decidiram pedir um encontro ao mais alto nível com o presidente Nixon, que foi posteriormente alargado a uma semana, entre 21 e 28 de fevereiro de

⁴⁰ GERSON, Michael L., *The Sino-Soviet Border Conflict: Deterrence, Escalation and the Threat of Nuclear War in 1969*.

⁴¹ DO, Jein, *The Making of a Cold War Turning Point: The Sino-Soviet Split and the Prelude to Détente with the United States, 1965-1968*. The Korean Journal of International Studies Vol. 12-1 (June 2014), 113-136.

1972, durante a qual o presidente norte-americano se reuniu com Mao Tse Tung. Ao longo dos 8 dias que a comitiva norte-americana esteve na China, Nixon, Kissinger, Chou e Mao Tse Tung, levaram a cabo conversações sobre a normalização das relações interestaduais que culminariam no célebre comunicado conjunto dos Estados Unidos da América e da República Popular da China⁴².

No exemplo chinês, a política de détente criou o contexto propício para a reaproximação com os EUA, destas conversações resultou a implementação de uma coexistência pacífica, que reduziu a ansiedade constante que emanava da confrontação face ao bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos, garantindo uma comunicação mais aberta e clara entre as duas potências, permitindo com que a nação conquistasse uma melhor posição estratégica, graças à maior cooperação na relação triangular. O clima de crispação que se fazia sentir, provocado pela crise sino-soviética, foi posto de parte porque os soviéticos não queriam sacrificar a política em prática, perdendo acesso aos benefícios que dela advinham.

Assim, esta política foi capaz de afastar a possibilidade de uma guerra total de grande escala, entre as potências comunistas, melhorando a “convivência” entre os Estados Unidos e a China.

1.7. A análise norte-americana da Détente

Os Estados Unidos, viram o seu estatuto dominante abalado pela paridade militar conquistada pela URSS e compreenderam que a necessidade passaria pela gestão desta equidade, com a finalidade de garantir a liderança do movimento nuclear. Para tal era necessário que a administração Nixon lograsse planear uma retirada da Indochina⁴³ e em segundo lugar, definisse uma política para o período pós-Vietname, que evitasse a repetição de insucessos semelhantes. Objetivamente, a nova direção política de Washington deveria passar pela redução da sua intervenção externa, garantindo ao mesmo tempo a preservação da sua liderança na contenção do comunismo.

A solução para ambos os problemas, passou pela formulação de um plano, que seria prosseguido em paralelo com a política de détente. Apresentado pelo presidente norte-americano, em julho de 1969, em Guam, a política viria a ficar conhecido por Doutrina Nixon. Os princípios gerais foram atingidos, as tropas norte-americanas estacionadas na Indochina,

⁴² YANG, Xinye. *Henry Kissinger and The Shanghai Communiqué: The Man Who Facilitated the Opening To “China” and Changed the World*.

⁴³ MOREIRA SÁ, Tiago, *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa. As Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal*. P. 37.

foram relocadas no Vietname do Sul e esta desmobilização foi acompanhada pela afirmação do princípio de que os aliados envolvidos, em conflitos militares, teriam de assumir a responsabilidade pela sua própria defesa, ainda que Washington disponibilizasse, eventualmente e de forma limitada, apoio económico e militar, de modo a reduzir as intervenções no estrangeiro. Nixon encarregou-se, ainda na apresentação oficial da nova orientação política, de esclarecer até que ponto os EUA estariam abertos a intervir nos conflitos externos. Nas suas palavras, os Estados Unidos participariam na defesa e desenvolvimento dos seus parceiros, mas a América não iria conceber todos os planos, executar todas as decisões e responsabilizar-se por toda a defesa das nações livres do mundo. O auxílio seria prestado apenas quando a intervenção tivesse um impacto real e servisse os propósitos norte-americanos⁴⁴.

Este posicionamento, assumiu uma ambivalência entre uma restrição à atividade externa e persecução da cooperação internacional, motivada pela détente e pelas alterações recentes da balança central de poder. A equivalência essencial, atingida entre os EUA e a URSS, obrigou os norte-americanos a procurar novos meios para aumentar a sua preponderância face aos soviéticos. O contexto de equilíbrio estratégico, tornava a negociação com a URSS, não só a melhor opção em cima da mesa, mas uma necessidade imperativa. A política de détente não só partiu da iniciativa norte americana, como teve por base um processo consciente, posto em prática por um grupo seletivo de teóricos políticos, tendo em conta a persecução de objetivos específicos, através de passos calculados à priori e que foram contra as expectativas da sua esfera social⁴⁵.

Além do novo posicionamento internacional, norte-americano, bem como da política de détente, foi introduzido um novo princípio denominado, *linkage*⁴⁶, que tal como o próprio nome indica, tinha o objetivo de estabelecer uma ligação entre todas as problemáticas que estivessem relacionados com as relações entre os EUA e a URSS, de modo que o sucesso das negociações referentes a um tema, facilitasse o acordo noutra área. Este método foi especialmente eficiente para aprofundar a cooperação entre ambas as superpotências, permitindo com que a URSS mantivesse o seu interesse na política de détente.

⁴⁴ Para uma análise mais detalhada ler GIRLING, J.L.S. *The Guam Doctrine* (Oxford University Press).

⁴⁵ BELL, Coral, *The Diplomacy of Détente, The Kissinger Era*.

⁴⁶ Washington pretendeu desde logo utilizar as negociações SALT I como uma alavanca para uma retirada, com maior dignidade, do Vietname - Ver Richard Nixon. *The Memoirs*. P.3 Strategic Arms Limitation Talks (SALT).

Tal como o contexto internacional foi favorável para os EUA aprofundarem as suas relações com a URSS, também contribuiu para que se registasse uma aproximação entre os EUA e a China. A cisão sino-soviética permitiu com que a administração Nixon pudesse desenvolver a relação triangular, que observámos anteriormente e que ficou completa com a atração do colosso asiático para a cena política internacional. Segundo Kissinger⁴⁷, o objetivo estratégico norte-americano passava por transformar um mundo organizado em torno das duas superpotências da guerra fria, num triângulo e, em seguida, lidar com o triângulo de modo a desenvolver relações mais próximas com cada um dos seus catetos, do que cada um deles entre si, maximizando dessa forma o proveito norte-americano. Esta foi uma nova dinâmica que veio transformar, por completo, a posição geopolítica de Moscovo, ao consolidar uma coligação tática das duas potências, contra o Kremlin. Além do mais, o povo chinês consubstanciava-se vital e nenhuma ordem internacional, estável e duradoura, poderia estar concluída sem que se verificasse a integração de uma Nação com mais de 700 milhões de pessoas.

1.8. Controlo armamentário e equilíbrio internacional

A estratégia de détente requeria que houvesse um equilíbrio de poder, caso contrário, perderia a sua viabilidade. Pelo que era fundamental que a paridade militar fosse concertada, por intermédio de um acordo negociado e ratificado por ambas as partes, de forma a estipular um verdadeiro controlo do armamento, no que dizia respeito ao número e ao género, convencional e nuclear. A primeira iniciativa neste sentido ocorreu precisamente durante a Administração de Lyndon Johnson⁴⁸, na qual tiveram lugar as discussões inaugurais sobre os SALT, porém, devido à ocupação da Checoslováquia, em 1968, por parte do exército vermelho, as mesmas saíram goradas.

Os Estados Unidos dedicaram-se, intensamente, a reduzir a produção de armamento, o que levou a um problema interno, esta redução começou a ser vista, pela opinião pública, como uma atitude negligente na gestão da segurança nacional. A limitação não era um critério obrigatório para que a política de détente fosse eficiente, mas tinha dois benefícios acessórios: o excedente orçamental que gerava e a maior segurança de que dotava a aproximação entre superpotências⁴⁹. Em terceiro lugar, podemos afirmar, perentoriamente, que ao aceitar limitar a produção de armamento nacional, é mais perceptível o grau de empenho das superpotências

⁴⁷ KISSINGER, HENRY. *Years of Upheaval* (Little Brown & Co.).

⁴⁸ COLMAN, Jonathan, *The Foreign Policy of Lyndon B. Johnson*. P.116-120. Edinburgh University Press.

⁴⁹ SOKOV, Nikolai. *US-Soviet Arms Control During Détente: Lessons for the Present*. P.5. September 2019.

em garantir a preservação de melhores relações, visto que se estavam a colocar a si próprias numa posição de vulnerabilidade face aos seus principais adversários. A redução do armamento era então uma forma interessante para tornar o mundo menos perigoso e acabou por ser um dos resultados mais relevantes desta política.

Com esta ideia em mente, a necessidade passava por estabelecer o compromisso com a União Soviética, que tinha a tradição contrária de manter uma elevada produção armamentária, tradição esta que vigorou tanto no período czarista, como no socialista⁵⁰. No entanto, a conjuntura internacional tornava interessante para os soviéticos controlar a produção de armamento, especialmente tendo diante de si uma potência industrial, como os EUA. Primeiro, porque se das relações tensas se desencadeasse um conflito efetivo, sem imposição de quotas armamentárias, os soviéticos muito provavelmente perdê-lo-iam, visto que não assumiam a liderança na produção tecnológica militar, muito menos na de última geração, que incluía computadores e lasers, nem tinham a mesma capacidade de manter uma elevada produção industrial ao longo de um período sem fim à vista, o que favoreceria largamente os norte-americanos. Tal como a História comprova, sempre que a economia norte-americana entrou em recessão foi devido à falta de procura e não à falta de oferta, ao passo que a economia soviética revelava uma precariedade de recursos.

Prova do receio soviético em relação ao poderio chinês foi a rejeição, por parte dos russos, do desmantelamento dos sistemas de mísseis antibalísticos, nos acordos SALT de 1972, uma vez que esta aceitação pressuporia a remoção do sistema Galosh⁵¹, implantado em Moscovo, que ao não assumir perigo para os EUA, dado os avanços tecnológicos da superpotência, conseguiria intercetar um míssil ofensivo chinês. Com a preocupação soviética, devido ao crescente aumento de tensões nas suas fronteiras imediatas, a URSS encetou uma aproximação aos EUA e a primeira concretização palpável deste princípio foi a conclusão dos acordos SALT⁵², a peça central da Cimeira de Moscovo e uma das expressões máximas da détente. Formalmente, o acordo SALT tinha como alcance o controlo do armamento nuclear-estratégico, contemplando duas componentes fundamentais: os mísseis antibalísticos e o armamento ofensivo. Mas, ao fim ao cabo, a verdadeira relevância deste acordo era política, conectando os interesses dos EUA e da URSS. Os soviéticos aproveitaram o acordo para proporem a criação de uma superaliança, contra as restantes potências nucleares, que no fundo

⁵⁰ BELL, Coral, *The Diplomacy of Détente*, The Kissinger Era. P.57.

⁵¹ Idem.

⁵² A União Soviética e os Estados Unidos, concluíram os acordos SALT com a determinação de que na era nuclear não havia alternativa à condução das suas relações mútuas, numa base de coexistência pacífica - Raymond Garthoff. *Détente and Confrontation*, P.327.

tinha o intuito de mascarar a verdadeira pretensão, a formação de um condomínio que contrariasse o poderio chinês. Como é óbvio, tendo em conta que a criação desta aliança iria contra os princípios do código de conduta da NATO e visto que esta organização integrava ainda outras duas potências nucleares, os EUA rejeitaram prontamente a proposta e informaram os governos dos restantes Estados membros de que os acordos SALT, não iriam levar à criação de tal condomínio.

Outro ponto abordado nestas negociações, passou pela definição da técnica a ser implementada para estipular os tetos máximos da produção armamentária⁵³. Para tal, definiu-se que seria registado o número de cada género de armamento, presente nos arsenais de cada uma das forças adversárias e a partir daí os valores registados assumir-se-iam o limite máximo que as superpotências poderiam deter de cada arma. Após este ponto de partida, a intenção seria reduzir os números, progressivamente, sem que se voltasse a atingir os valores inaugurais. No que diz respeito aos mísseis antibalísticos, decretou-se os respetivos desmantelamentos, com a devida exceção para dois sistemas principais, nomeadamente o Russian One Round, localizado em Moscovo e o American One Round ICBM, implantado nas facilidades do Dakota do Norte, continuando, apenas estes, operacionais. Adicionalmente, através do Interim Agreement on Offensive Arms, foi imposto um congelamento do número de lançadores implementáveis, nestes mesmos tipos de mísseis, que serviam para aperfeiçoar a sua performance. Noutra nota, é ainda de salientar que o controlo restringiu ainda os mísseis balísticos lançados a partir de submarinos, denominados SLBM, aos quais se aplicou a mesma estipulação. Os Estados Unidos e a União Soviética concordaram em continuar a fazer uso dos mesmos, sendo que ambas as partes determinaram que, a partir de Julho de 1972, não reatariam a construção de novos ICBM, tendo os Estados Unidos à época, 1.054 lançadores e a União Soviética, 1.618.

Os acordos de Vladivostok, de 1974, vieram alargar a limitação a um novo grupo de armamento, os MIRVS⁵⁴, um sistema de mísseis capaz de atingir diversos alvos com um só disparo. Esta forma de planeamento faseado da redução armamentária, para além de pragmática, assumiu-se mais decisiva do que qualquer outra anteriormente idealizada, com ambos os adversários a dedicarem-se ao cumprimento das disposições.

Para além da redução e estipulação do número máximo de armas, este acordo foi fundamental para que se verificasse igualmente uma equivalência entre o próprio tipo de

⁵³ BELL, Coral, *The Diplomacy of Détente, The Kissinger Era*. PP. 54-79.

⁵⁴ The Vladivostok Arms Control Agreement, *Bulletin of the American Academy of Arts and Sciences*. Vol. 28, February 1975, PP. 4-15.

armamento, tanto convencional, como nuclear. Para que houvesse um verdadeiro controlo, era crucial que se aumentasse a transparência, abrindo a possibilidade de escrutínio internacional à produção de armamento. Neste contexto, quando avaliada a proporção entre cada tipo de armamento, pertencente às duas potências, observou-se que o número de tanques assumia a maior discrepância. O rácio utilizado para determinar quais seriam as forças mínimas necessárias para levar a cabo um ataque militar bem-sucedido, foi fixado em 3 para 1 e, no que diz respeito às forças blindadas soviéticas, estas apresentavam precisamente o valor em causa. Mais uma vez, a justificação soviética, para este facto, foi a necessidade de ter capacidade para responder à eventualidade de um ataque, perpetrado pelo seu adversário fronteiriço, a China, uma preocupação que foi compreendida no Ocidente.

Enquanto a redução da produção de armamento nos EUA, levou à consequente redução dos gastos públicos na defesa, que representavam 15% do PIB da NATO, entre 1952 e 1953, levaram a cabo uma posterior redução para 6%, apenas com um ligeiro aumento nos anos correspondentes à guerra do Vietname. Com os acordos SALT I, o objetivo era então reduzir as despesas da Defesa dos 6% para os 5%⁵⁵. Em relação à União Soviética, até ao ano de 1976, os relatórios da C.I.A revelavam que as despesas do setor da defesa, ascendiam a um valor entre os 6% e os 8% do seu PIB, subindo, a partir de 1976, para os 13%, devido ao desfecho da guerra civil angolana e deterioração das relações entre superpotências.

Em relação aos efetivos militares, ao compararmos os salários das tropas da NATO e das do Pacto de Varsóvia, podemos perceber que os salários das segundas eram muito inferiores aos das primeiras. Além da desigualdade salarial, os militares soviéticos tinham que se sujeitar a estilos de vida precários, ao passo que as forças da NATO, se haviam progressivamente convertido em militares de carreira, relativamente bem remunerados, com variados quadros de elevada patente e acesso a condições de vida acima da média. Por estes motivos, a União Soviética tinha capacidade para reunir um exército de grande dimensão, despendendo menos recursos, do que aqueles que seriam necessários para cumprir com os critérios ocidentais. Para fazer face a este desnível, seria necessário que o governo norte-americano conquistasse a aprovação de um aumento de fundos destinados ao sector da Defesa, o que iria contra as reivindicações do eleitorado, que exigia a redução das despesas para os 5% do PIB. Tendo em conta todas estas problemáticas, podemos compreender que a única forma de os EUA conseguirem garantir uma paridade nesta área, reduzindo ao mesmo tempo os encargos para 5%, seria justamente com a celebração do acordo SALT I, comprometendo ambas as potências

⁵⁵ Coral Bell. *The Diplomacy of Détente, The Kissinger Era*. PP. 54-79.

a manter o equilíbrio entre a sua componente militar. Como resultado e tal como podemos constatar com a observação do gráfico no **anexo 1**⁵⁶, no ano de 1975, foi conquistado o equilíbrio decisivo entre a União Soviética e os Estados Unidos, relativamente ao número de armas nucleares.

Do ponto de vista norte-americano, os acordos SALT I foram vistos como instrumentais para a resolução favorável de problemas prioritários, nomeadamente da catastrófica intervenção no Vietname, no Médio Oriente, onde Washington intervinha a favor do seu principal aliado regional, Israel e as crises periódicas que advinham do contexto de repartição de Berlim. Segundo Kissinger, os SALT I tinham uma lógica geopolítica clara, a de reduzir a crispação no decurso do controverso processo de retirada do Vietname e, simultaneamente, conceder aos soviéticos um incentivo, para que estes se moderassem em questões que começavam em Berlim e iam até à situação no Médio Oriente. Por este motivo, a Administração Nixon adotou uma atitude tática de prolongar as negociações, usando-as como incentivo à cooperação soviética nas outras áreas do relacionamento Leste–Oeste.

Já do lado soviético, os acordos SALT foram entendidos como um meio de aproveitar a paridade estratégica alcançada, para o estabelecimento de uma paridade no espectro político internacional. Simultaneamente, o Kremlin pretendeu utilizar estas negociações como incentivo para uma abertura dos dirigentes norte-americanos a um acordo mais vasto no campo nuclear, o já mencionado “condomínio nuclear” direcionado contra a China, que acabou por ser rejeitado.

Em suma, para além dos benefícios técnico-militares, como a redução das tensões a nível internacional, os acordos SALT desencadearam a cooperação noutras matérias de grande relevância para as relações Este-oeste, nomeadamente em relação às trocas comerciais e cooperação científica. Com a criação de um clima internacional mais favorável, ambas as superpotências tiveram as condições necessárias para fazer frente a crises do foro nacional. Os Estados Unidos tiveram a possibilidade de levar a cabo uma retirada do Vietname mais tranquila, numa altura em que o descontentamento social com a administração, havia atingido o seu pico. Graças aos benefícios inaugurados pelos SALT, a URSS pôde desenvolver a sua economia, também com base nos empréstimos das instituições credoras norte-americanas, destinadas a fomentar as exportações e importações.

⁵⁶ Amount of Nuclear Warheads in the Arms Race: uma comparação entre Estados Unidos e a União Soviética.

1.9. Benefícios distintos para todos os intervenientes

Nos três países integrantes da dinâmica de détente, fizeram-se escutar diversas opiniões críticas, que apontavam os vícios desta política. Nos casos norte-americano e chinês, o *Establishment*⁵⁷ político e os quadros militares, assumiram-se os setores que mais expressaram a sua angústia, afirmando que esta política apenas facilitaria a obtenção de ganhos estratégicos para a União Soviética. Se tivermos em conta as posições inaugurais das respetivas potências e as posições em que se encontravam em 1974, podemos realmente constatar que a União Soviética foi a potência que teve um melhor desenvolvimento, superando uma grave crise económica interna e vendo a ameaça chinesa a diminuir na sua fronteira.

No entanto, os benefícios não foram apenas conquistados pela URSS, no caso norte-americano, o objetivo primordial foi alcançado, o de transmutar a ordem internacional saída da guerra fria, numa ordem na qual reinava um maior apaziguamento, propícia para a celebração de diversos acordos nas mais variadas áreas de interesse. Noutra nota, quando se registou uma progressiva radicalização em Portugal continental, os EUA lograram garantir a sua preservação na esfera ocidental, sem que emergisse uma guerra civil e sem que fosse necessária uma intervenção militar externa.

Finalmente, a China logrou a normalização das relações com os Estados Unidos, observou o relaxamento do embargo sobre os seus produtos turísticos e a emissão de um comunicado conjunto, entre os líderes de ambos os países, que consolidava a mudança de tom e as visões comuns em relação às linhas orientadoras da política internacional. Obviamente, registou ainda o relaxamento das tensões fronteiriças que se desenvolviam, até então, com Moscovo.

É por estes motivos que podemos afirmar que a política de détente não só cumpriu o objetivo geral que levou os decisores políticos a implementá-la, mas também que os benefícios, apesar de distintos, eram suficientemente interessantes para que as três potências concordassem em enveredar pela mesma, não havendo um jogo de soma nula, tal como muitos críticos apontavam.

⁵⁷ O *establishment* político era constituído por cidadãos altamente qualificados, que se interessavam pelo processo político e tinham a capacidade de influenciar a opinião social, aproveitando para tal a relevância dos cargos que ocupavam. De entre estes cargos destacavam-se os de professor, cientista político, economista, bem como proprietário industrial.

1.10. A guerra do Vietname e o escândalo Watergate

Apesar das críticas, nos Estados Unidos, terem acompanhado todo o período de vigência da política de détente, houve uma fase que ficou particularmente marcada, pela dimensão da dificuldade em defendê-la. Esta fase englobou duas das maiores crises da História norte-americana, a primeira, provocada pela intervenção norte-americana na guerra do Vietname e a segunda, pelo escândalo Watergate, trazido à luz do dia pelas investigações policiais e jornalísticas, que culminariam na resignação do presidente Richard Nixon, após o sucesso em ser reeleito para o segundo mandato, pelo que se viria a saber, com recurso a métodos ilegais. Estas duas crises dividiram profundamente a população norte-americana⁵⁸ e assumiram tal preponderância, que produziram um duradouro ceticismo em relação às instituições americanas, abalando a confiança e as virtudes que os norte-americanos depositavam no seu “american way of life”.

O escândalo do Watergate eclodiu a 17 de junho de 1972, dia em que a polícia de Washington D. C. deteve cinco indivíduos que tinham levado a cabo um assalto à sede do Comité Nacional do Partido Democrata, localizado no complexo de escritórios Watergate. Com o início das investigações, surgiram as primeiras especulações acerca da possibilidade de estes assaltantes estarem de alguma forma associados à campanha presidencial de Richard Nixon⁵⁹ e foi uma mera questão de tempo até que as diversas investigações judiciais e jornalísticas, bem como as sessões de inquérito, convocadas pelo próprio Congresso, revelassem cada vez mais práticas ilegais perpetradas pelos consultores da campanha republicana. De entre estas práticas, salientam-se abusos de poder presidencial, utilização indevida de registos telefónicos, gravação de conversas confidenciais, pressões exercidas e diversas ameaças a adversários políticos. As provas não enganavam e apontavam inegavelmente para a participação direta da figura máxima da nação, o presidente da república, com a premeditação e auxílio de alguns dos seus consultores de campanha.

As revelações sucessórias repercutiram-se num descrédito generalizado da população, face a algumas instituições públicas de relevo, tais como o Congresso, tribunais e, em parte, a própria Imprensa, não conseguindo escapar da incredulidade e indignação, com que a sociedade os observava, desembocando, este crime mediático, numa das principais crises constitucionais da História norte-americana.

⁵⁸ MOREIRA SÁ, Tiago, *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa. As Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal*, P.32.

⁵⁹ Para uma leitura mais detalhada do escândalo Watergate, OLSON, Keith W., *Watergate: The Presidential Scandal that Shook America*. (2016). Caps. 1-2.

Num esforço para restaurar a legitimidade do governo federal, perante a população, uma variedade de reformas e sistemas de cheques e balanços foram introduzidos, incluindo a componente Ética, na ata do governo de 1978⁶⁰, que previu o estabelecimento de um conselho especial, cujo objetivo seria o de fiscalizar alegadas ações que não seguissem os princípios da honestidade, nos níveis mais altos do ramo executivo, resultando numa perigosa política centrada no escândalo-e-investigação, que fazia furor em Washington.

Além do escândalo Watergate, o transtorno social provocado pelo conhecimento de práticas desumanas, levadas a cabo pelos intervenientes norte-americanos no Vietname, como revelaram os relatórios da ofensiva de Tet e as imagens do massacre de My Lai, dividiram a sociedade norte-americana sob dois auspícios gerais. Enquanto uma parte, de cariz particularmente patriota, se manifestava a favor do aprofundamento do esforço militar no Vietname do Sul, outra defendia o fim da intervenção norte-americana, com o argumento de que os EUA não mantinham relações habituais com aquela área geográfica⁶¹.

Independentemente da posição adotada, é certo que os protestos civis nos Estados Unidos, se inflamaram e continuaram num forte crescimento até 1969, registando-se centenas de assembleias ativistas organizadas ao longo do país, para os quais contribuíram ainda as imagens divulgadas, nos meios sociais, que chegavam a casa dos norte-americanos pelas suas televisões e que chocaram ao ponto de garantir que as repercussões deste conflito ficassem gravadas na memória popular do país.

Estas duas crises serviram para que, na linha final do seu mandato, Nixon observasse uma queda vertiginosa no seu apoio político, principalmente devido à previsão da sua condenação. A perda de preponderância, levou a que a rigidez assumida desde o início do seu mandato, fosse gradualmente substituída pela necessidade de retirar os Estados Unidos de uma nova intervenção e Henry Kissinger visse a sua relevância aumentar, o que fez com que as medidas que apresentasse fossem obrigatoriamente abraçadas pelo próprio presidente.

Um possível exemplo prático da alteração da sua postura, manifestou-se na mudança de ideias face à política de détente. Num discurso proferido a 5 de junho de 1974⁶², foi contra as suas ideias anteriormente defendidas e constatou, ainda que indiretamente, que a política externa não poderia ser utilizada como uma arma de persuasão para remodelar, integralmente,

⁶⁰ Ethics in Government, Act of 1978.

⁶¹ STARR, Jerold M. *The Lessons of the Vietnam War*.

⁶² SHABECOFF, Philip. President Warns Policy of Détente Ears Interfering.

os sistemas políticos estrangeiros. O pressuposto da política internacional é a preservação da paz entre as nações, independentemente dos sistemas políticos que integrem e este era o objetivo primordial da política de *détente*.

1.11. O regresso da União Soviética ao desenvolvimento nuclear massivo

O início da crise interna norte-americana despoletou o início da crise da própria política de *détente*, relativamente à URSS, que passou a ser alvo de uma forte controvérsia, tendo no seu centro uma improvável aliança entre democratas, conservadores e neoconservadores. Liderada pelo senador Henry Jackson, esta aliança utilizou como argumento central justamente as relações entre os EUA e a URSS, recorrendo a uma vasta gama de pretextos que iam desde as questões do comércio externo e da política de emigração judaica, da União Soviética, até às negociações relativas ao controlo de armamento e à Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa. Estas divisões no ceio dos Estados Unidos, levaram ao enfraquecimento da estratégia norte-americana de *détente*, que se viria a traduzir na paralisação das negociações SALT II, na denúncia, pelo Kremlin, dos acordos de normalização das relações comerciais, entre os dois países, e pela substituição da *détente*, por uma linha ofensiva consubstanciada em três medidas fundamentais: o início de novos programas de armamento estratégico; a intensificação do envolvimento soviético no Vietname e a adoção de uma estratégia renovada em relação a África.

Sendo já extremamente difícil defender a política de *Détente*, com o progressivo aprofundar da crise interna, a decisão do Kremlin de iniciar a produção de uma nova geração de mísseis intercontinentais, de alcance médio e intermédio e um novo bombardeiro, oficializou a ultrapassagem face aos norte-americanos, no número de armamento⁶³. Em 1979, Moscovo tinha então uma vantagem numérica no que tocava aos mísseis SLBM⁶⁴ – possuindo 90 submarinos com capacidade de lançamento de 1028 mísseis, aos ICBM – 1398 mísseis, aos IRBM e MRBM – 710 mísseis em ambas as categorias, estando apenas em inferioridade no número de bombardeiros de médio e longo alcance, não obstante ter passado de cerca de 140, em 1972, para 850, em 1979. Esta decisão foi mais um duro golpe para a política de *détente*.

⁶³ Tal como podemos constatar, através da análise do anexo, a produção soviética de armamento nuclear teve um forte aumento, a partir de 1976.

⁶⁴ KEYLOR, William, *História do Século XX*, p.360.

II

O contexto nacional português

2.1. A revolução de abril

No dia 25 de abril de 1974, a Revolução dos Cravos derrubou uma ditadura que prevaleceu por 48 anos⁶⁵, dando início a um processo de transição de regime, cujo desfecho foi, podemos afirmar, benzido pela sorte. Para além dos impactos diretos e óbvios que a revolução teve, dentro das fronteiras nacionais, deu ainda início à terceira vaga de democratização⁶⁶. Seguindo o exemplo português, quase 50 países, de áreas geográficas tão distintas como a América Latina, a Europa de Leste, a Ásia e, posteriormente, a África e o Médio Oriente, não ficando de fora os casos da Grécia e Espanha, refletiram a influência do processo revolucionário português.

Perpetrada por um grupo de jovens oficiais, que se autoproclamava a vanguarda revolucionária⁶⁷ e que se havia radicalizado, devido ao desânimo que partilhavam pelo conflito colonial, que já tinha levado à introdução de um milhão e meio de jovens⁶⁸. A guerra colonial era já observada como ilegítima, não indo ao encontro da vontade do povo português e o governo estava cego na sua prossecução, na posição de sistema fascista e colonialista, que preferia continuar uma série de derrotas militares, a encetar negociações com os movimentos nacionalistas africanos.

No quartel do Carmo, o Governo de Marcelo Caetano, sucessor de António de Oliveira Salazar, foi cercado. As portas das prisões de Caxias e Peniche abriram-se a todos os prisioneiros políticos, a PIDE, polícia política, foi desmantelada, a sede do jornal do regime, *A Época*, foi atacada e a censura abolida. Com esta sucessão de eventos, a revolução portuguesa pôs fim ao regime ditatorial e ao império europeu mais antigo. Porém, a sucessão de eventos não se desencadeou de forma tranquila e podemos afirmar, perentoriamente, que o período entre a revolução pacífica, em abril de 1974 e a chegada ao poder do general Ramalho Eanes e de Mário Soares ao cargo de primeiro-ministro, foi marcado por uma série de perigos, para Portugal e para os interesses ocidentais, que se sucederam em cadeia e que foram, improvavelmente, bem ultrapassados.

⁶⁵ MOREIRA SÁ, Tiago, *Os Estados Unidos da América e a democracia portuguesa. As Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal*. P.89.

⁶⁶ ZARODOV, Konstantin, (1975), *O Leninismo e a consolidação da vitória da revolução*.

⁶⁷ MEDEIROS FERREIRA, José (1993). *Portugal em transe (1974-1985)*.

⁶⁸ MOREIRA SÁ, Tiago, *Quando Portugal contou para a América. Os Estados Unidos e a transição democrática portuguesa*, P. 80.

2.2. Organização do MFA no pós-revolução

O quadro de oficiais que constituía o MFA, após cumprir a revolução, organizou-se e passou a incluir algumas personalidades carismáticas, que aparentavam poder dotar o movimento de uma liderança efetiva no espectro esquerdista. De entre estas mesmas figuras, destacava-se o general Spínola que, mesmo sendo um superior hierárquico, não detinha qualquer controlo coercivo sobre os membros do MFA, visto que a hierarquia se categorizava de entre os militares que tinham contribuído para o sucesso revolucionário.

Spínola tinha então publicado um livro, intitulado *Portugal e o Futuro*, no qual abordava a necessidade de soluções “políticas e sociais” para o futuro das colónias portuguesas em África, afirmando que uma vitória exclusivamente militar, por parte de Portugal, seria “insustentável”⁶⁹. No mesmo livro, Spínola defendia ainda a instauração de uma Federação Lusitana e a convocação de referendos em cada território africano, tendo em vista determinar se a respetiva população estava realmente a favor da independência nacional, demonstrando ainda que os militares já não se manifestavam a favor da preservação das colónias africanas.

O que escreveu no seu livro viria a tornar-se mais um proponente para a intensificação do descontentamento no interior das Forças Armadas e uma autêntica inspiração, o que levou a que Spínola acabasse por ser nomeado presidente, no âmbito do I governo provisório instituído pelo MFA. Este governo, numa fase inicial foi muito bem visto pelos Estados Unidos, pelo que foi oficialmente reconhecido, com relativa celeridade, no dia 29 de abril de 1974.

No entanto, no interior das instituições militares portuguesas, emergiu de imediato, após o colapso da ditadura, uma série de divisões. O MFA formulou o programa político do governo provisório, cujo objetivo passaria por criar as condições necessárias, para que as futuras eleições à Assembleia Constituinte seguissem os parâmetros democráticos. Para que tal se observasse, insistiu igualmente num novo sistema que garantisse a preservação da paz, no interior de uma política económica delineada para “defender os interesses da classe trabalhadora” e que o papel de Portugal em África fosse redefinido nos próximos passos. No entanto, o documento era deliberadamente ambíguo, principalmente em relação ao destino africano, não oferecendo qualquer sugestão do modo como Portugal pós-revolucionário poderia atingir os objetivos ambicionados. Este facto, levou a que as disputas entre o novo presidente e os militares do MFA, não demorassem a atingir a superfície.

⁶⁹ MOREIRA SÁ, Tiago, *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa. As Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal*. PP. 95-97.

Uma das primeiras medidas de Spínola foi a formação da Junta de Salvação Nacional, que tinha sido proposta no programa político do MFA, no entanto a Junta de Spínola era inteiramente composta por oficiais sénior e não incluía nenhum representante do MFA. Deste modo, o principal objetivo parecia ser o de minar a posição do MFA, entre o público, e propor uma visão alternativa em relação a África, tendo o objetivo de pôr em prática as medidas estabelecidas na sua obra. Estas ideias de Spínola relativamente a uma maior abertura em relação à questão da independência das colónias africanas, através da convocação de referendos e posterior agendamento da transferência oficial da independência, não ia ao encontro da do ministro dos negócios estrangeiros, Mário Soares, nem da de uma maioria do MFA, que ansiava por transições velozes, dos então territórios portugueses, para a independência⁷⁰.

Com o novo poder emergente em Portugal, que opunha Spínola e a maioria da JSN ao MFA e a Comissão Coordenadora do Programa, o governo provisório, com uma forte componente militar, foi então instituído, com a matriz de preparar o contexto ideal para as eleições à Assembleia Constituinte. O MFA não relegou a oportunidade que tinha em mãos para fazer uso da CCP, para monitorizar a JSN de Spínola e consolidar a sua própria posição, através do impedimento a esta junta de exercer o seu poder executivo.⁷¹ Sensivelmente em meados de julho de 1974, os conflitos entre o MFA e Spínola intensificaram-se, o MFA exigia a Spínola, lealdade ao seu programa. Com a noção de que o MFA tinha uma posição forte nas forças militares, mas também junto da população, Spínola, viu-se obrigado a submeter-se a esta ordem, fez um comunicado, no dia 27 de julho, no qual anunciou aceitar a posição do ministro e dos membros do MFA e Portugal deu início imediato ao processo de descolonização. Assim sendo, entre julho de 1974 e novembro de 1975, viria a ser oficialmente reconhecida a independência da Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola.

2.3. Uma influência perigosa

A entrada de Álvaro Cunhal no governo, como ministro sem pasta, foi a forma encontrada para limitar a sua capacidade de intervenção. No entanto, a presença de elementos comunistas no Governo, de um país membro da NATO, foi observada em Washington como um precedente perigoso, sobretudo, a partir do momento em que começou a manifestar-se uma

⁷⁰ REZOLA, Maria Inácia, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*, Dissertação de Doutoramento, UNL, 2003, pp.65-69.

⁷¹ MOREIRA SÁ, Tiago, *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa. As Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal*. PP. 98.

crescente possibilidade de os comunistas chegarem ao poder em Itália e França e que a Grécia e a Espanha tinham iniciado os seus processos de mudança de regime. O receio baseava-se na possibilidade de a conjuntura, em Lisboa, ter repercussões negativas em outras capitais europeias, uma preocupação que apenas se foi agravando, à medida que o processo político, em Lisboa, foi virando à esquerda, crescendo em Washington a percepção de que o PCP iria tomar o poder em Portugal, particularmente após o dia 11 de março de 1975.

Nas suas memórias, Henry Kissinger foi muito claro acerca do seu ponto de vista em relação à presença de comunistas no I governo provisório⁷², ao declarar que o perigo era agravado pelo facto de, em Itália, os democratas-cristãos se encontrarem a discutir a formação de uma coligação com o Partido Comunista Italiano, o denominado *Compromesso Storico*. Se os comunistas alcançassem uma posição de poder em qualquer um destes dois países, criar-se-ia uma sensação de inevitabilidade, facilitando a inclusão de comunistas noutros governos da NATO, pondo em causa o sistema de consultas estreitas entre os membros da Aliança Atlântica, com base em objetivos comuns e filosofias compatíveis.

⁷² KISSINGER, Henry, *Years of Upheaval*.

As intervenções externas

2.4. A União Soviética

A composição do I Governo Provisório, garantiu aos partidos políticos integrantes, nomeadamente o Partido Comunista, o Partido Socialista e o Partido Popular Democrático, um papel importante na transição democrática. Além da preponderância do poder militar, a componente político-partidária foi progressivamente adquirindo maior relevância, acabando por influenciar, em larga medida, o desfecho da transição política⁷³. Este facto, deveu-se acima de tudo às alianças táticas estabelecidas com os diferentes grupos que emergiram no seio das Forças Armadas, mas também aos apoios internacionais recebidos, tal como observaremos no presente capítulo.

Nesta dinâmica interna, houve espaço para as intervenções das duas superpotências adversárias, a União Soviética e os Estados Unidos. A primeira tinha encarado de bom agrado a revolução portuguesa e ainda melhor a progressiva trajetória radical que tinha desde então vindo a tomar, procurou prestar auxílio ao seu aliado interno, o PCP. A 25 de abril de 1974, o PCP assumia-se como a única força política organizada, com um aparelho montado, um ideário, um programa político definido⁷⁴, desde os anos 1960, altura em que Cunhal escreveu *Rumo à Vitória*, o caminho para a revolução democrática e nacional⁷⁵. Este aparelho, foi fundamental numa fase conturbada da revolução, permitindo ao partido tomar praticamente de assalto sindicatos, cooperativas, instalações de organizações paramilitares da ditadura e criar, nos primeiros meses, após o golpe de Estado, uma rede de influência que reclamava a legitimidade antifascista para substituir as antigas autoridades. A nível ideológico, tinha bem definido o Marxismo-Leninismo e um programa assente nos oito pontos da revolução democrática e nacional, dos quais se podem destacar cinco princípios orientadores: o derrubamento da ditadura fascista, a liquidação do poder dos monopólios e dos latifúndios; a libertação do domínio imperialista; a liquidação da vergonhosa herança colonial e uma transformação social profunda da sociedade portuguesa.

De modo a pôr em prática as ideias concebidas, os comunistas foram rápidos a conceber uma estratégia de controlo do MFA, o seu aliado preferencial, bem como do movimento

⁷³ MOREIRA SÁ, Tiago, *Os Estados Unidos da América e a democracia portuguesa. As Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal*. P. 98.

⁷⁴ PACHECO PEREIRA, José, *O Partido Comunista Português*, P.85.

⁷⁵ Ver CUNHAL, Álvaro, *Rumo à Vitória*, Porto, Opinião, 1975.

popular organizado, segundo a fórmula que ficou conhecida por Aliança-Povo-MFA⁷⁶, de modo a tomar as rédeas de um processo revolucionário que foi desencadeado à sua margem, pelas Forças Armadas.

Além das vantagens internas iniciais, o PCP beneficiou igualmente de um acentuado apoio externo, com destaque para o concedido pela URSS e RDA. Tanto Moscovo, como Berlim, prestaram auxílio ao Partido Comunista ao nível económico e organizativo, que teve as suas repercussões no aumento do número de militantes, sedes, centros de emprego, cooperativas e associações de vários tipos. A nível económico, é difícil ter uma noção certa da verdadeira dimensão do apoio soviético, devido à ausência de documentos de arquivo, no entanto, o ex-Primeiro-Ministro britânico, Harold Wilson, afirmou que “Moscovo tinha gastado 100 milhões de dólares com o PCP”⁷⁷; já para o investigador norte-americano, Tad Szulc, os soviéticos canalizaram fundos num valor mensal entre os 2 e os 3 milhões, segundo as melhores estimativas secretas da Embaixada em Lisboa e do Departamento de Estado”⁷⁸. O montante concreto dos subsídios soviéticos é desconhecido, mas eles foram suficientes para tornar o PCP relativamente rico, em comparação com os seus adversários políticos.

2.5. A Europa Ocidental

No dia 25 de abril de 1974, a estrutura organizativa do PS era praticamente inexistente em Portugal, demonstrava fortes debilidades, contando com umas escassas centenas de militantes e não mais do que três mil simpatizantes. No primeiro ano da revolução, enquanto o Partido Socialista reunia pequenas concentrações de apoiantes, nos seus comícios por todo o país, o PC concentrava grandes massas humanas, o que dotava este partido de uma relevância diferenciadora. O pequeno número de apoiantes, além da sua curta história, devia-se não só aos sérios problemas de organização interna, como também a diversas contradições internas, facilmente perceptíveis⁷⁹.

A fraqueza do PS no palco nacional, levou a que a liderança do Partido procurasse estabelecer uma rede de contactos internacionais, que o dotasse de apoios político e material. Neste sentido, o papel desempenhado pelos seus aliados ocidentais, principalmente a RFA e os

⁷⁶ CUNHAL, Álvaro, *Discurso à chegada ao Aeroporto de Lisboa*, 30 de Abril de 1974, Edições Avante!, (1975), P.13.

⁷⁷ MAXWELL, Kenneth, *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1999, P.174.

⁷⁸ SZULC, Tad, *Lisbon & Washington: Behind the Portuguese Revolution*, Foreign Policy, nº21, Winter 1975, P.9.

⁷⁹ Ver AVILLEZ, Maria João, *Soares, ditadura e revolução*, P.320.

EUA, através da respetiva contribuição, permitiu com que os socialistas passassem de uma força residual, para o Partido que liderou a construção democrática do país⁸⁰.

O seu Programa político e Declaração de Princípios, foram aprovados em Paris, precisamente nas instalações da Fundação Leo Lagrange, afeta ao PSF⁸¹. De entre os seus objetivos fundacionais, contavam-se a edificação em Portugal de uma sociedade sem classes, liberta da alienação do trabalho e do império das categorias mercantis, mediante a construção do poder dos trabalhadores, no quadro da coletivização dos meios de produção e distribuição do planeamento económico. Entre os objetivos, havia uma especial referência à defesa da Democracia representativa, através da realização da síntese entre as várias correntes que aspiram ao socialismo em liberdade⁸².

Ainda em abril de 1974, Soares iniciou uma série de contactos com os seus parceiros europeus, para que estes interviessem em sua parte, junto de Washington, onde praticamente não tinha relações. Para tal recorreu à liderança do SPD, bem como à Internacional Socialista. Após ser nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros, o esforço foi acentuado, aproveitando as suas viagens incessantes, entre 1974 e 1975, para reafirmar junto dos países vizinhos, o compromisso do novo governo com o processo democrático e com as suas obrigações internacionais, nomeadamente as advindas do estatuto de Estado membro da NATO.

O resultado decisivo deste esforço ocorreu em agosto de 1975, logo após a realização da Conferência de Helsínquia, altura em que os líderes socialistas europeus se reuniram em Estocolmo e decidiram criar o Comité de Amizade e Solidariedade para a Democracia e o Socialismo em Portugal, que desempenhou um papel central na ajuda concedida aos socialistas portugueses.

2.6. Os Estados Unidos

A firmeza do presidente Spínola, em relação à necessidade de convocação de referendos, para determinar o desejo das colónias portuguesas à independência, apenas serviu para que o MFA saísse deste braço de ferro, como um agente político determinante, no processo revolucionário. Após os choques com os “capitães”, a “crise Palma Carlos” e a aprovação da Lei 7/74⁸³, o general foi obrigado a aceitar um Governo do MFA e a abdicar, por arrasto, do seu projeto para a África portuguesa.

⁸⁰ MOREIRA SÁ, Tiago, *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa. As Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal*. P. 116.

⁸¹ *Idem*.

⁸² REIS, António, *O Partido Socialista na Revolução*, PP. 5-6.

⁸³ Diário do Governo – Lei nº7/74, 27/ de julho de 1974.

No âmbito do processo de formação do II Governo Provisório, as divergências começaram com a figura a nomear para o cargo de primeiro-ministro, acabando por ser escolhido Vasco Gonçalves, politicamente definido como comunista. O novo governo provisório tomou posse no dia 18 de julho de 1974, dia em que o Presidente Spínola, fez, pela primeira vez, menção à “maioria silenciosa”, grupo constituído pelos moderados que não estavam a favor do caminho radical que a revolução havia tomado, nem com a nomeação de Vasco Gonçalves para o cargo de Primeiro-ministro. As evoluções políticas portuguesas, foram recebidas pelo governo norte-americano, principalmente na figura do secretário de Estado, com um manifesto sobressalto ⁸⁴, em especial por uma personalidade comunista assumir a liderança do executivo.

2.7. A Maioria Silenciosa

Devido ao clima de progressiva radicalização, tornou-se fundamental que o sector moderado tomasse o controlo da revolução e se apresentasse como uma força política relevante. Foi ao setor moderado que o general Spínola apelou o respetivo envolvimento e força associativa, para que o poder não passasse de um extremo ao outro, à custa do futuro do povo português⁸⁵. Neste aspeto, os apoiantes de Spínola compreenderam, claramente, a mensagem do presidente e na noite de 18 para 19 de setembro, tiveram início os preparativos para a manifestação, tendo sido afixados nas ruas de Lisboa cartazes alusivos à sua realização, apresentando-a como sendo de apoio ao Presidente da República. Os comunistas reagiram de imediato, durante a madrugada, diversas brigadas do PCP e do MDP/CDE, rasgaram os anúncios da manifestação da “Maioria Silenciosa” e envolveram-se em confrontos com elementos do Partido do Progresso⁸⁶.

Menos de 24 horas após estes episódios, Spínola convocou uma reunião da JSN, com a presença de Vasco Gonçalves, cujo objetivo seria forçar a demissão do Primeiro-ministro. Em simultâneo, de acordo com alguns testemunhos, pretendeu garantir o apoio da JSN à declaração do estado de sítio. De qualquer modo, não logrou obter nenhum dos seus propósitos, tendo apenas sido estabelecido um acordo quanto à decisão de se fazer um comunicado ao país, redigido e lido por Vasco Gonçalves, no qual se exigia o levantamento das barricadas, erguidas à entrada da capital.

⁸⁴ MOREIRA SÁ, Tiago, *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa. As Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal*. P. 117.

⁸⁵ SPÍNOLA, António, *Ao Serviço de Portugal*. PP.120-121.

⁸⁶ RODRIGUES, Avelino, BORGA, Cesário, CARDOSO, Mário, *Portugal Depois de Abril*, P.86.

Volvidos alguns dias, na noite de 27 para 28 de setembro, o PCP e a Intersindical, mobilizaram os seus militantes para os principais pontos de acesso a Lisboa, barricando-os e impedindo a entrada, na capital, dos manifestantes, provenientes do Norte e Centro do país. De acordo com Álvaro Cunhal, a gigantesca operação, de 28 de setembro, foi derrotada por uma gigantesca mobilização das massas populares, que tiveram como principal promotor, o PCP e o movimento sindical unitário⁸⁷.

Posto isto, na véspera da manifestação da «maioria silenciosa», Spínola viu goradas todas as suas pretensões, foi impotente para desmontar as barricadas populares, viu-se obrigado a recuar na sua pretensão de afastar Otelo do COPCON, não conseguiu forçar a demissão de Vasco Gonçalves e viu-lhe negada a possibilidade de decretar o estado de sítio. Como resultado, na manhã do dia 28, a Comissão Coordenadora do MFA, após reunião com o Primeiro-ministro e os ministros militares, elaborou um documento exigindo a demissão imediata de Galvão de Melo, Jaime Silvério Marques, Diogo Neto, da JSN, e de Sanches Osório, do Governo Provisório, bem como a limitação da atividade do Presidente da República à sua esfera de competências.

Os acontecimentos do 28 de setembro significaram uma decisiva oscilação da balança interna de poderes, a favor dos membros mais radicais do MFA, que pôde reforçar a sua preponderância interna no contexto político e militar. Com a formalização da demissão de Spínola, no mesmo dia, e a sua substituição por Costa Gomes, foi posto um ponto final, definitivo, ao projeto da Federação Lusitana, entre a metrópole e as colónias africanas. O seu discurso de demissão, transmitido na televisão, e o início da deriva à esquerda do processo político português, despoletaram o início de uma intervenção “séria” por parte do governo norte-americano, no contexto da transição portuguesa⁸⁸.

2.8. O reforço norte-americano

Os norte-americanos dedicaram uma maior atenção ao contexto português, após o fracasso da tentativa de manifestação da maioria silenciosa, a favor do presidente Spínola, seguida pela sua demissão⁸⁹, pormenor que foi um golpe duro para Washington, porque viu o seu principal aliado ser removido da cena política nacional. Com a sua substituição, por Costa Gomes, os EUA viram Portugal, um país com elevada importância estratégica para a balança

⁸⁷ CUNHAL, Álvaro, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril*, Lisboa, Edições Avante! 1999, P.154.

⁸⁸ SCOTT, Stuart Nash, *Notes on My Tour*, P.17.

⁸⁹ Devido ao limite de páginas, para uma leitura mais aprofundada do fracasso da revolução de 28 de setembro: CUNHAL, Álvaro, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril*, Lisboa, Avante! 1999.

central de poder, atingir uma fase decisiva do delinear do seu futuro político e pender, progressiva e perigosamente, para Leste.

Na ótica de Henry Kissinger, este problema devia-se, principalmente, à exagerada influência conjunta entre o Partido Comunista e os simpatizantes marxistas, na vida política portuguesa. A sua preponderância era manifestada pelo controlo da comunicação social e uma parte substancial do movimento sindical. Além disso, era especialmente inquietante o surgimento de brigadas “esquerdistas”, as mesmas que lideraram as barricadas das estradas e desempenharam a função somente incumbida à polícia, durante as crises políticas de setembro.

Posto isto, com a necessidade de mudar a direção da revolução, a 3 de outubro Ford decidiu suspender o programa de auxílio económico a Portugal, que se encontrava ainda em fase de preparação, e a 9 de outubro, Kissinger decidiu enviar para Portugal uma equipa do Departamento de Estado, destinada a apurar os factos. Como resultado, volvida uma semana, os EUA procederam à pronta substituição do embaixador norte-americano em Lisboa⁹⁰, o embaixador Stuart Scott, advogado de formação, no final de carreira, com os seus 69 anos de idade, por Frank Carlucci, no dia 16 de novembro de 1974, um funcionário experiente do departamento de Estado, especializado na identificação de dinâmicas globais problemáticas e com uma reputação já construída pela sua firmeza negocial. Além destas características que o dotavam de um maior dinamismo, falava português e tinha desempenhado diversas missões no Congo, tendo, portanto, conhecimentos aprofundados da questão africana, que também estava em causa, devido à descolonização portuguesa.

A estratégia norte-americana foi desenvolvida, de modo a aproveitar as eleições, marcadas para finais de março de 1975, e garantir um resultado favorável às forças democráticas. Grande parte da esperança que restava, num resultado favorável, residia na figura de Costa Gomes, descrito por Kissinger como politicamente moderado. Num encontro entre os dois presidentes, na casa Branca, em outubro de 1974⁹¹, Ford demonstrou que os EUA estavam desagradados com o rumo político do pós-28 de setembro, revelando ainda os relatórios recebidos, que demonstravam não ser concedidas as mesmas liberdades de expressão e reunião a todos os grupos políticos democráticos, que aquelas permitidas aos comunistas. Além de deter controlo sobre os meios de difusão de informação, sobre o movimento laboral e ainda

⁹⁰ MOREIRA SÁ, Tiago. *Carlucci vs. Kissinger - Os EUA e a Revolução Portuguesa* (Dom Quixote).

⁹¹ U.S.A.: President Costa Gomes of Portugal Meets President Ford of the United States. 1974 – Reuters Historical Collection.

posições crescentes no seio do executivo, o PCP não pretendia a implantação de uma Democracia em Portugal.

Por estes motivos, o presidente norte-americano deixou claro que, não poderia solicitar ao Congresso a aprovação de um programa de apoio económico a Portugal, sem que as políticas portuguesas demonstrassem, de forma inequívoca e imediata, um avanço significativo no sentido democrático e pró-ocidental, baseado nos princípios da Democracia, da liberdade individual e do Estado de Direito. Somando-se ao contexto político português, os casos francês, italiano e grego, criavam sérias ameaças a toda a estrutura filosófica da NATO, pelo que o ponto nevrálgico seria garantir que Portugal enveredasse pela via democrática, por uma descolonização empenhada, mas ainda que os líderes portugueses seguissem o interesse norte-americano, acenando ao Presidente português com um pacote de incentivos.

As conversações concluíram-se à hora do almoço, com o Secretário de Estado, Henry Kissinger, durante o qual foi sugerido o início de conversações entre técnicos dos dois países, nomeadamente da parte da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), em diversos setores, mas acima de tudo no económico e militar, tendo em vista a elaboração de um plano de ações que pudessem ser adotadas.

A colaboração teve início com a chegada do grupo de especialistas, no dia 7 de novembro de 1974, e viria a traduzir-se na aprovação, em dezembro, do programa de ajuda económica e cooperação técnica entre os dois países, cuja implementação foi inaugurada, pouco tempo após a chegada de Frank Carlucci a Lisboa, constituindo uma ferramenta de trabalho para o novo embaixador.

2.9. O afastamento de Portugal do Grupo de Planeamento Nuclear da NATO

Apesar do sinal positivo, proporcionado pelo início de uma tímida cooperação, no âmbito das conversações técnicas entre Portugal e os EUA, o período subsequente ficou marcado pela pressão efetuada por Washington para excluir Lisboa do Grupo de Planeamento Nuclear da NATO (NPG). A posição norte-americana, face a Portugal, baseava-se em manifestar, ativamente, que a liderança portuguesa não poderia manter comunistas no governo, sem que incorresse num conjunto de penalizações. No entanto, em simultâneo, os EUA apontavam a necessidade de incentivar os portugueses, não só a adotar os passos necessários para permitir a continuação do seu alinhamento com os princípios da NATO, como procurou, junto dos seus parceiros tradicionais, nomeadamente na Europa Ocidental, apoio para fazer frente às suas necessidades de auxílio.

No dia 28 de outubro, Kissinger enviou uma mensagem a Costa Gomes, na qual pediu a retirada de Portugal, por sua iniciativa, do NPG, lembrando as conversações de setembro, em Washington. A presença de Álvaro Cunhal, no Conselho de Ministros, punha seriamente em causa a capacidade de Portugal proteger as informações do Grupo de Planeamento Nuclear, o que, por arrasto, teria consequências adversas para a segurança da Aliança ocidental⁹². Confrontado com esta declaração, Costa Gomes mostrou compreender os receios do governo norte-americano e deu instruções ao embaixador Freitas Cruz para retirar Portugal do NPG, bem como de todas as atividades associadas⁹³.

Desta feita, o facto de ambos conviverem no mesmo ambiente geopolítico, deu azo a um novo mecanismo de influência, praticado pelos EUA. O novo método ficou conhecido por teoria da vacina⁹⁴, segundo o qual, Portugal deveria ser alvo de um isolamento, no seio da NATO, de modo a tornar-se num exemplo, das consequências que poderiam advir da implementação de um regime comunista, para a restante Europa do Sul, particularmente para a Itália, Grécia e Espanha.

Seguindo novamente esta dicotomia, entre punição e auxílio, a visita a Portugal, do Senador Edward Kennedy, em novembro de 1974, viabilizou a aprovação, pelo Senado e posteriormente pelo Congresso, de um montante de 20 milhões de dólares, ao qual acresceria um valor de 5 milhões, em donativos, destinados a louvar o novo governo português pelos seus esforços na concessão da independência às suas colónias.

A perspetiva dupla em relação ao contexto revolucionário português, nos EUA, devia-se, de igual modo, aos sinais contraditórios emanados pelos acontecimentos internos, desde finais do mês de outubro. Pejorativamente, a ascensão do MFA ao patamar de agente político determinante, levou ao surgimento do debate acerca da sua institucionalização, da sua representação na futura Assembleia Constituinte e sobre a eventualidade da celebração de um pacto MFA-Partidos. Positivamente, tiveram início os trabalhos do grupo encarregue de elaborar um plano económico-social, que viria a ser denominado “plano Melo Antunes”, que defendia uma via moderada, que não ostracizasse a iniciativa privada, um fator que demonstrou os primeiros sinais da rutura entre as alas pró-comunista, ligada aos “gonçalvistas” e a socialista, constituída pelos apoiantes de Melo Antunes⁹⁵.

⁹² MOREIRA SÁ, Tiago, *Os Estados Unidos da América e a democracia portuguesa: as relações luso-americanas na transição para a democracia em Portugal (1974-1976)* PP. 176-178.

⁹³ OLDBERG, Ingmar, (1982), *The Portuguese revolution of 1974-1975 and US foreign policy*. Cooperation and Conflict 12, PP. 179-189.

⁹⁴ CALLAGHAN, James, (1988), *Time and chance*, PP. 361-362. London.

⁹⁵ REBELO SOUSA, Marcelo, *A Revolução e o Nascimento do PPD*, PP.283.

O debate acerca da institucionalização do MFA intensificou-se, a partir do artigo publicado por José Medeiros Ferreira, a 23 de outubro, no jornal *República*. Nele, o dirigente socialista classificou o “Movimento” como o principal instrumento para o garante da independência nacional e instauração da Democracia pluralista em Portugal, pelo que, na sua opinião, assumia-se impreterível institucionalizar o MFA, ao nível político e, em conformidade, assegurar a sua dignidade constitucional, ou seja, garantir a sua representação na Assembleia Constituinte⁹⁶. A discussão em torno desta questão estendeu-se rapidamente ao sector militar e, ainda em outubro, foi aprovada, numa reunião de oficiais da armada, uma moção defendendo, justamente, a institucionalização do Movimento das Forças Armadas.

Ao mesmo tempo que o MFA iniciou o seu processo de divisão, a partir da discussão em torno do “Plano Melo Antunes”, que se prolongou até fevereiro de 1975, altura em que atingiu o seu clímax, alguns sectores do MFA decidiram desencadear uma ação externa destinada a transmitir uma mensagem de moderação da revolução portuguesa. Neste seguimento, Vítor Alves, deu início, a 4 de novembro, a uma série de viagens, visitando 5 capitais da CEE, em apenas 11 dias, de entre as quais Londres, Bruxelas, Paris, Roma e Bona⁹⁷.

A iniciativa empreendida pelas forças moderadas, no plano internacional e, sobretudo, os esforços levados a cabo a partir do exterior, muito em especial por Edward Kennedy, tiveram desde logo uma consequência relevante: após vários adiamentos, o Governo dos EUA aprovou, finalmente, um programa de auxílio a Portugal, em diversas matérias, de carácter urgente, com o objetivo de ainda influenciar o resultado das eleições, agendadas para março de 1975 e apoiar Costa Gomes, nos seus esforços para conduzir Portugal até à Democracia.

Deste modo, Kissinger entregou, em novembro, um memorando ao Presidente Ford a solicitar a sua autorização para informar o Governo português, de que os EUA estavam disponíveis para oferecer assistência imediata, fazendo uso dos recursos ao dispor do executivo, tais como os investimentos da AID no sector da habitação, garantias, assistência técnica, troca de exportações, treino de portugueses nos Estados Unidos e créditos do Exim-Bank. Relembrou ainda o projeto de lei que, caso fosse aprovado nas duas Câmaras, iria viabilizar um programa de incentivos, no valor de 25 milhões de dólares, somando-se 2.5 milhões em donativos, a favor do governo português, bem como dos territórios africanos de

⁹⁶ Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução* P.151.

⁹⁷ REZOLA, Maria Inácia, *O Conselho da Revolução*, PP.172-73. De acordo com o testemunho de José Manuel Barroso, com base na sua experiência pessoal, este artigo foi enviado para publicação directamente pelo gabinete de assessores do Primeiro-Ministro. José Manuel Barroso, *Segredos de Abril*, Lisboa, Editorial Notícias, 1995, P.98.

Portugal⁹⁸. Finalmente, o governo norte-americano disponibilizava-se, de igual modo, a apoiar o país em organizações internacionais tais como o Banco Mundial, o FMI e a OCDE e a instar os países aliados a prestar auxílio, quer bilateralmente, quer em conjunto com os Estados Unidos. Foi assim que, a 13 de dezembro, o governo norte-americano anunciou publicamente a aprovação do programa de ajuda económica e cooperação para Portugal, através de uma nota oficiosa divulgada pelo Departamento de Estado, justificando-a como uma demonstração da confiança dos EUA no futuro de Portugal e apoio aos seus esforços para construir uma sociedade livre e democrática.

Imediatamente a seguir à sua chegada a Lisboa, Frank Carlucci dedicou-se a definir uma agenda de atividades, que acabou por resumir em cinco prioridades, que foi, progressivamente, pondo em prática. Estas baseavam-se em dotar a embaixada de um maior dinamismo, iniciar uma intensa campanha de reconhecimento das figuras públicas nacionais, tornar-se uma figura conhecida da Imprensa, integrar um dos projetos da AID e estabelecer laços, ainda que discretos, com a Igreja⁹⁹. Uma matéria que suscitava alguma apreensão, por parte do embaixador, assumia-se a crispação em torno da “unicidade sindical”. Esta crispação, opunha o MFA e os Comunistas, aos socialistas democráticos e populares democratas, ao mesmo tempo que Vasco Gonçalves era apontado como a problemática central, que fazia pender o rumo político à esquerda, a cada confrontação que se verificasse em Lisboa. O total controlo do campo sindical, por parte do PCP, preocupava, persistentemente, o governo norte-americano, apesar dos encontros fomentados entre os dois principais líderes sindicais norte-americanos e as lideranças do PS e PPD.

2.10. A iminência de um golpe Comunista

A 26 de janeiro, o Governo dos Estados Unidos foi informado. pelos seus serviços secretos, acerca do planeamento de um golpe em Lisboa, perpetrado pelos comunistas e por elementos radicais do MFA, sendo um dos motivos principais, a questão da união sindical. O início do combate, por parte do PS e do PPD, à legislação laboral, veio instituir uma concorrência com o setor que apoiava as fações radicais, o que despoletou a sua necessidade em agir. Num encontro com Costa Gomes, Carlucci apresentou os relatórios da inteligência norte-americana, acrescentando que as pretensões de um golpe comunista, teriam como objetivo criar um pretexto para o adiamento das eleições. Juntamente com este facto, a 1 de

⁹⁹ Entrevista a Frank Carlucci , Washington DC, 26/10/2004 – Tiago Moreira de Sá.

fevereiro, o *The New York Times*¹⁰⁰ noticiou que a União Soviética fez um pedido urgente de acesso a um conjunto de facilidades, nos portos portugueses, supostamente, para a sua frota de pesca do Atlântico. A concessão destes acessos consubstanciaria uma grande brecha na segurança da Aliança Atlântica, nas áreas do Mediterrâneo e do Atlântico Sul.

À medida que se aproximavam as eleições para a Assembleia Constituinte, o contexto político foi sujeito a uma degradação progressiva. A 6 de fevereiro, a Assembleia do MFA decidiu institucionalizar o Movimento, delegando no Conselho dos Vinte o estudo de propostas concretas, para esse fim. A questão não era, de todo, pacífica dentro do grupo e, como tal, foram apresentados, pela primeira vez, dois projetos contrários, quanto à via para a sua institucionalização, exaltando os diferendos entre o grupo apoiante de Vasco Gonçalves e outro, mais moderado, liderado por Melo Antunes¹⁰¹. Volvidos onze dias, o Conselho dos Vinte apresentou, à Assembleia do MFA, as suas decisões sobre a institucionalização do Movimento, revelando ser necessário consultar os partidos já legalizados, acerca de alguns pontos do processo, para posterior ratificação pela Assembleia. Com o objetivo de conduzir as negociações, foi criada uma Comissão, tendo acabado por ser denominada de Comissão dos oito. As rondas negociais viram o seu desfecho a 8 de março, data na qual o Conselho dos 20 anunciou formalmente a decisão de institucionalizar o MFA, no dia 25 de Abril de 1975, sendo a decisão dada por final e irreversível.

Na perspetiva norte-americana, esta foi uma estratégia da parte dos radicais do MFA para salvaguardar a sua esfera de poder nacional, tendo perfeita noção de que iriam sair das eleições com um mau resultado, esta seria a derradeira forma de preservar alguma relevância e garantir a continuidade de Vasco Gonçalves e respetivos apoiantes¹⁰².

No entanto, enquanto decorria este processo de institucionalização, agudizavam-se as suas divergências internas, as quais emergiram logo em outubro de 1974, aquando da criação do grupo de trabalho para o desenvolvimento do “Plano Melo Antunes”, agravaram-se a partir do momento em que o plano foi divulgado publicamente, no dia 26 de novembro de 1975¹⁰³, acentuando-se o processo de rutura entre as alas gonçalvista e os apoiantes do plano Melo Antunes, do MFA¹⁰⁴.

¹⁰⁰ MIDDLETON, Drew, *Soviet Site in Portugal Would Peril Sea Links*. February 1, 1975. P.3.

¹⁰¹ Tiago Moreira de Sá, *Os Estados Unidos da América e a democracia portuguesa: as relações luso-americanas na transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*. P. 213.

¹⁰² *The Secretary's Principals and Regionals Directors Staff Meeting*, February 21, 1975

¹⁰³ REZOLA, Maria Inácia, *Um projeto alternativo de Esquerda: Melo Antunes, os militares e a transição para a Democracia portuguesa*. OpenEdition Journals.

¹⁰⁴ CRUZEIRO, Maria Manuela, *Melo Antunes, O Sonhador Pragmático*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, p.140.

A 8 de fevereiro, o Conselho de Ministros aprovou o Plano Melo Antunes, um Programa de Política Económico–Social, que não previa a aplicação de nacionalizações, nem a reforma agrária, pôs em causa os desejos dos sectores mais radicais do MFA e do PCP e obrigou-os a desenvolver uma intervenção imediata. Ainda no dia 2 de fevereiro, assistiu-se a uma radicalização do discurso de Álvaro Cunhal, falando da necessidade das nacionalizações: “Se formos ver as conclusões das comissões, quase todas elas concluíram pela necessidade de nacionalizações. E não apenas nacionalizações. Foi ajuntado alguma coisa mais. Ou seja, que essas nacionalizações somente teriam sentido se fossem sob o controlo, sob a direção dos trabalhadores”¹⁰⁵.

2.11. O 11 de março de 1975

A consequente radicalização, levou à tentativa de golpe militar, de 11 de março de 1975, acerca do qual surgem três perspetivas principais. Segundo Josep Sánchez Cervelló, o 11 de março resultou da combinação de duas vontades. Por um lado, o PCP ansiava libertar-se de um sector político-militar que o impedia de prosseguir a revolução, por outro, a extrema-esquerda, encontrava-se impaciente por atuar, de modo a recuperar o protagonismo social que tinha vindo a perder. Os comunistas eram quem mais tinha a ganhar com um eventual golpe militar, pois seria uma forma de ultrapassar o impasse governamental, fortalecendo, de novo, a aliança entre os moderados e os gonçalvistas, sob um auspício comum: afastar do MFA a facção pró-Spínola, que boicotava o avanço do processo revolucionário.

A segunda foi avançada por Álvaro Cunhal, para quem o 11 de março foi um *putsch*, levado a cabo por Spínola, através do qual assumiria o poder, proclamaria o estado de sítio, suspenderia as liberdades democráticas, adiaria as eleições para a Assembleia Constituinte, agendadas para abril e anunciaria as eleições para novembro, nas quais o povo português escolheria, de uma só vez, o Presidente da República, a Constituição, o programa de governo e os deputados à Assembleia Nacional¹⁰⁶.

Finalmente, numa terceira interpretação, Pedro Cardoso, argumenta que o choque militar resultou de uma ação preparada, em simultâneo, por ambos os lados, sendo difícil determinar qual dos dois foi o agente motor e qual dos lados atuou por estímulos bem determinados em relação aos desenvolvimentos que daí adviessem.

¹⁰⁵ MOREIRA SÁ, Tiago, *Os Estados Unidos da América e a democracia portuguesa: as relações luso-americanas na transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*, PP.216-217.

¹⁰⁶ CUNHAL, Álvaro, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril, A Contra-Revolução Confessa-se*, Lisboa, Edições Avante! 1999, P.173.

Independentemente da perspetiva, o dia 11 de março de 1975, viria a ditar uma nova correlação de forças, que teve repercussões logo na Assembleia do MFA, ocorrida na madrugada de 11 para 12 de março, a denominada “Assembleia Selvagem”, que solidificou a ascensão dos gonalvistas, no aparelho do Estado¹⁰⁷. A primeira decisão, desta Assembleia, foi a aprovação da Lei 5/75, que consagrou a criação do Conselho da Revolução (CR) e da Assembleia do MFA (AMFA). O CR era o pináculo do novo poder político-militar e representava o controlo da revolução por parte do MFA, muito em especial pelos “gonçalvistas” que garantiam uma ampla capacidade de intervenção, com poderes constituintes, que pertenciam, ao Conselho de Estado.

Em consonância com o forte pessimismo que se apoderou do Departamento de Estado, a seguir ao 11 de março, Washington endureceu a sua posição relativamente a Portugal. Na manhã de 25 de março, o Embaixador norte-americano encontrou-se com Costa Gomes, para lhe dizer, de modo firme, que a viragem de Portugal à esquerda era hostil aos interesses da NATO e dos Estados Unidos e que os portugueses não podiam acomodar-se na NATO, se constituíssem um problema de segurança¹⁰⁸.

Após a nacionalização dos principais bancos e seguradoras de Portugal, juntamente com a crença de que o Conselho da Revolução viria a pôr em causa as ligações de Portugal à NATO, bem como a presença dos norte-americanos na base das Lajes, os EUA desenvolveram um conjunto de medidas a adotar, que passavam por pressionar diplomaticamente, o governo português; proporcionar mais assistência económica, para auxiliar os portugueses a lidar com os crescentes problemas que as suas próprias políticas iriam, provavelmente, criar; sanções destinadas a enfraquecer ainda mais a economia portuguesa, melhor aplicadas em concertação com os principais aliados europeus ocidentais; mobilização da opinião internacional contra o abandono, por Portugal, do caminho da Democracia; auxílio militar e um papel de maior relevo na NATO, de modo a fortalecer os laços dos militares portugueses com o Ocidente, ou, finalmente, restringir a participação de Portugal na NATO. Caso estas medidas não surtissem efeito, encontrava-se, igualmente, em cima da mesa, uma eventual ação concertada com Espanha¹⁰⁹.

Henry Kissinger começou a insistir na necessidade de Portugal ser excluído, integralmente, da NATO, a perceção norte-americana era a de que Portugal teria sido perdido

¹⁰⁷ CERVELLÓ, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa*, P.228.

¹⁰⁸ CARLUCCI, Frank, *The View from US Embassy*. US Department of State, Foreign Service Institute, Center for the Study of Foreign Affairs, Washington D.C, 1987, P.211.

¹⁰⁹ Memorandum from Sonnenfeldt to the Secretary. Portugal: Courses of Action.

para Leste, ou porque se iria tornar num país comunista, alinhado com o bloco soviético, ou numa ditadura militar, sob forte influência do PCP. Enquanto o secretário de Estado estava ocupado em afirmar que dentro de 10 anos, os EUA estariam fora da Europa e dentro de 5 a ascensão definitiva dos militares extremistas, em Portugal, teria as suas repercussões, em Itália e na Grécia¹¹⁰, o embaixador em Lisboa, afirmava que Portugal não estava destinado a ser um país comunista, uma opinião que era partilhada pela Europa ocidental. Em consonância, Carlucci propôs o apoio à esquerda não comunista, independentemente do seu carácter militar ou civil, mas concedendo a devida preferência aos elementos moderados do MFA e do PS, preservando uma estreita colaboração com a NATO e com a Igreja. Segundo a abordagem de Carlucci, os EUA deveriam apoiar os partidos que disputassem, nas eleições, o mesmo segmento de voto que o PCP, de modo a retirar-lhe preponderância. Paralelamente a este apoio, o embaixador sustentou que Washington devia dar sinais de simpatia com a transição portuguesa, sobretudo através de um duplo apoio: a implementação de um programa de ajuda económica ao País; o auxílio à modernização das Forças Armadas e a promoção da sua integração nas estruturas da NATO, de modo a restaurar o sentido de profissionalismo dos militares portugueses¹¹¹.

2.12. As eleições à Assembleia Constituinte

As eleições para a Assembleia Constituinte, realizaram-se no dia 25 de abril de 1975 e revelaram-se um autêntico ponto de viragem, para a revolução portuguesa, ao dotarem a mesma de uma legitimidade eleitoral, que punha em causa a legitimidade revolucionária, dos radicais. As previsões da equipa norte-americana, em Lisboa, confirmaram-se, o PS foi o grande vencedor, sob o comando de Mário Soares, em conexão com a Igreja Católica, reuniu 37,87% dos votos e uma forte representação à escala nacional. Seguiu-se o PPD, com 26,4%; o CDS, que obteve 7,7%, uma percentagem que garantiu a sua sobrevivência no sistema político português e, no final das contas, a coligação entre o PCP e o MDP, sagrou-se a grande derrotada, apenas logrando reunir 16% dos votos. Assim, as eleições à Assembleia Constituinte, resultaram numa vitória clara das forças pró-democráticas, com 72% dos votos, ofuscando a esquerda revolucionária.

Apesar dos resultados eleitorais, o PCP e o PS voltaram a travar disputas nas ruas, com diversas manifestações e contramanifestações sucessivas, mas como mencionado por Mário

¹¹¹ CARLUCCI, Frank, *The View from US Embassy*, PP.208-210.

Soares, as manifestações do PS não mais se trataram do que uma materialização nas ruas do resultado das eleições¹¹². Casos como o do jornal *República*, com início no dia 19 de maio e posteriormente, da rádio *Renascença*, apenas contribuíram para o estabelecimento de uma aliança entre o PS, os militares moderados do MFA, o PPD, o CDS e o fortalecimento da relação com a Igreja Católica. O PS passou, assim, a liderar de forma decisiva o bloco civil que se opôs ao PCP e aos gonçalvistas, levando ao início do refluxo do clima revolucionário, que se sentiu, especialmente, a partir de julho de 1975.

Para este desfecho, contribuiu, em larga medida, o apoio proporcionado pelos Estados Unidos e a Europa Ocidental. De modo a pôr um ponto final à intervenção soviética em Portugal, o Secretário de Estado convocou o Embaixador soviético, em Washington, Dobrynin, ao Departamento de Estado, onde deixou bem claro que, qualquer envolvimento do Kremlin em Portugal, poria em causa a détente Este-oeste. A esta firme posição norte-americana, juntaram-se os aliados da Europa ocidental, que se destacaram pela pressão exercida sobre a URSS, no contexto da CSCE, chegando a ameaçar inviabilizar a realização da conferência, caso não cessasse o apoio ao PCP. A ação europeia junto do Kremlin começou logo em fevereiro de 1975, altura na qual James Callaghan se deslocou a Moscovo para pedir, veementemente, ao Primeiro-Ministro, Alexei Kossiguine, que usasse a sua influência para “travar” o Partido Comunista, lembrando que era do interesse soviético preservar a détente e salvaguardar a próxima Conferência de Helsínquia, realidades que saíam goradas, caso ocorresse um golpe de Estado comunista em Portugal¹¹³.

A cooperação entre norte-americanos e europeus, na pressão feita às instituições portuguesas, bem como à URSS, culminou na queda de Vasco Gonçalves e, conseqüentemente, do V governo provisório, erguendo-se no dia 19 de setembro de 1975 o VI governo provisório, liderado por Pinheiro de Azevedo, a quem o Ocidente não só recebeu favoravelmente, como procurou condicionar a sua composição final, destacando-se neste plano os esforços norte-americanos para afastar o PCP do executivo português.

No entanto, o período compreendido entre a tomada de posse do VI Governo Provisório e o choque militar de 25 de novembro de 1975, foi novamente dominado pela escalada da crise político-militar, que conduziu, mais uma vez, Portugal à beira da guerra civil. A 6 de novembro, o Departamento de Estado elaborou um plano de contingência, destinado, justamente, a preparar a resposta da Administração norte-americana ao provável conflito militar no País,

¹¹² AVILLES, Maria João, Soares, ditadura e revolução, P.436.

¹¹³ MOREIRA SÁ, Tiago, *Os Estados Unidos da América...* P.305.

apostando, entre as diversas linhas de atuação possíveis, o fornecimento de assistência militar às forças moderadas¹¹⁴. Para tal observação, contribuía o facto de a balança de poderes, político-militar, encontrar-se em crescente oscilação, a favor dos moderados, o que determinava que os comunistas e a extrema-esquerda intensificariam a sua luta, sob pena de verem a sua revolução irremediavelmente perdida. Posto isto, a partir de finais de outubro, assistiu-se à precipitação, da situação, em direção ao choque militar, através de uma sucessão de acontecimentos que culminaria no 25 de novembro.

Após a crise de 7 de novembro, que se iniciou com a destruição, com recurso a engenhos explosivos, do emissor da Buraca, da Rádio Renascença, teve continuidade na confrontação entre os sargentos e praças, que intervieram nesta operação. A conflitualidade no ramo militar, levou a que Moraes e Silva passasse à disponibilidade 1200 paraquedistas de Tancos, precipitando os mesmos para o golpe militar¹¹⁵. Juntamente com a contestação dos paraquedistas, teve início uma greve dos trabalhadores da construção civil, que viria a culminar no dia 12 de novembro, numa grande manifestação, junto ao Palácio de São Bento e no sequestro da Assembleia Constituinte e do Primeiro-Ministro¹¹⁶.

A 20 de Novembro, foi dado o passo final para o choque militar, com a decisão do Conselho da Revolução, de afastar Otelo Saraiva de Carvalho da Região Militar de Lisboa e substituí-lo por Vasco Lourenço. Como moeda de troca, extinguiu-se o Agrupamento Militar de Intervenção e pôs-se em causa a remodelação do Governo Provisório.

2.13. O início das movimentações militares

As movimentações militares começaram na madrugada de 25 de novembro, com a ocupação das bases aéreas de Tancos, Monte Real, Montijo e do Estado-Maior da Força Aérea, pelos paraquedistas da Base-Escola, como resposta às decisões tomadas pelo Conselho da Revolução, nessa noite, que incluíram a substituição de Otelo Saraiva de Carvalho, no comando da Região Militar de Lisboa.

O “grupo dos Nove” estabeleceu o seu próprio posto operacional, na Amadora, sob a direção de Ramalho Eanes, ao mesmo tempo que alguns dos seus elementos, nomeadamente Loureiro Santos e Aventino Teixeira, permaneceram junto de Costa Gomes para preparar a sua

¹¹⁴ MOREIRA SÁ, Tiago, *Os Estados Unidos da América e a democracia portuguesa: as relações luso-americanas na transição para a democracia em Portugal (1974-1976)* PP. 375-376.

¹¹⁵ RODRIGUES, Avelino, BORG, César, CARDOSO, Mário, *Abril nos Quartéis de Novembro*, P.141.

¹¹⁶ MOREIRA SÁ, Tiago, *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa. As Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)* P. 381.

atuação. A partir da Amadora, foram ordenadas todas as operações, postas em ação pelo regimento de comandos, que incluíram os ataques ao BETP, ao RPM, ao RAC, ao RALIS e à EPAM, tendo sido todos estes precedidas por mensagens de rádio, que as anunciavam em nome do Presidente da República.

Em paralelo, as tropas da PM e do COPCON, procederam à ocupação da Emissora Nacional, a partir da qual apelaram à revolução, em nome de Otelo e do poder popular, ao mesmo tempo que Duran Clemente incitava, na RTP, à mobilização das massas, para junto dos quartéis e das estações de rádio e televisão.

Estes três pontos operacionais, assumiram-se decisivos, para o despoletar do 25 de novembro, a ação de importantes unidades militares, da região de Lisboa, tais como os paraquedistas de Tancos, RALIS, EPAM, COPCON, PM e SDCI. A tentativa de controlo dos meios de comunicação social, da Emissora Nacional e RTP, os diversos apelos à mobilização popular, para junto dos quartéis, assumiam-se cruciais, tal como a capacidade de convencer os fuzileiros a alinhar com a revolução, em movimento. Foi neste aspeto, que a ação de Costa Gomes se assumiu decisiva, para o desfecho do confronto militar. Primeiro, enviou Rosa Coutinho e Martins Guerreiro ao Estado-Maior da Armada e ao Alfeite, com o objetivo de garantir a fidelidade, daquela força especial, ao comando do Presidente da República. Em segundo lugar, entrou em contacto com Álvaro Cunhal e a Intersindical, para que desmobilizassem os seus militantes, uma condição impreterível para garantir o afastamento e salvaguarda do movimento popular.

Com estas dinâmicas em ação, o processo militar começou a seguir o sentido favorável ao “Grupo dos Nove”, que logrou garantir a rendição das tropas que ocupavam a 1ª Região Aérea de Monsanto, bem como o controlo dos meios de comunicação social, através da transferência para o Porto das emissões da RTP e da Emissora Nacional e o encerramento do Rádio Clube Português. A 26 de novembro teve início a fase de normalização, com a rendição da base de Monte Real, o abandono, por parte dos paraquedistas, da OTA e Tancos, o Conselho da Revolução dissolveu o COPCON e a PM rendeu-se aos comandos da Amadora.

O impasse político e militar, ficou resolvido no dia 27 de novembro, após o cerco e ocupação do COPCON, por forças do Regimento de Comandos e as negociações entre uma delegação de paraquedistas da Base-Escola, com Costa Gomes e Morais e Silva, acerca dos termos para a normalização da unidade. Para confirmar o sucesso do “Grupo dos Nove”, nos dois dias subsequentes, foi tomado um conjunto de decisões, que clarificaram o novo contexto político e militar. Otelo Saraiva de Carvalho e Carlos Fabião foram afastados, respetivamente,

dos cargos de comandante-adjunto do COPCON e CEME, sendo o primeiro substituído por Vasco Lourenço e o segundo por Ramalho Eanes.¹¹⁷

2.14. O apoio dos EUA à reestruturação das Forças Armadas portuguesas

No dia 25 de novembro de 1975, terminou, oficialmente, o processo revolucionário e teve início a fase de instauração da democracia em Portugal. Durante este período de tempo, que decorreu até à tomada de posse do I Governo Constitucional, a 23 de julho de 1976, o processo político interno foi dominado por três dinâmicas primordiais: a reestruturação das Forças Armadas; a tentativa de resolução da crise económica nacional; a aprovação do ambiente constitucional e a eleição dos órgãos de soberania. Ao longo de toda esta fase, o Ocidente desempenhou um papel fundamental, quer através do apoio militar, indispensável à reconversão das instituições castrenses, quer pelo auxílio à economia nacional, sem esquecer o apoio prestado aos partidos políticos democráticos, assumindo os EUA um papel liderante em todos os casos.

Todavia, a alteração mais importante, no que concerne a instituição militar portuguesa, consistiu na transição das Forças Armadas, organizadas com base numa guerra de guerrilha, em África, para as Forças Armadas voltadas para a defesa do Atlântico, num processo que se prolongou bem para além do período em estudo, mas que, todavia, se iniciou, em paralelo, com a implementação da Democracia.

Numa visita de Estado de Mário Soares aos EUA, em janeiro de 1976, além da concertação em matérias de reestruturação militar e económica, foi abordada a questão angolana, um assunto que iria dominar as preocupações norte-americanas, ao longo do ano de 1976. Soares afirmou que estava muito preocupado com Angola e que os socialistas estavam a fazer tudo o que era possível para manter a política de neutralidade, por parte de Portugal, mas não escondeu que havia uma enorme pressão, pró-MPLA, em Lisboa, atribuindo-a ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, cuja figura principal era Melo Antunes. Já Kissinger, não se encontrava preocupado com o estatuto do MPLA, mas sim com a presença de 12 mil soldados cubanos e 200 milhões de dólares de equipamento soviético, em Luanda, dados que constituíam uma realidade geopolítica sem qualquer precedente.

A transição democrática em Portugal, ficou consolidada com a ratificação da Constituição da República Portuguesa, a 25 de abril de 1976, as eleições presidenciais de 27

¹¹⁷ REZOLA, Maria Inácia, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*, PP. 877-885.

de junho de 1976, à Presidência da República e pela tomada de posse do I Governo Constitucional, a 23 de julho de 1976, com um executivo composto, quase exclusivamente, por militantes do PS, chefiado por Mário Soares e apenas três militares, nomeadamente Firmino Miguel na Defesa, Costa Brás, na Administração Interna e Almeida Lima, nas Obras Públicas.

2.15. Desfecho da situação portuguesa

Em tom de conclusão, ao ponderarmos a conjuntura política, nacional e internacional, assim como todas as possibilidades que poderiam daí decorrer, podemos afirmar que o caso português foi uma história de sucesso. A nível nacional, o resultado das eleições legislativas foi respeitado e foi instaurado um regime democrático, tendo sido ultrapassados os riscos iminentes, nomeadamente a possibilidade de uma guerra civil, motivada pela crescente crispação e fragmentação social. A nível externo, a situação poderia ter contribuído para ambas as superpotências entrarem num conflito total, facto que não se observou, em parte, graças à política de détente, bem como a diversas formas de pressão, exercidas sobre os segmentos políticos portugueses, mas também sobre a URSS¹¹⁸ e de estímulos empregues pelos Estados Unidos, com auxílio dos europeus ocidentais, numa ação conjunta e concertada. Foi assim que os Estados Unidos lograram garantir a permanência de Portugal, no espectro pró-ocidental, distantes de qualquer influência soviética, preponderante¹¹⁹.

¹¹⁸ RATO, Vasco (2002). *Reluctant departure. The politics of military extrication in Portugal*. PhD, Georgetown University.

¹¹⁹ GASPAR, Carlos, RATO, Vasco (1992): *O lugar de Zarodov* 59-92.

III

Situação Colonial

3.1. O contexto angolano

O sucesso ocidental, na frente europeia, foi conquistado com base na perda de influência nas ex-colônias portuguesas, naquilo que pode ser visto como uma troca por troca, na ótica soviética¹²⁰. De modo geral, o fenómeno de descolonização foi bem-sucedido, no entanto, o caso angolano teve condições específicas, que levariam ao desenvolvimento de um conflito interno, que desembocaria, por sua vez, numa das principais crises da política de détente. A confrontação entre os movimentos que pretendiam conquistar o direito à formação do governo, em combinação com os interesses das duas superpotências, a nível internacional, pôs em causa a possibilidade de um confronto de larga escala, possibilidade esta que não era de todo expectável, *à priori*, se tivermos em conta que nenhuma das superpotências tinha ligações históricas, ao continente africano. Curiosamente, os efeitos da revolução de abril viriam a fazer-se sentir durante mais tempo no continente africano, do que no europeu, em larga medida, devido à colisão entre as intervenções exógenas, em prol dos respetivos movimentos independentistas aliados.

No início de 1974, Portugal ainda detinha a soberania sobre Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, as ilhas de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Macau. Com a deposição do governo de Caetano, Timor tornou-se na 27ª província da Indonésia e as restantes colónias transitaram gradualmente para o estatuto de nações independentes, num contexto de tranquilidade, incluindo mesmo Moçambique e a Guiné-Bissau, que já se haviam cristalizado nas suas identidades políticas atuais. Ironicamente, apenas Macau, o fragmento mais pequeno do império ultramarino português, localizado na costa da China, permaneceu sob alçada portuguesa, até ao dia 20 de dezembro de 1999. No entanto, a transição angolana assumiu-se como a exceção a esta regra. Em 1974, Angola ainda era terreno de debate e a disputa interna, pelo estabelecimento do primeiro governo independente, tornou-se uma ocasião, inesperadamente propícia, para que uma das maiores crises da détente tivesse início, tal como aponta Coral Bell¹²¹.

¹²⁰ Coral Bell, *The Diplomacy of Détente The Kissinger Era*, P. 169.

¹²¹ Corall Bell, P. 170.

Porém, se todas as transições anteriormente mencionadas se sucederam de forma pacífica, porque é que no caso angolano se desenvolveu tamanha complicação? De entre os motivos principais, podemos destacar o facto de Angola ser um país bastante rico em recursos naturais. Ao contrário das restantes ex-colónias portuguesas, Angola exportava petróleo, ferro, café; o seu solo era rico em diamantes naturais e, geograficamente, encontrava-se numa posição estrategicamente importante para controlar as rotas do Atlântico Sul. A estes motivos acresceu o mau planeamento da transferência da soberania, ao invés de o poder ser concedido a uma facção angolana pré-determinada, foi transferido para um governo provisório, constituído pelos três principais movimentos independentistas rivais, que se distinguiam mais pelas suas lideranças e afiliações tribais, do que por diferenças ideológicas relevantes e se encontravam em conflito pelo direito de formação do governo, um fator que não foi devidamente tido em conta na ponta final da abdicação portuguesa, principalmente devido às pressões internas para uma concessão acelerada, da autodeterminação.

Em Angola, a autoridade colonial, emanava fundamentalmente de uma administração inicial costeira, que se tinha expandido até ao interior, principalmente durante o início do século XX. A doutrina defendida e praticada por Portugal, denominava-se de “pacificação” das colónias e procurava assegurar e reclamar a soberania portuguesa sobre a integridade do território angolano, regendo-se pelos regulamentos ao Imperialismo, estipulados no Congresso de Berlim. No entanto, tal como noutras regiões do continente africano, as delimitações territoriais desta colónia, interceptavam partes de territórios onde se localizavam comunidades políticas de determinados grupos etnolinguísticos. Foi a partir da reunião de autênticas sociedades heterogéneas, que emergiu uma corrente de Nacionalismo angolano, que tinha o objetivo principal de atingir a sua autodeterminação. Foi à experiência colonial que o Nacionalismo angolano foi buscar a sua matéria-prima e se desenvolveram os primeiros movimentos independentistas.

De qualquer modo, o início do conflito, entre os movimentos angolanos, não pode ser apenas apontado às diferenças étnicas. Outras influências importantes, tais como a raça, a educação, vários conflitos entre personalidades e até as próprias escolhas políticas iniciais, devem ser tidas em conta, de modo a compreendermos, inteiramente, o conflito civil angolano.

3.2. As origens do Nacionalismo angolano

Nos finais da década de 1940, pequenos grupos clandestinos de oposição ao colonialismo, começaram a tomar forma nos centros urbanos de Luanda e Benguela. Estes

grupos, constituídos na sua maioria por mestiços e assimilados¹²², começaram por formar os angolanos acerca de diversos fenómenos característicos da sociedade colonial, de entre os quais a exploração racial e o colonialismo. Numa fase bastante inicial, mas já com um programa marcadamente anticolonial e radical, o seu objetivo era pôr um ponto final ao domínio português e instituir um modelo marxista,¹²³ em solo angolano. A transição geracional levou a que estes grupos se fossem radicalizando e se afastassem cada vez mais das ondas pacíficas, que caracterizavam, até então, o Nacionalismo angolano e que argumentavam que para que houvesse uma efetiva e duradoura mudança política, teria que haver a uma concertação pacífica com a metrópole.

Os novos grupos anticoloniais continuaram a desenvolver meios que permitissem o aprofundamento da identidade nacional angolana, tentando ao máximo quebrar com as políticas lusitanas, de assimilação colonial. Um dos veículos utilizados pelo novo nacionalismo, foi a literatura clandestina de protesto, com a finalidade de estimular o fortalecimento da identidade nacional. Em 1948, um grupo de luandenses, ligado à Associação Regional dos Nascidos em Angola (ANANGOLA)¹²⁴, publicou uma análise literária denominada de Mensagem, cujo mote era "vamos descobrir Angola". Escrita tanto em forma de verso, como prosa, através desta obra os jovens assimilados e mestiços, expressaram a sua amargura com o estado submissivo dos seus meios envolventes¹²⁵. Apesar de ter sido objeto de apenas duas publicações, antes de ser banida pelas autoridades coloniais, em 1950, a Mensagem é vista, particularmente pelos membros do MPLA, como um dos guias e precursores do estágio de formação do anticolonialismo angolano contemporâneo e o seu editor, Viriato da Cruz, um jovem intelectual mestiço, viria mesmo a desempenhar um papel bastante relevante no desenvolvimento da tendência marxista, no cerne do MPLA.

O início do ano de 1960, marcou um ponto de viragem, a amargura do contexto colonial, deu lugar à raiva e o seu desafio ao colonialismo, tornou-se violento no método e revolucionário na intenção. Instalou-se um período durante o qual a influência política prevalecente foi o Marxismo que, juntamente com a influência dos comunistas portugueses¹²⁶, contribuiu em

¹²² COSTA CABRAL ANDRESEN GUIMARÃES, Fernando João. *The origins of the Angolan civil war: International politics and domestic political conflict 1961-1976* (London School of Economics and Political Science, March 1992) P. 161

¹²³ De acordo com Patrícia McGowan Pinheiro, diversa literatura acerca do Fascismo e Marxismo chegou a Angola, especialmente oriunda do Brasil, o que viria a influenciar a perspetiva política dos dois grupos enunciados - Ver McGowan Pinheiro, Patrícia, *Politics of a Revolt* (1962), P.107.

¹²⁴ WHEELER, D. L., PELISSIER, R. H., *História de Angola* (1971) P. 162

¹²⁵ MARCUM, John, *The Angolan Revolution Vol. II* (1960), P.50.

¹²⁶ CHILCOTE, R. H., *Documents (1972), Problems of the Angolan Revolution (January 1964)*

larga medida para o desenvolvimento do anticolonialismo em Luanda. Foi da comunhão entre o grupo de nacionalistas angolanos e indivíduos ligados ao Partido Comunista, que emergiu o PCA, em 1954¹²⁷. O partido foi formado por quatro ou cinco pessoas, entre as quais estava Ilídio Machado, que se assumia o teórico e dirigente ideológico do PCA e serviu de precursor ao futuro MPLA.

Além destas dinâmicas, em paralelo com a atividade conduzida em Luanda, os nacionalistas angolanos também organizaram uma frente em Lisboa, que se consubstanciava um destino de eleição para os angolanos que pretendiam continuar os seus estudos no ensino superior. Foi na capital portuguesa que, diversos independentistas angolanos, travaram contactos com a oposição política portuguesa, na sua maioria do PCP, bem como com outros estudantes das restantes colónias portuguesas. De entre os jovens angolanos que viajaram rumo a Lisboa e Coimbra, ao longo da década de 1950, estavam Mário Pinto de Andrade, fundador do MPLA, Agostinho Neto, líder do MPLA e o futuro primeiro presidente de Angola, Lúcio Lara, ideólogo do MPLA e Jonas Savimbi, líder da UNITA. De Moçambique, Marcelino dos Santos, fundador da FRELIMO e, da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, PAIGC.

Estes encontros assumiram uma elevada importância para o dinamismo criado entre os movimentos independentistas, nas colónias portuguesas e úteis para os líderes do MPLA, quando levavam a cabo o seu empenho no esforço de guerra contra a FNLA. Através de organizações interterritoriais, tais como a CONCP, o MPLA beneficiou internacionalmente da sua associação com o PAIGC e a FRELIMO, cujas posições foram incontestadas. O intervencionismo de Neto, que o fazia distinguir-se dos restantes líderes mencionados, fez com que se envolvesse com diversas estruturas, enquanto concluía os seus estudos em Portugal, de salientar uma associação de marinheiros angolanos, que empreendiam diversas viagens em navios mercantes, entre Portugal e Angola. Estes marinheiros viriam a providenciar uma corrente de partilha de informações, entre os angolanos em Lisboa e em Luanda, acerca do que estava a ser praticado pelos intervenientes em cada uma das frentes. A lógica era triangular¹²⁸, num vértice situava-se Mário de Andrade, que dirigia os estudantes em Lisboa, Agostinho Neto era o difusor, com recurso aos seus contactos com a associação de marinheiros¹²⁹ e, no último ponto, Ilídio Machado e Viriato Cruz, encabeçavam os jovens em Luanda. Apesar de não se

¹²⁷ ANDRESEN GUIMARÃES, Fernando. *The origins of the Angolan civil war...* P. 165.

¹²⁸ Entrevista a João Van Dunem, Londres, 3 de outubro de 1990; Andressen Guimarães.

¹²⁹ Para além de informação sensível sobre os desenvolvimentos em ambos os países, também diversos itens e propaganda comunista era transferida por via marítima, com recurso aos contactos estabelecidos com a associação de marinheiros. A. Franco de Sousa *Mukanda ao Meu Irmão (dezembro de 1990)*, P. 6.

tratar, nesta fase, de uma organização com estrutura formal, posteriormente esta relação viria a servir de alicerce para a progressiva construção do MPLA.

A expansão da atividade nacionalista, mesmo que limitada devido à sua clandestinidade, entrou no radar das autoridades coloniais, o que levou a que, entre 1957 e 1958¹³⁰, o regime de Lisboa decidisse enviar para Angola uma secção da polícia política do regime, a PIDE¹³¹, que logrou estabelecer uma excelente rede de informantes, tendo como resultado uma onda de detenções, em 1959, dizimando parte substancial da rede de nacionalistas clandestinos angolanos, retirando-lhe as figuras de liderança e empurrando as remanescentes para a atividade marginal, ou para o exílio. Devido à crescente atividade insurrecional organizada, em março de 1960, a Força Aérea transportou um distrito, que se baseou em Angola, seguindo-se semanas mais tarde, o envio de 2000 militares da classe de infantaria para reforçar o exército de 20.000 homens¹³². Para além da atividade local crescente, também as alterações que se vinham a suceder no mapa africano, com 17 países na África subsaariana a conquistarem as respetivas independências, apenas em 1960, eram fatores de alarme para o regime opressor português.

3.3. A fundação do MPLA

Após a intervenção das autoridades coloniais, a maioria dos nacionalistas das zonas urbanas, estavam na prisão, no estrangeiro ou no exílio. A força intransigente e repressiva das autoridades coloniais, tornaram a permanência em Angola uma impossibilidade. Ameaçado pela PIDE, Viriato da Cruz abandonou Angola e juntou-se a Mário de Andrade e Lúcio Lara, no estrangeiro. Estes três intelectuais, trabalharam em conjunto a partir de Paris, de onde tentaram aprofundar a causa anticolonial angolana, trabalhando sob uma denominação geral, “Movimento Anticolonial”. Juntamente com líderes nacionalistas de outras colónias portuguesas, tais como Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos, eram ativos no espectro político esquerdista, bem como nos círculos de leitura da Europa Ocidental. Foi principalmente, deste contexto que o MPLA emergiu.

Em relação à formação oficial do MPLA existem duas versões, principais, distintas. A versão de Franco de Sousa, membro fundador do MPLA, aponta que este movimento foi fundado a 10 de dezembro de 1956, por Ilídio Machado, membro do PCA, Viriato da Cruz, um

¹³⁰ ANDRADE, M., *Angolan Nationalism* (1963).

¹³¹ DAVIDSON, B., *In the Eye of the Storm* (1975), PP. 163-164.

dos redatores de Mensagem, Matias Migueis, Higino Aires e André Franco de Sousa¹³³. Os membros fundadores encontraram-se em Luanda na residência de Ilídio Machado, onde um manifesto de ação política foi delineado e o MPLA foi oficialmente fundado. A partir daqui a facção expandiu-se no interior do país, apenas esbarrando com a repressão colonial do final da década de 1950. Após este embate inicial, o movimento deslocou-se para o estrangeiro, primeiro Guiné e posteriormente Leopoldville, atual Kinshasa. A 4 de Fevereiro de 1961, os ativistas remanescentes, que não se encontravam presos, ou exilados, montaram um ataque às prisões em Luanda que, apesar de malsucedido, foi considerado o começo da guerra anticolonial contra os colonos portugueses.

A versão de Joaquim Pinto de Andrade¹³⁴, aponta que a fundação do MPLA, se prendeu pela saída de Viriato da Cruz, de Luanda, devido à pressão colonial, rumo a Paris, onde se juntou a Mário Pinto de Andrade e Lúcio Lara, em 1957, permanecendo, em Angola, meras células do movimento, que eram bastante ativas, no entanto, demasiado dispersas. Os exilados discutiram a necessidade de oficializar a estrutura que se tinha vindo a desenvolver e, terá sido apenas no final de 1958, na conferência das nações africanas, realizada em Acra, que este grupo exilado decidiu criar o MPLA. Subsequentemente, Viriato Cruz, terá delineado os estatutos, bem como o programa do movimento, que, alegadamente, se baseou, largamente, nos da NFL. Após o seu estabelecimento em Conacri¹³⁵, entre os anos de 1959 e 1960, o MPLA ainda tinha muito para concretizar, mas tinha logrado atingir o feito de criar uma estrutura de liderança bem definida. O comité de direção era composto por Mário de Andrade, no cargo de presidente, Viriato da Cruz, como secretário-geral e como vogais Lúcio Lara, Azevedo Junior, Matias Migueis, Eduardo dos Santos e Hugo Menezes. Seguindo esta lógica revisionista, longe de ter sido inspirado pelo MPLA, o ataque a 4 de fevereiro de 1961 foi espontâneo, mal planeado, mas ao fim ao cabo, necessário, e foi posto em prática por elementos que, à época, não estavam ligados ao MPLA¹³⁶. O que aconteceu posteriormente, foi a reivindicação, por parte dos membros deste movimento, no exílio, da autoria do ataque. Os próprios membros do MPLA teriam que admitir que, naquele momento específico, os avanços da população eram mais substanciais do que a própria ação desenvolvida pelo MPLA.

Na verdade, uma conferência de imprensa de Jonas Savimbi, em Londres, enquanto este era ainda um dos líderes da UPA, parece suportar a versão revisionista das origens do MPLA,

¹³³ FRANCO SOUSA, A., *Mukanda ao Meu Irmão Angolano* (10 de dezembro de 1990).

¹³⁴ ANDRESEN GUIMARÃES, Fernando. *The origins of the Angolan civil war...* P. 174.

¹³⁵ SAMUELS, M. A., *The Nationalist Parties* (1969).

¹³⁶ Entrevista a Manuel Santos Lima (Janeiro de 1991) in Andressen Guimarães.

quatro anos posteriormente à versão original. A declaração de Savimbi, serve ainda para ficarmos a saber que o partido terá sido formado no estrangeiro, em Paris, ao contrário dos relatos que apontavam a sua fundação em solo angolano. Descrevendo o movimento, disse: “(...) O MPLA é um partido de estudantes e intelectuais exilados: o seu movimento foi fundado em Paris”¹³⁷. Esta revisão histórica é bastante importante, acima de tudo porque põe em causa a legitimidade das reivindicações do MPLA como o propulsor da guerra anticolonial, quando foi, segundo esta versão, o ato heroico da UPA que a iniciou. Segundo Mendes de Carvalho, uma das personalidades que se encontrava encarcerada na prisão atacada, afirmou que os atacantes gritavam precisamente o nome do UPA, que, à época, era o mais proeminente movimento angolano e viria a servir de base para a fundação da FNLA.

Do ponto de vista ideológico, duas doutrinas assumiram maior influência na criação do movimento, primeiro que tudo o crescimento da tendência nacionalista, que se foi intensificando ao longo das transferências geracionais, mas também com recurso ao léxico utilizado pelo MPLA e pelos seus precursores na literatura difundida, bem como da própria doutrina marxista, como projeto ideal daquilo que deveria vir a ser a futura Angola pós-colonial, libertada das correntes da opressão portuguesa. Como John Marcum salienta, a escolha do Marxismo pode ter estado igualmente relacionada com um aspeto natural, grande parte dos membros deste movimento eram de origem mestiça e um espectro político como o Marxismo, que se focava na classe, à revelia da componente racial¹³⁸, poupava algumas problemáticas que daí pudessem advir¹³⁹.

Segundo salvaguardado no seu programa político, redigido entre 1962 e 1963, defendia que “a soberania do Estado angolano, pertenceria inteiramente e somente ao povo angolano”, sem distinção da origem étnica, da classe social, do sexo, idade, tendências políticas, religião e convicções filosóficas”. A tónica era igualmente colocada na luta de classes, sobre todas as outras, providenciando, aos mestiços e assimilados das zonas urbanas, terreno em comum para desenvolverem a sua cooperação.

¹³⁷ BRIDGLAND, Fred. *Jonas Savimbi — Uma Chave para África* (Editora Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1988).

¹³⁸ OTTOWAY, M., *Afrocommunism* (1986), PP. 99-100.

¹³⁹ MARCUM, J. A. *The Angolan Revolution, Volume I: Anatomy of an Explosion 1950-1962* (Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1969).

Assim sendo, o MPLA apresentava, de entre os grupos que pertenciam à sua genealogia, o PCA e a organização sindical do MPLA, que estava afiliada à Federação Internacional de Sindicatos, sediada em Praga. O MPLA consubstanciava-se, essencialmente, uma coligação alargada, dirigida por um relevante, mas dividido, grupo de intelectuais radicais, cujos ideais combinavam a religião católica e o Marxismo. Encontrava-se baseado na região de Lunda-Mbundu, regia-se menos pela componente tribal, do que os restantes movimentos angolanos e colhia o apoio dos sindicatos, nas cidades e dos agricultores, dedicados à cultura do algodão, nas regiões centrais do país.

Este movimento tinha uma vantagem estratégica considerável sobre os seus rivais, dispunha de relações exclusivas com as principais frentes de libertação na Guiné Portuguesa e em Moçambique. As relações pessoais de Neto com os dirigentes do PAIGC e da FRELIMO tinham sido consolidadas por uma estrutura formal, criada em 1961, que tinha como objetivo a consultoria entre os três movimentos, denominada CONCP. Neto tinha privilégios que advinham da sua posição de líder fundador do movimento de libertação, que se materializavam, principalmente, no reconhecimento dos restantes governos africanos, como o legítimo sucessor da administração portuguesa, em Angola.

A nível externo, o movimento mantinha laços bastante relevantes com os principais membros da Organização de Solidariedade Afro-Asiática e Latino-Americana, uma organização não alinhada, que fora fundada em Havana em 1966. Amílcar Cabral observou que «a revolução cubana constituía uma lição especial para os movimentos de libertação nacional, e em particular para os que queriam que as suas revoluções nacionais fossem “verdadeiras revoluções”, mal se sabia o nível de preponderância que a intervenção conjunta de Cuba, com a União Soviética viria a assumir. No curso da guerra anticolonial em Angola, e particularmente nos finais da década de 1960, foi com a NFL que o MPLA mais se identificou. A experiência de outros confrontos pela independência nacional, tal como na Argélia e no Vietname, foram tidas em conta como exemplos a seguir, segundo Lúcio Lara, o principal ideólogo do MPLA. O ímpeto ideológico do MPLA era impossível de negar ou reduzir na sua importância, tendo sido, com certeza, um fator condicionante e atrativo no estabelecimento de relações externas, em particular, com a União Soviética e Cuba. Em termos ideológicos, apesar das diferenças doutrinárias, o MPLA permaneceu claramente no campo Socialista.

Infelizmente, este movimento apresentou desde o início tendências contraditórias substanciais a nível interno, enfraquecendo seriamente a sua eficácia e, em várias ocasiões, ameaçando mesmo destruí-lo. No final da década de 1960, foi levado a cabo um intenso esforço

para estabelecer no MPLA uma elite concertada e ideologicamente consistente¹⁴⁰, enquanto o movimento em si continuava uma busca ativa por apoio externo indiferenciado, com o único interesse de mobilizar o apoio mais amplo possível. De qualquer modo, este esforço, ao invés de dirimir a insurreição interna, contribuiu para o seu agravamento, que, juntamente com a crise internacional do Comunismo, fruto da cisão sino-soviética, originou uma separação entre pró-soviéticos e pró-chineses, o que levou a que no início dos anos 1970 a posição de Neto estivesse seriamente em risco.

O progressivo confronto interno levou a que, em 1974, o MPLA já se tivesse repartido em três fações, a liderança sediada na Tanzânia, sob a égide de Agostinho Neto, o grupo baseado na Zâmbia, liderado por Daniel Chipenda, conhecido como a Revolta de Leste, que cativava maioritariamente como apoiantes, o seu grupo étnico Ovimbundu, originário das regiões centrais e do Leste angolano e, finalmente, a Revolta Ativa, facção estabelecida no Congo. A discórdia entre as três vertentes do movimento, não se sustentava tanto em diferenças de doutrina, mas sim nas falhas de comunicação, reservas militares e competição desmedida frutos de ambições individuais. O MPLA nunca, nem nos seus melhores momentos, tinha sido organizado ou coeso, a pressão provocada pelas contraofensivas portuguesas e as tensões étnicas, afiguravam-se desafios que se impunham à liderança de Neto e acabaram por culminar na repartição do movimento.

De qualquer modo, após a tentativa falhada de golpe de Estado de 11 de março de 1975, que levou à institucionalização do Conselho da Revolução, controlado pelas fações militares, com controlo operacional sobre as forças armadas, o MPLA viria a ter direito a um forte apoio da parte do MFA, do PCP e da União Soviética, tornando-se, claramente, no movimento dominante no processo de descolonização¹⁴¹.

3.4. O Nacionalismo Bakongo

Uma particularidade interessante no desenvolvimento do nacionalismo moderno angolano, foi o papel importante desempenhado pelas células internacionais que operavam a partir dos países vizinhos, tal como o Congo. A comunidade pertencente à etnia que falava Kikongo e transitava frequentemente a fronteira entre os dois países, foi a melhor demonstração deste fenómeno, que veio a ter impacto no desenvolvimento de um dos mais fortes e coesos

¹⁴⁰ MACFARLENE, S. N., *Superpower Rivalry and Third World Radicalism: The idea of National Liberation*, (1985) PP. 45-46.

¹⁴¹ MAXWELL, Kenneth (2003). *The United States and the Portuguese decolonization (1974-1976)*. Lisboa

movimentos anticoloniais angolanos, a FNLA, que se encontrava em 1975 numa acesa disputa pelo poder, face ao MPLA.

Em relação à FNLA, esta frente foi sujeita esporadicamente a um criticismo que tinha como premissa que a sua natureza tribal influenciaria a sua atuação, colocando em dúvida o verdadeiro interesse, que seria a independência nacional. Assumir-se-ia ela capaz de representar o interesse angolano como um todo, respeitando as diversas identidades tribais, ou pretenderia apenas defender os interesses de uma pequena parte, pertencente à sua tribo. Apesar de a sua motivação ser colocada em causa, foi um dos movimentos signatários dos acordos de Alvor, no dia 15 janeiro de 1975¹⁴², que reconheceram e legitimaram os três movimentos como sendo os representantes legítimos do povo e da vontade angolana. Com a sua legitimação, a FNLA, através da sua liderança, afirmava irrevogavelmente não ter quaisquer objetivos separatistas e reivindicava atuar somente em prol dos interesses nacionais, sobrepondo-se a quaisquer micro interesses tribais.

A partir de 1960, após decretada a independência do Congo belga, havia 58 organizações nacionalistas angolanas, apenas em Leopoldville¹⁴³. Todas estas procuravam o mesmo, obter apoio e representação crescente entre a população angolana expatriada, bem como do próprio governo congolense e, num espectro mais alargado, o apoio continental. Entre estas diversas organizações, encontrava-se o gérmen da FNLA, a UPA, que representava o povo falante de Kikongo, tendo sido o seu líder, Holden Roberto, o único rosto do nacionalismo angolano, por um longo período. Por volta do final da década de 1950, fase na qual a liderança do MPLA estava dispersa e praticamente não havia um movimento constituído, Roberto era já uma figura conceituada, muito bem reputada no meio político africano e tinha garantido uma importante aproximação aos grupos norte-americanos, em 1961, ano que marcou o início da guerra anticolonial contra Portugal. A UPA era então a campeã incontestável da autodeterminação angolana.

Apesar de ter nascido em Angola, Holden Roberto foi educado em Leopoldville e a sua ascensão na estrutura hierárquica da UPA, originalmente conhecida por UPNA, ocorreu sob a alçada do seu tio, Barros Necaca, o dirigente do movimento. A sua compleição política era constituída por membros da Igreja Baptista, pertencentes à tribo Baxikongo e os seus líderes pertenciam à linhagem do reino do Kongo. Com a sua ascensão dentro da UPNA, Roberto foi incumbido de partir em missão de representação na conferência All-African, que foi agendada

¹⁴² WESTAD, Odd Arne, *Moscow and the Angolan Crisis, 1974-1976: A New Pattern of Intervention*. P. 4.

¹⁴³ D. L. Wheeler and R Pelissier (1971) P. 220.

para o mês de dezembro de 1958, em Acra, capital do Gana. Nesta conferência, Roberto teve a oportunidade de estabelecer contactos com vários nacionalistas, tais como Patrice Lumumba, Kenneth Kaunda e Franz Fanon, mas, acima de tudo, foi neste contexto que a natureza separatista, que prevalecia na UPNA e que se focava em reconstruir o reino do Congo¹⁴⁴, acabou por ser posta de lado, a favor de uma identidade total angolana. Segundo relatórios, Roberto foi convencido a encontrar-se com aliados como Kwame Nkrumah e Sekou Toure, bem como outros dirigentes pan-africanos, como George Padmore e percebeu que a organização deveria ser modernizada e deveria abrir mãos do seu “anacronismo tribal”¹⁴⁵, que fundamentava as suas ambições de restauração. Foi com este alargamento, que um manifesto no nome de UPA foi emitido, aclamando a libertação de todo o território angolano e fazendo o seu primeiro aparecimento na conferência de Acra.

Com a modernização, dos objetivos do movimento, acompanhada pela alteração do nome, que conotava um espectro mais alargado, nos dois anos seguintes, Roberto fez uma autêntica tournée pelos mais relevantes círculos internacionais e publicou diversos artigos onde criticava a forma que tomara o colonialismo português, artigos que vieram a ter um impacto direto no aumento da base de apoiantes que o seu movimento reunia. De entre as cidades pelas quais passou, são de salientar Acra, Conacri, Brazzaville, Tunes, Monróvia e Nova Iorque. Em agosto de 1959, enquanto associado à missão guineana junto das Nações Unidas, Roberto fez a proposta de que os territórios portugueses, no continente africano, ficassem sob jurisdição das Nações Unidas. A sua viagem a Nova Iorque viria a assumir uma relevância superior àquela que se poderia imaginar, foi aqui que estabeleceu um vasto leque de contactos, com o apoio do Comité Americano para África, que viriam a manifestar-se no apoio prestado pelos EUA a Portugal, no conflito civil.

No entanto, a UPA não teve uma travessia completamente suave, devido à “inflexibilidade, resolução, anticomunismo e incapacidade de delegar poder e autoridade”¹⁴⁶, de Roberto, o resultado foi uma enorme divisão e repartição do movimento, culminando o descontentamento em 17 resignações dos 20 membros do comité de direção da UPA, incluindo o próprio tio de Roberto, um número surpreendente, que marcou o momento a partir do qual Roberto se tornou o líder incontestável da UPA. Após deter o controlo integral sobre o movimento, a sua primeira medida foi colocar membros da sua própria família e própria tribo,

¹⁴⁴ MARCUM, John A., *The Angolan Revolution Volume One (1960)*, P.50.

¹⁴⁵ COSTA CABRAL ANDRESSEN GUIMARÃES, Fernando João. *The Origins of the Angolan Civil War International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976* P.187.

¹⁴⁶ ANTUNES, J. Freire., *Kennedy e Salazar: o Leão e a Raposa* (1991), P. 86.

nos cargos executivos mais relevantes e reiterar o objetivo final da atuação política do movimento desenvolver uma campanha intensa, ainda que pacífica, tendo em vista o aumento das liberdades concedidas pelo regime colonialista português.

No entanto, a progressão pacífica da autodeterminação era cada vez mais improvável, com a imprensa portuguesa a transmitir que a determinação de Salazar em rejeitar qualquer abertura a negociações, se iria sobrepor. Como resposta, os nacionalistas da UPA alertaram para a responsabilidade do governo português, na eventualidade de um conflito sangrento, que pudesse decorrer desta intransigência. De qualquer modo, até 1960, não houve qualquer recurso ao conflito armado. A reticência em fazer uso das armas para obter a independência, começou a alterar-se aquando da segunda cimeira All-African People's, em Tunes, onde ambos os movimentos, o MPLA e a UPA estiveram presentes. Com a guerra de independência argelina em máximo vapor, Franz Fanon exaltou que a opção pacífica fosse posta de parte em favor de uma ação direta e efetiva. O que estava em causa era o início da guerra angolana pela independência, visão que foi contestada por Mário Andrade que defendia que a guerra não seria necessariamente essencial para o processo anticolonial.

3.5. O início do conflito colonial

Após a aproximação entre o MPLA e a UPA, em Tunes, em 1960, em 1961 pareciam seguir caminhos opostos, com Roberto a deixar bem claro que o UPA se encontrava resoluto, acatando as suas responsabilidades, perante África e perante a História, ao apelar ao governo português para aceitar encetar negociações, tendo em vista o início do processo de descolonização. A UPA, internamente coesa, considerava lançar uma ação militar contra o colonialismo português, enquanto o primeiro ainda parecia empreender esforços para consolidar a sua organização interna. Por este motivo, o MPLA pode ser visto como um afortunado por ter sido acreditado com o início da guerra anticolonial, no dia 4 de fevereiro de 1961.

O impacto de 4 de fevereiro, bem como toda a violência anticolonial, propulsionou o nacionalismo angolano em direção a um aumento significativo da atenção internacional. A pura violência dos ataques da UPA e a resposta colonial, assinalaram, inequivocamente, uma nova fase no nacionalismo e anticolonialismo. Estes ataques foram agendados de forma a coincidirem com o debate do Conselho de Segurança das Nações Unidas, cuja ordem do dia seria precisamente o colonialismo português. Assim, o anúncio de que uma revolta se havia iniciado em Angola, elevou a importância do debate e contribuiu para a redação final de um

relatório que criticava a atuação portuguesa. Durante o ano de 1961, tanto a desesperante procura pela autonomia, como a verdadeira natureza do regime colonial, foram reveladas.

Em julho de 1962, Cyrille Adoula, com o qual Holden Roberto mantinha uma relação de amizade, foi eleito Primeiro-Ministro do Congo, um pormenor que, juntamente com os laços familiares que Roberto partilhava com o presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, proporcionou à UPA e posteriormente à FNLA, o acesso privilegiado a uma base extraterritorial, extremamente segura. Além de um eventual apoio logístico, caso houvesse tal necessidade, Adoula ainda prestou auxílio à UPA nos seus esforços para ganhar o apoio dos emigrantes angolanos, que se localizavam em Leopoldville, um número que aumentou consideravelmente, após o início do conflito, em 1961¹⁴⁷.

A 27 de Março de 1962, a FNLA foi formalmente estabelecida, a estrutura política da UPA, dominada pela rede pessoal de Roberto, optou por estabelecer uma união política e genuína com um outro movimento de menor dimensão, mas também ele constituído por falantes de Kikongo, o Aliazo¹⁴⁸, que tinha, entretanto, alterado o seu nome para Partido Democrático de Angola. Enquanto era capaz de manter a sua preponderância, a coligação com outro movimento independentista permitiu-lhe transmitir a imagem de que levava a cabo a árdua tarefa de unir todos os angolanos, desde que se manifestassem contra o colonialismo português, levando a cabo pressões constantes e crescentes sobre o MPLA, tendo em vista a concretização de uma união nacional. Pretendia ainda agrupar, todas as organizações que representassem verdadeiramente o povo angolano e que concordassem com os princípios gerais da frente¹⁴⁹. Finalmente, a procura de Roberto por apoio internacional, principalmente continental, para o seu conflito contra as forças colonialistas, seria mais facilitada, com uma maior capacidade de manobra, fruto de representar um segmento populacional de maior dimensão.

Além do interesse no projeto de unificação dos diversos movimentos independentistas, numa única frente nacional, a FNLA também se dedicou, nos seus diversos pronunciamentos públicos, a difundir uma política que primava por estabelecer um afastamento da doutrina que vinha a ser mais difundida, o Marxismo. “A grande maioria daqueles que luta pela liberdade do seu país, não tem ideologia se não a da dignidade humana. É universalmente aceite que África está emprisionada pela sua terra e pela sua religião, sejam elas as que forem. Não sabe

¹⁴⁷ WHEELER, D. L., and PELISSIER R., P.190.

¹⁴⁸ MARCUM, John A., *Front Commun des Parties Politiques de l'Angola*, P. 95.

¹⁴⁹ CHILOTE, R. H., Establishment of the FNLA, 27 March 1962, PP. 103-104.

qualquer outra ideologia que não a do patriotismo - e isto é conhecido no Ocidente como Nacionalismo"¹⁵⁰.

No início de 1962, o movimento de Roberto, atuava como um governo exilado e empreendia, há um ano, esforços de guerrilha contra o regime colonial português. Tinha um pronunciado perfil internacional e, à época, seria difícil prever um cenário que não fosse extremamente positivo para o mesmo.

3.6. O nascimento da UNITA

Mesmo tendo sido estabelecida posteriormente em relação ao MPLA e à FNLA, tivesse um menor dispositivo militar e diversos problemas no que diz respeito à coesão organizacional, a UNITA representava o maior grupo étnico de Angola, os Ovimbundu, que reuniam bastante força no Sul e no Leste do país e era liderada por protestantes do Sul. A meio da década de 1960 apenas o grupo falante dos idiomas Kikongo e Kimbundu, sentiam verdadeiramente que o seu Nacionalismo era representado, a visão da FNLA de criação de uma frente única, que representasse o nacionalismo integral de Angola e o facto de o MPLA ser liderado por mestiços e assimilados, ambos os movimentos tinham uma conexão bastante forte com as respetivas áreas geográficas e grupo étnico. Ora, ao prestarmos atenção às periferias dos centros urbanos e da parte norte do país, podemos perceber que não havia uma representação anticolonial, efetiva. Além deste facto, os Ovimbundu tinham sido isolados, como um grupo étnico, sob o pretexto de que este se manifestava a favor e cooperava com o colonialismo português, tendo tendências reacionárias, que eram influência dos Lunda-Chokwe. Os trabalhadores Ovimbundu, foram mobilizados para o Norte angolano, apenas com o objetivo de trabalharem nas extensas plantações de café, pelo que durante os ataques iniciais de março de 1961, o isolamento deu espaço a ataques perpetrados pelas forças da UPA sobre os membros deste grupo¹⁵¹.

Posto este historial, foi com a reivindicação de salvaguardar o interesse desta maioria enfraquecida e relegada para terceiro plano que, em 1966, a UNITA quebrou com a matriz segmentária e introduziu os interesses da sua compleição étnica, no espectro mais alargado do esforço anticolonialista angolano, procurando dotá-lo de uma liderança nacional. A figura de liderança da UNITA, era Jonas Savimbi, nascido no Huambo, província que se estendia ao

¹⁵⁰ COSTA CABRAL ANDRESEN GUIMARÃES, Fernando João. *The origins of the Angolan civil war: International politics and domestic political conflict 1961-1976* (London School of Economics and Political Science, March 1992). P. 201.

¹⁵¹ D. L. Wheeler and R. Pelissier, (1971), P. 178.

longo do caminho de ferro de Benguela, Savimbi nutria um apelo político latente entre os angolanos das áreas centrais e do Sul. A proximidade criada pelo seu berço, bem como pelo seu umbundu tradicional fluente, proporcionaram a Savimbi a oportunidade de realmente organizar e cativar o apoio nestas regiões, podendo sondar e conquistar, igualmente, o apoio dos chefes regionais e dos anciãos.

Tal como se verificou nos casos dos líderes dos dois movimentos adversários, em 1958, Savimbi foi capaz de obter uma bolsa de estudos para continuar a sua formação superior em Portugal. Com a sua chegada à metrópole, entrou rapidamente em contacto com grupos nacionalistas e comunistas que estavam claramente descontentes com o Estado Novo. Antes de ser extraditado de Portugal, após ter entrado no radar da PIDE, devido à sua atividade política clandestina, Savimbi teve a oportunidade de conhecer Agostinho Neto, que era, nos finais da década de 1950, um dos mais proeminentes nacionalistas angolanos. Nutriu uma admiração por Neto que, segundo Bridgland¹⁵², ultrapassava o “moderado”, mas rapidamente foi total e irremediavelmente quebrada, quando Neto cometeu o erro de afirmar que os africanos do centro e sul angolano eram colaboradores dos portugueses. Quando Savimbi confidenciou a Neto que vinha de uma região próxima de Nova Lisboa, Neto respondeu que seria impossível um militante tão brilhante e destemido ter emergido do Sul. Savimbi ficou ressentido com estes comentários de Neto, pelo que, se antes simpatizava mais com os valores, a forma de organização e projeto do MPLA, após diversos convites rejeitados, pôs de parte as suas reservas em relação ao movimento de Roberto e optou por afiliar-se à UPA¹⁵³.

Em fevereiro de 1961, a um mês do início dos ataques contra os portugueses, Savimbi voou até Leopoldville, onde se juntou à UPA. Foi nomeado secretário-geral do movimento e foi o responsável pelo trabalho árduo de reorganização da sua administração. Um mês mais tarde, Savimbi acreditava que a revolta armada de março, contra o colonialismo português, tinha sido suficientemente importante para pôr de lado o facto de os ataques terem resultado na morte de membros do povo Ovimbundu, pelas forças militares da UPA. Alegadamente instrumental na criação da FNLA, Savimbi argumentou, de qualquer modo, contra o estabelecimento do GRAE, devido ao seu desejo de iniciar a intervenção direta no conflito colonial. De acordo com a sua perspetiva, a liderança do movimento deveria estar no terreno

¹⁵² BRIDGLAND, Fred. *Jonas Savimbi — Uma Chave para África* (Editora Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1988), P. 29.

¹⁵³ BRIDGLAND, Fred, *Jonas Savimbi - Uma Chave para África* (Editora Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1988), P. 41.

onde se combatia o destino do nacionalismo angolano, ao lado dos homens que participavam no esforço militar. Ao fim ao cabo, qual seria a imagem que pretendiam transmitir pela sua liderança? Devido ao confronto de perspectivas, entre Savimbi e Roberto, as relações entre ambos começaram a deteriorar-se¹⁵⁴ progressivamente, pelo que Savimbi começou a distanciar-se tanto da FNLA, como do GRAE. Utilizando a seu favor a cimeira de cabeças de Estado, promovida pela OAU, realizada no Cairo, anunciou a sua resignação do GRAE e da FNLA, no dia 16 de julho de 1964¹⁵⁵.

Após a resignação com popa e circunstância, no Cairo, Savimbi voou diretamente para Brazzaville, empreendendo, posteriormente, uma jornada que tinha em vista sensibilizar a opinião internacional para a causa angolana e reunir o apoio estrangeiro. Foi com este intuito em mente que visitou a Argélia, a China, o Vietname do Norte, a Coreia do Norte e a Europa de Leste, terminando a sequência de viagens em Brazzaville, novamente, no Outono de 1964. Este esforço, de qualquer modo, teve pouco sucesso, fosse na angariação de fundos, fosse na obtenção de apoio para o novo movimento nacionalista, que tinha em mente fundar. Apenas Pequim concordou treinar um pequeno número de apoiantes, no que tocava à arte do combate de guerrilha. No início de 1966, um diminuto quadro militar, que ficaria conhecido como os “11 chineses”, visto que todos eles foram treinados na prestigiada academia Nanking, sentia-se pronto para lançar o seu próprio movimento de libertação e reuniram-se, em Lusaka, os três fatores que viriam a auxiliar a causa da UNITA. O primeiro foi conquistado pela frustração do gabinete do GRAE em Lusaka, que via a sua ação constantemente limitada, pelo facto de a liderança de Roberto, se encontrar estacionada em Leopoldville, o que levou os seus membros a interessarem-se pela UNITA. Os restantes fatores passaram pela cativação dos apoiantes em Brazzaville e pela participação dos estudantes no estrangeiro, especialmente na UNEA, união que tinha estabelecido enquanto secretário-geral do UPA. O líder da UNEA, Jorge Valentim, juntou-se a Savimbi e a outros na Zâmbia, onde o Comité Preparatório para a Ação Direta, foi formado em janeiro de 1966.

A missão do CPAD era a de preparar e levar a cabo a fundação da UNITA, no território angolano, facto que ocorreu no dia 15 de março de 1966, em Mungai¹⁵⁶. Acabada de ser fundada e ainda para mais, sem uma força militar substancial, os membros da UNITA e a sua liderança, defendiam que seria fundamental estar no teatro de operações, onde se encontrava o

¹⁵⁴ Where is the Angolan Revolution? October 1964. Reproduced in CHILCOTE, R. H., PP.155-161.

¹⁵⁵ BRIDGLAND, Fred, *Jonas Savimbi*, PP. 73-74.

¹⁵⁶ BRIDGLAND, Fred, *Jonas Savimbi — Uma Chave para África* (Editora Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1988), P. 70.

remanescente dos seus apoiantes e contribuir no conflito armado contra as forças portuguesas. A recém-formada UNITA, perpetrou uma série de ataques em Cassamba e Teixeira de Sousa, províncias geograficamente localizadas na fronteira oriental com o Zaire e ao longo do caminho de ferro de Benguela. Os resultados de ambas as operações foram autênticos fracassos, de qualquer modo, serviram para destacar a determinação do movimento, ao intervir na defesa direta do Nacionalismo, ao contrário dos outros dois movimentos independentistas¹⁵⁷. A operação da UNITA no interior de Angola, teve um impacto direto nas prioridades dos movimentos independentistas, assinalou a transição do movimento de um grupo exilado para um movimento de guerrilha, funcionando no interior do país e praticando um confronto militar intenso contra os soldados portugueses.

Do ponto de vista racial e étnico, a UNITA não fez quaisquer distinções, procurou verdadeiramente fundar um nacionalismo integral e dedicou-se ao esforço pela conquista da independência para todas as regiões angolanas, independentemente da linhagem tribal ou perspectiva regional, distinguia-se, nestes aspetos, pouco da FNLA, mas bastante do MPLA¹⁵⁸. A UNITA enfatizou a procura pela expressão nacional e, tal como a FNLA e o MPLA, não questionou a definição territorial da Angola colonial. Além deste facto, tentou afastar-se da sua identidade regional, concedendo postos proeminentes a indivíduos que não partilhavam a etnia Ovimbundu, tal como foi o caso de Miguel N'Zau Puna¹⁵⁹, originário de Cabinda.

A nível ideológico, é extremamente difícil de inserir o movimento numa categoria do espectro político clássico, mas a sua ideologia política parece ter evoluído no contexto da disputa sino-soviética, da década de 1960. A definição da doutrina política ficou refém da necessidade de cativar apoio internacional, pelo que a UNITA se proclamou como um movimento anticomunista, mas em paralelo tinha perfeita noção de que a política de meados da década de 1960, tornava necessário algum radicalismo. Como principal aliado externo, a UNITA procurou desenvolver os seus laços com a China, tomando vantagem das eventuais motivações que Pequim pudesse ter em apoiar um movimento independentista que se assumia como adversário direto do movimento apoiado pela URSS, inserindo o contexto interno angolano na competição entre potências comunistas. Desta forma, enquanto se demonstrava contra o “revisionismo” e o imperialismo social da União Soviética, exaltava, por outro lado,

¹⁵⁷ MARCUM, J. A., *Three Revolutions* (1967), P.13. John Edlin, do Zambia News, apontou Savimbi como um exemplo para os “lutadores da liberdade” em Lusaka, que se dedicavam apenas a produzir dúzias de panfletos a condenar os regimes de Portugal, África do Sul e Rodésia”.

¹⁵⁸ GUIMARÃES, Andressen, P. 214.

¹⁵⁹ MARCUM, J. A., P. 194.

as virtudes do Maoismo, cujos ensinamentos a UNITA reivindicava estar a implementar diretamente, mas num contexto angolano.

Mais do que qualquer um dos restantes movimentos, a UNITA centrou o seu programa político no povo angolano, que, segundo o mesmo, teria que ser mobilizado para o combate contra o colonialismo, visto que o esforço pela consagração da independência teria que ser coletivo e o povo formaria as bases do futuro da Angola independente.

Em abril de 1974, a UNITA considerava ter adquirido uma paridade face à FNLA e ao MPLA e a sua participação no conflito anticolonial, tinha causado complicações relevantes às operações portuguesas. Tinha ainda a vantagem de, mais do que os restantes movimentos, favorecer uma unificação das forças anticoloniais, que, se fosse levada a cabo em concordância com o seu apelo nacional, poderia resultar num papel significativo para Savimbi e para a UNITA.

Em relação à independência angolana, após a revolução de 25 de Abril de 1974, a UNITA manifestou a preferência pelas eleições gerais, como a melhor forma de resolver os diferendos internos entre os movimentos. No entanto, apesar da sua declarada preferência pelos processos políticos, a UNITA entrou na guerra civil, em 1975 e a sua maior intervenção no conflito, passou pela cooperação com a invasão sul africana. Esta aliança com um regime que era preponderante na política africana, pode refletir uma moda geral dentro da UNITA, que punha um maior peso na conquista dos seus objetivos, do que nos meios como estes eram atingidos.

IV

As intervenções estrangeiras na guerra civil angolana

A guerra civil angolana reuniu, ainda que inesperadamente, as condições ideais para que as superpotências adversárias nela interviessem, cada uma em prol do seu movimento aliado. O aprofundamento destas intervenções fez com que a guerra civil angolana possa ser vista como uma das mais árduas crises, pelas quais passou a política de Détente. Foi um verdadeiro teste às suas convenções e a todos os acordos celebrados e avanços conquistados.

4.1. A intervenção chinesa

A China começou a intervir em África no início de 1960, tornando-se, até 1970, na maior patrocinadora anticolonial, de entre as três superpotências participantes. O exemplo mais significativo do apoio prestado, foi a construção do caminho de ferro de Tanzam¹⁶⁰, que se encontrava então na fase de conclusão e proporcionava aos chineses um prestígio inigualável, no contexto africano. O contexto ideológico do Partido Comunista Chinês e a sua própria experiência histórica, de luta contra o imperialismo ocidental, sustentavam a sua própria revolução como um modelo a ser emulado no terceiro mundo. Tal como a União Soviética, a China tentou inserir a política mundial no espectro ideológico do conflito, entre Comunismo e Socialismo. Com esta lógica em mente, a China posicionou-se, na política mundial, como o campeão do Terceiro Mundo e viagem do Primeiro-Ministro chinês, Chou En Lai, pelo continente africano, entre 1963 e 1964, serviu para afirmar a visão geral da China em relação ao continente africano.

Ao estabelecermos uma comparação entre as três potências que intervieram em África e a tradução da sua preponderância diplomática em manobra política, podemos afirmar perentoriamente que os chineses, numa fase inicial, foram quem se adaptou mais facilmente, no que diz respeito ao estilo de vida, mas também em relação à pertinência e aplicabilidade que a sua tecnologia teve, que se concretizou numa melhoria do quotidiano das populações locais, possibilitando um aumento do ritmo de trabalho e, consequentemente, uma maior produtividade¹⁶¹, dotando simultaneamente a intervenção chinesa de uma dimensão mais nobre do que a das restantes potências.

¹⁶⁰ GAVSHON, A, *Crisis in Africa: Battleground of East and West* (Harmondsworth: Penguin Books, 1981). P.130.

¹⁶¹ BELL, Coral, *Diplomacy of Détente...*, P. 172.

A preponderância chinesa no continente e as suas ações influenciaram, em larga medida, o comportamento soviético em Angola, principalmente nos finais de 1974 e nos inícios de 1975, mas não desde então. Em 1974, a China tinha já amplamente ultrapassado a União Soviética, no que diz respeito ao montante total do auxílio prestado aos Estados africanos, ascendendo o mesmo aos 237 milhões de dólares, com o grosso do apoio a ser alocado na parte Sul do continente africano, enquanto os soviéticos tinham, até então, disponibilizado uns meros 17 milhões de dólares¹⁶².

A China não só apoiou os países africanos, como assumiu um papel preponderante na formação da UNITA. Após a cisão de Jonas Savimbi da FNLA, em 1964, devido à prevalência no interior do movimento de uma orientação pró-americana, Savimbi procurou estabelecer um movimento alternativo ao MPLA e à FNLA, precisando para tal de uma fonte de apoio financeiro, militar e político, de grande dimensão. Se na Europa Oriental não obteve qualquer sucesso, onde, segundo Bridgland¹⁶³, foi recebido de modo bastante “frio”, provavelmente porque o MPLA já era um aliado bem estabelecido no “campo” moscovita, em Pequim, logrou obter algum sucesso. O regime chinês prometeu treinar os mais altos quadros da UNITA, em táticas de guerrilha, na academia militar de Nanking e contribuiu para auxiliar os apoiantes de Savimbi a cobrir os custos da hospedagem em Brazzaville, cidade onde se situavam desde a sua cisão com a FNLA de Roberto.

A ligação entre os partidos prevaleceu, através da disponibilização de assistência militar e financeira, no âmbito da guerra colonial, como foi exemplo o reduzido apoio financeiro de 15.000 dólares, proporcionado aquando de uma viagem de Savimbi à China, no início de 1965. Mesmo que reduzida, esta maquia assinalou a primeira doação feita por Pequim ao movimento e ainda em 1965, entre julho e novembro, o próprio Savimbi terá recebido instrução militar, juntamente com algumas figuras do movimento que viriam a ocupar os cargos de comandantes.

Volvidos dois anos, em 1967, Savimbi regressou à China, onde é dito que teve um encontro de uma hora com Mao Tse Tung e lhe foi prometido armamento, o qual não chegou ao solo angolano, alegadamente devido a percalços ocorridos no respetivo trânsito, entre a Tanzânia e a Zâmbia. Além do apoio prestado à UNITA, quando Daniel Chipenda se tornou rival interno de Agostinho Neto, no MPLA, os chineses também lhe proporcionaram fundos

¹⁶² KLINGHOFFER, Arthur, *The Soviet Union and Angola*, P. 19.

¹⁶³ BRIDGLAND, Fred. *Jonas Savimbi — Uma Chave para África* (Editora Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1988)

para formar a Revolta de Leste e, mais tarde, armamento para defender a causa do movimento. O facto de a UNITA e Chipenda manterem laços próximos com o governo de Kenneth Kaunda, na Zâmbia, facilitou a formação e existência de um ecossistema de apoio.

O envolvimento chinês mais significativo em Angola, foi estabelecido em conjunto com a FNLA e o Zaire¹⁶⁴. Esta coligação foi, acima de tudo, instrumental, na medida em que o Zaire como apoiante da FNLA, em conjunto com a relação que mantinha com a China, pôde desenvolver uma relação triangular com os seus dois parceiros. Holden Roberto, rumou a Pequim, em dezembro de 1973, com o pedido especial de instrutores militares para treinarem as suas tropas no Zaire, pedido ao qual os chineses acederam. Estes instrutores começaram a chegar a 29 de maio de 1974 e o seu número foi no mínimo de 120 homens, chegando possivelmente aos 200¹⁶⁵. Em finais de agosto, o armamento chinês começou a ser entregue à FNLA, o que teve repercussões diretas no aumento das armas fornecidas pelos soviéticos ao MPLA, em outubro.

Além do pouco apoio que a China ofereceu à UNITA, os laços chineses mais importantes foram estabelecidos com a FNLA, se bem que apenas numa fase inicial. Tal como argumentado, o estabelecimento destas ligações, foi fortemente influenciado, se não determinado, pelas relações da última com o Zaire, tal como serviu para garantir o apoio dos EUA. A partir de 1973, ano em que Mobutu estabeleceu relações mais próximas com Pequim, Roberto e a FNLA também se deslocaram para pedir o apoio chinês, apoio este que foi garantido, através do treino e fornecimento de armas, por via marítima. Em dezembro de 1973, uma delegação da FNLA visitou a China e conseguiu agendar um encontro com Deng Xiao Ping. A partir deste encontro, o apoio chinês consistiu na assistência militar direta à FNLA, desde o início de 1974 até 24 de outubro de 1975, precisamente um dia após a massiva intervenção militar, sul africana, em Angola.

Segundo John Stockwell¹⁶⁶, conselheiros militares, liderados por um major general do exército, chegaram no dia 23 de maio de 1974. Bridgland acrescenta que os últimos 120 instrutores chegaram em agosto de 1974, com 450 toneladas de armamento, numa operação que foi anunciada pela imprensa. Para tal apoio, contribuiu ainda a iniciativa de Nyerere, que tinha, aparentemente, pedido assistência a Pequim, em prol da FNLA. O líder tanzânio sugeriu

¹⁶⁴ KLINGHOFFER, Arthur, *The Soviet Union and Angola*, P. 19.

¹⁶⁵ COSTA CABRAL ANDRESEN GUIMARÃES, Fernando João. *The Origins of the Angolan Civil War International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976*.

¹⁶⁶ STOCKWELL, John. *In Search of Enemies: A CIA Story* (W.W. Norton and Company INC. New York).

que Pequim transferisse instrutores militares, baseados no seu país, para a base de Kinkuzu, controlada pela FNLA. O auxílio no equipamento deste movimento, desempenhou a sua quota parte de preponderância a favor do movimento. A assistência chinesa pelo apoio aberto à não socialista FNLA, foi aparentemente motivada por um desejo de reduzir a preponderância de Leonid Brejnev¹⁶⁷ e simultaneamente satisfazer Mobutu, adquirindo uma maior influência na África oriental¹⁶⁸.

De qualquer modo, com o início da guerra civil, os apoios disponibilizados pela China à UNITA não foram suficientes para que este movimento se pudesse destacar dos seus adversários internos, ao fim ao cabo, era precisamente este o objetivo da China, implementar um equilíbrio de forças, que estagnasse qualquer competição entre os movimentos e os obrigasse a aceitar partilhar temporariamente o governo¹⁶⁹. Em termos gerais, a relação entre ambas as partes, após a formação do movimento, foram poucas e progressivamente mais reduzidas e, verdade seja dita, o desfecho do conflito civil refletiu o fraco trabalho conjunto. De qualquer modo, é revelador olhar para as motivações por detrás da relação e concluir o que levou os chineses a apoiarem Savimbi, principalmente numa altura em que a UNITA não era um dos movimentos angolanos reconhecidos pela OAU. Este apoio talvez tenha passado pelo facto de ter um risco reduzido e a personalidade de Savimbi, juntamente com a sua admirável intenção de levar o conflito colonial para o interior de Angola, numa altura em que os movimentos independentistas se encontravam repartidos em células descentralizadas, possa ter criado uma surpresa positiva para convencer os chineses de que a sua causa, seria merecedora de apoio.

Estes auxílios revelavam uma tentativa intensa de equilíbrio das capacidades militares e financeiras entre os movimentos adversários, que se deveu, acima de tudo, ao facto de estar a favor e querer que os acordos de Alvor surtisses o efeito desejado. A China partilhou e apoiou, desde o início, a posição da OAU, de incentivar os movimentos a enveredarem pela solução negocial e, mantendo-se fiel a este princípio, não reconheceu o governo de Luanda, nem o de Nova Lisboa, após as respetivas declarações de independência. Visto não ter capacidade para competir com a URSS, em termos de armamento e plataformas logísticas e também não querer manchar a sua reputação, por uma colaboração com a África do Sul, optou

¹⁶⁷ WESTAD, Odd Arne, *Moscow and the Angolan Crisis, 1974-1976: A New Pattern of Intervention*. P.22.

¹⁶⁸ BRIDGLAND, Fred, *Jonas Savimbi — Uma Chave para África* (Editora Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1988), P.74.

¹⁶⁹ Segundo Klinghoffer, a China encontrava-se a favor dos acordos de Alvor e apoiava a posição da OAU, de favorecer uma negociação concertada entre os três movimentos, facto que levou Pequim a receber as delegações dos três movimentos independentistas e a distribuir o seu apoio do modo mais equilibrado possível. P.20.

por retrain faseadamente os seus apoios aos movimentos angolanos e desmobilizou os seus conselheiros que prestavam até então auxílio à FNLA, no dia 27 de outubro de 1975¹⁷⁰.

A diferença essencial entre a intervenção chinesa e as intervenções norte-americana e soviética, assentou no facto de a China ter intervindo de forma a equilibrar a preponderância militar, entre os três movimentos rivais¹⁷¹, de modo a garantir o cumprimento dos acordos de Alvor, tendo posto fim ao auxílio económico dois meses antes da data prevista para a transição da independência, enquanto os restantes patrocinadores exógenos escalaram as suas intervenções e os seus apoios. Com a redução do apoio chinês e remoção dos seus conselheiros militares do solo angolano, a China perdeu, progressivamente, a sua relevância na guerra civil angolana, durante a última metade de 1975, chegando à completa irrelevância em 1976. As tropas zairenses, que se encontravam a combater em Angola, foram as únicas forças que continuaram a receber armamento chinês e em adição, a Coreia do Norte procurou preencher o vazio deixado pelo corte no apoio chinês, à FNLA, proporcionando-lhe armas e conselheiros, que se encontravam em centros de preparação no Zaire.

Posto isto, podemos compreender que a China interveio em Angola, do modo mais equilibrado possível, ajudando os dois movimentos, do ponto de vista económico e militar, principalmente os principais adversários, a FNLA e o MPLA e prestou ainda auxílio na fundação do terceiro movimento, a UNITA. Esta lógica de intervenção equilibrada, tinha como intuito promover a obrigação de uma aproximação entre os três movimentos, através da estagnação do confronto bélico e consequente respeito das convenções estabelecidas pelos acordos de Alvor, bem como das recomendações da OUA: a formação de um governo transitório que proporcionasse um clima de estabilidade, para que pudessem ser posteriormente agendadas eleições. O interesse final passaria pela instituição de uma Democracia pluralista, na qual os movimentos se convertessem em partidos políticos e tivessem possibilidade de expressar as suas dicotomias, de forma moderada, através das devidas instâncias. Quando constatou que esta possibilidade não se viria a efetivar e a guerra civil seria o meio de decisão do direito a formar governo, reduziu de forma faseada os seus investimentos em África.

Em relação a Moscovo, Pequim foi acusada de deliberadamente instigar a guerra civil, numa tentativa de ganhar influência política no país. A reprovação com que os chineses observavam a intervenção soviética, ficou patente no discurso apresentado na Peking Review onde apontava que, “Foram os soviéticos, social-imperialistas, que acenderam as chamas da

¹⁷⁰ JACKSON, Steven F., *China's Third World Foreign Policy: The Case of Angola and Mozambique, 1961-1993*.

¹⁷¹ Peking Review 31, 1 August 1975. P7.

guerra em Angola, mas para encobrir os seus atos criminosos, recorreram ao seu truque sujo habitual, de utilizar a sua máquina de propaganda para atacar e caluniar a China e os países africanos. Mas o povo chinês tem vindo a desenvolver um apoio consistente e resolutivo aos esforços do povo angolano, na luta pela unidade, tendo em vista a independência nacional e isto é conhecido de todos”¹⁷². A URSS fez uma clara distinção entre os três movimentos, separando-os em categorias, como revolucionários, não revolucionários e até contrarrevolucionários, interferindo nos assuntos do povo angolano de uma forma que apenas contribuiu para trazer à tona os antagonismos que existiam entre si.

Quando o conflito escalou, em novembro, Pequim tinha já retirado integralmente o apoio à FNLA, porém, o facto de ter alinhado com os Estados Unidos e a África do Sul, causou fortes danos ao seu prestígio político, junto dos Estados africanos. A partir desta intervenção, a presença proeminente que se via anteriormente da China, em África, diminuiu consideravelmente.

4.2. A componente sul-africana

As principais forças internacionais que se confrontaram diretamente em Angola, foram as cubanas e as sul africanas. Apesar de haver pouca informação detalhada, acerca das batalhas entre os expedicionários cubanos e a Força de Defesa Sul-africana, que tiveram lugar entre novembro de 1975 e a retirada desta última, em janeiro de 1976, algumas descrições, detalham que a SADF se mostrou militarmente superior às forças cubanas¹⁷³. No entanto, apesar da sua inferioridade numérica e tecnológica, a aliança entre as forças cubanas e o MPLA, logrou garantir com que este movimento reclamasse a soberania, no dia 11 de novembro de 1975.

O fator de destaque conquistado com a intervenção das forças sul africanas na guerra civil angolana, não foi o fortalecimento da componente militar, mas sim a alavancagem política. A operação Savannah, que ditou o início da intervenção da África do Sul, do lado das forças anti MPLA, apenas teve um efeito contraproducente. Primeiro, porque serviu para desacreditar a sua imagem junto dos movimentos independentistas, ao posicionar-se a favor das forças imperialistas ditatoriais. Em segundo lugar, porque legitimou uma intervenção mais substancial de Cuba e da União Soviética. Facto é que, ao compararmos o transporte aéreo das tropas cubanas para Angola, à invasão sul africana, a segunda foi observada de modo

¹⁷² Peking Review 31, 1 August 1975, PP.8-9.

¹⁷³ SEILER, J., *South Africa's Regional Role*, [1981], P.107.

pejorativo, ao passo que a intervenção cubana foi considerada como a defesa de um povo que estava a ser vítima de uma invasão¹⁷⁴.

Em 1975 os decisores políticos em Pretória, acabaram por optar pela política que viria a ter o resultado oposto, àquele que pretendiam - negar o poder ao MPLA. Na verdade, a África do Sul não tinha se quer uma política coesa em relação a Angola, que fosse defendida unanimemente na estrutura de poder, o que teve consequências na qualidade das suas decisões e na definição da sua intervenção, que foi apenas levada a cabo a meia potência. Este facto levou à sequência de um conjunto de mal-entendidos em relação ao conflito angolano, nomeadamente do empenho dos Estados Unidos em Angola e do impacto político negativo da intervenção da SADF, no curso da guerra civil.

Os governos do Partido Nacional, liderados sucessivamente por Malan, entre 1948 e 1954, e posteriormente por Strijdom, entre 1954 e 1958, desenvolveram uma estratégia política predicada no conflito internacional, entre Este e Oeste. Definiram como principais objetivos placar o Comunismo, o mais longe possível da África do Sul, procurar associar o país a uma aliança formal de defesa ocidental e conquistar o apoio ocidental pela causa sul africana, protegendo o governo constituído pela minoria branca e exercendo uma resistência à autodeterminação. A aliança que procuravam estabelecer com as potências da NATO, contra a União Soviética, tinha o foco principal de garantir a segurança e preservação do seu governo de minoria branca¹⁷⁵. No pós-II guerra mundial, toda a sua atividade política internacional se concentrou na procura por aliados que a auxiliassem a garantir a preservação do governo de minoria branca, uma procura difícil, devido principalmente ao seu isolamento político, resultante da divulgação na cena internacional do regime de Apartheid, em 1960. Este facto levou a que, em 1964, os norte-americanos e os britânicos assinassem o embargo das Nações Unidas ao fornecimento de armamento à África do Sul, pondo de parte qualquer possibilidade que a mesma tivesse em fazer parte de uma aliança defensiva ocidental¹⁷⁶.

Uma cruzada¹⁷⁷ que, segundo os dirigentes sul africanos, se determinava a defender não só o país, mas todo o mundo livre, até ao máximo das suas capacidades, mesmo que o Mundo livre continuasse a colocar entraves às suas operações. Era esta a visão de B. J. Vorster, em 1973, a mesma personalidade que viria a ser Presidente da República, entre 1978 e 1979. A visão de Vorster era completada pela de P W Botha, que ocupava, em 1968, o cargo de ministro

¹⁷⁴ COKER, C., *NATO, the Warsaw Pact and Africa*, [1985], PP.239-240.

¹⁷⁵ GELDENHUYS, D., *South Africa's Search for Security since the Second World War*, [1978], PP.1-3.

¹⁷⁶ Costa Cabral Andresen Guimarães, Fernando João. *The Origins of the Angolan Civil War International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976*. P.333.

¹⁷⁷ GELDENHUYS, D., *South Africa's Search for Security since the Second World War*, [1978], P.7.

da defesa, segundo o qual, se o mundo não-comunista não apoiasse a África do Sul, como um aliado estratégico, teria que defender a rota do Cabo sozinho, pela saúde da sua economia e da do resto do Mundo Livre, fossem quais fossem os sacrifícios¹⁷⁸. Em paralelo com as duas principais pretensões sul africanas, a atenção dos decisores políticos em Pretória passou ainda pelo desenvolvimento do papel regional da África do Sul, porque a população sul africana, não branca, era observada como sendo um “campo fértil para a propaganda comunista e para a agitação”. Esta pretensão procurou estabelecer um cordão sanitário, formando um buffer zone que separasse a África do Sul das influências nefastas que o Comunismo pudesse proporcionar. Foi com esta perspetiva em mente que a partir de meados da década de 1960, em diante, Pretória procurou fortalecer as suas relações com os regimes brancos da Rodésia, de Angola e Moçambique, de modo a formar uma aliança destinada a quebrar com o seu isolamento.

A nível económico, a África do Sul desenvolveu-se bastante, entre 1961 e 1965, mas continuava a ter uma economia que se assemelhava à de uma colónia, no que respeitava às trocas comerciais, caracterizadas pela exportação de materiais primários e importação dos bens modificados, a um preço superior. Devido ao seu isolamento internacional e as consequentes dificuldades em escoar os seus produtos, o Sul de África reunia as melhores condições para satisfazer estas necessidades, pelo que se veio a tornar de uma região de elevado interesse para a África do Sul. Um dos contactos feitos nesta região, foi com o regime colonial português, que acabou por permitir, ao governo sul africano, conquistar uma importante quota no projeto hidroelétrico do rio Cunene, em Angola.

Além do início da cooperação com Portugal, desenvolveu ainda relações importantes com o regime de Smith, na Rodésia, que controlava os territórios nas suas fronteiras imediatas, o que proporcionou espaço para relaxar e reduziu o receio de confrontação com regimes comunistas, ao longo das suas fronteiras, criando assim um “cordão sanitário”¹⁷⁹. Este “cordão” foi bastante importante, culminou numa liga de Estados em seu redor, que esterilizariam qualquer conflito interno e bloqueariam qualquer instigação externa.

No entanto, a inesperada revolução de 25 de Abril de 1974 e as descolonizações subsequentes, retiraram à África do Sul um aliado extremamente importante, o regime colonialista português e puseram um ponto final ao estado de paz por pouco tempo experienciado. Os fatores reuniram-se para que, o que era observado até então como um cordão sanitário, se comesasse a tornar num elo de Estados marxistas, que se iniciava em Angola e

¹⁷⁸ COKER, C. *NATO, the Warsaw Pact and Africa*, [1985], P.83.

¹⁷⁹ GELDENHUYS, D., *South Africa's Search for Security since the Second World War*, [1978], P.8.

terminava na Tanzânia, ameaçando a sobrevivência do governo anacrónico de minoria branca¹⁸⁰. Estes facilitariam a infiltração de guerrilhas e proporcionariam um apoio total à demolição dos regimes que tivessem por base a supremacia branca.

Assume-se que os primeiros contactos, entre os oficiais sul africanos e os movimentos independentistas angolanos, tenham tido início no Verão de 1975, altura em que o líder rebelde do MPLA, Daniel Chipenda, tinha abandonado o movimento, juntando-se, entretanto à FNLA. Chipenda visitou Windhoek, em maio e julho de 1975, onde se encontrou com o dirigente do BOSS, o general Van den Bergh. Apenas um mês após este contacto inicial, que teve como objetivo abordar o contexto africano, no final de agosto a SADF estabeleceu dois centros de treino, um direccionado à UNITA e o segundo às forças da FNLA. No final de setembro, uma equipa de 18 instrutores sul africanos, liderada por um oficial das SADF, juntamente com algum armamento, foram disponibilizados para operar o centro de treinos militares da UNITA. A UNITA assumia-se como o derradeiro movimento a apoiar¹⁸¹, essencialmente porque a sua zona de influência e as suas raízes políticas se localizavam no Sul do país, podendo proporcionar uma zona segura entre a Namíbia e um eventual governo hostil em Angola¹⁸². Além da importância geográfica, quando os norte-americanos se voltaram igualmente para a UNITA, em junho, Pretória acreditava estar em linha com a política norte-americana em relação a Angola, um fator extremamente interessante, quando temos em conta a sondagem que Pretória fazia por aliados internacionais. Um terceiro motivo que cativou o interesse pela UNITA foi o facto de Savimbi fornecer informações específicas acerca da localização das bases das SWAPO, que os sul africanos pretendiam erradicar¹⁸³.

Oficialmente, Pretória justificou a sua intervenção militar em Angola, no Verão de 1975, com o pretexto de proteger os seus investimentos no projeto hidroelétrico do rio Cunene, no entanto, era substancialmente certo que o interesse primordial e aquele que representava uma maior urgência, seria mitigar os efeitos nefastos que a guerra civil angolana viesse a ter na fronteira norte do Sudoeste de África¹⁸⁴. Este esforço passava, de modo mais objetivo, por intervir no conflito angolano, em apoio dos movimentos da FNLA e da UNITA, numa posição clara contra o MPLA, o movimento que representava os valores marxistas.

¹⁸⁰ BARBER, J. and BARRATT, J. *South Africa's Foreign Policy*, [1990], PP. 176-180.

¹⁸¹ LEGUM, C. [1978], P.36.

¹⁸² Costa Cabral Andresen Guimarães, Fernando João. *The Origins of the Angolan Civil War International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976*. P. 349.

¹⁸³ MARCUM, J. [1978], P.271.

¹⁸⁴ GELDENHUYS, D., *South Africa's Search for Security since the Second World War*, [1978], P.10.

A primeira intervenção sul africana em Angola foi de escala relativamente reduzida, com apenas duas centenas de oficiais das SADF a liderarem uma coluna zulu, com sensivelmente 2,000 soldados, munidos de veículos blindados, que se juntou à FNLA e à UNITA, no Oeste de Angola, a 23 de outubro de 1975. Esta primeira intervenção, teve como objetivo a melhoria das posições da UNITA no campo de batalha¹⁸⁵, antes que a data da declaração de independência chegasse, seguida da desmobilização das tropas portuguesas. A conquista territorial, a favor da UNITA, seria fundamental para dotar o movimento de uma maior força negocial, de forma a garantir a sua integração no governo de coligação, com a mais elevada preponderância possível. De qualquer modo, as negociações começavam a parecer pouco prováveis e o resultado no campo de batalha parecia vir a determinar o legítimo sucessor do regime colonial português. Experienciando este volte-face, a África do Sul viu-se obrigada a prolongar o esforço em Angola. Segundo Bridgland, Savimbi compreendeu, apenas na sua viagem a Pretória, onde se encontrou com Vorster, a 10 de novembro, que a África do Sul tinha revertido o seu plano inaugural, de retirar as suas tropas de Angola a 11 de novembro e tinha agora o objetivo de continuar o esforço de conquista territorial, até chegar a Luanda e posteriormente garantir a preservação da capital, sob a égide da FNLA, que se encontrava então a receber apoio norte-americano e zairense¹⁸⁶.

Com este objetivo em mente, Pretória adotou uma intervenção, em Angola, em três fases distintas, ainda que inadvertidamente. Numa primeira fase, inaugurada em julho de 1975, atuou de forma a eliminar as tropas SWAPO¹⁸⁷, fazendo proveito do caótico contexto, em Angola, para resolver problemas nacionais. Numa segunda fase, volvido um mês, as forças da SADF entraram novamente em Angola e ocuparam as instalações, onde decorria a construção da barragem do rio Cunene. Enquanto era desenvolvida uma intervenção limitada, sul africana, descobriram que os soviéticos se encontravam a intervir no conflito. Com estas informações recém-descobertas, P W Botha proferiu, “a África do Sul está a desempenhar um papel limitado em Angola, porque a Rússia está empenhada numa campanha militar imperialista, no país... nós [África do Sul] estávamos preparados para deixar o povo de Angola solucionar os seus problemas, no entanto os russos interferiram porque pretendiam controlar a rota marítima do

¹⁸⁵ Costa Cabral Andresen Guimarães, Fernando João. *The Origins of the Angolan Civil War International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976*. P. 341.

¹⁸⁶ BRIDGLAND, Fred, Jonas Savimbi — *Uma Chave para África* (Editora Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1988), P.145.

¹⁸⁷ BARBER, J. and BARRATT, J. *South Africa's Foreign Policy: The Search for Status and Security 1945-1988* (Cambridge: Cambridge University Press, 1990), P.191.

Cabo, bem como explorar a riqueza angolana”¹⁸⁸, numa tentativa atabalhoada de mascarar as suas verdadeiras intenções.

Por último, defrontou o MPLA, que contava com o apoio cubano, numa tentativa de tomar Luanda para o seu aliado, FNLA. À falta de uma estratégia solidamente delineada, mas devido, principalmente, ao fim do apoio norte-americano, o desfecho da guerra civil angolana dificilmente poderia ter sido mais prejudicial para as pretensões de Pretória, com a instauração de um governo MPLA, de doutrina marxista, apoiado pela União Soviética¹⁸⁹.

No decorrer da sua “jornada angolana”, a AS pôde contar com o apoio de alguns Estados africanos, nomeadamente do Zaire e da Zâmbia, da Costa do Marfim, do Senegal e, finalmente, da Tanzânia. Tanto a Zâmbia como o Zaire foram incluídos na estratégia diplomática de diálogo, que procurava estabelecer relações mais próximas com os governos africanos simpatizantes. De qualquer modo, mesmo colhendo o apoio de diversos regimes africanos, o principal aliado e patrocinador da intervenção sul africana em Angola, foram os Estados Unidos. Apesar de diversas tentativas, por parte do governo norte-americano, de encobrir a cooperação com o governo sul africano, Vorster deixou bem claro que a África do Sul apenas levou a cabo esta intervenção, porque lhe tinha sido dada a certeza, por parte dos EUA, de que as suas forças seriam repostas, na eventualidade de se deparar com uma oposição massiva¹⁹⁰.

Evidentemente, esta declaração de Vorster foi contrariada pelas declarações norte-americanas, que procuraram desmentir quaisquer garantias que pudessem ter sido dadas ao governo de Pretória. Perante o subcomité para os assuntos africanos, do Senado norte-americano, Kissinger afirmou, enfaticamente, que a ideia de que os EUA atuaram numa coligação com a África do Sul era uma inverdade, apontando, de seguida, que Washington não tinha qualquer conhecimento das intenções sul africanas, pelo que muito menos tinham levado a cabo qualquer concertação militar com este regime.

De qualquer modo, com as informações de que dispomos, atualmente, estamos mais do que certos acerca da concertação entre os EUA e a África do Sul e podemos facilmente compreender a necessidade dos norte-americanos de ocultarem qualquer cooperação com o regime supremacista e a impopularidade que adviria do conhecimento internacional desta cooperação. Ao fim, ao cabo, a revelação da presença da SADF em solo angolano, acabou por

¹⁸⁸ LEGUM, C. *After Angola: The War Over Southern Africa*, P.37.

¹⁸⁹ Costa Cabral Andresen Guimarães, Fernando João. *The Origins of the Angolan Civil War International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976*. P. 343.

¹⁹⁰ COKER, C. *NATO, the Warsaw Pact and Africa*, [1985], P.96.

assinalar o início do fim da guerra civil angolana. O envolvimento de Pretória no conflito apenas precipitou a OAU e posteriormente a ONU, a reconhecerem a legitimidade do governo formado pelo MPLA, pondo fim ao conflito armado de 1975.

4.3. Zaire: uma busca pela influência

O papel desempenhado pelo regime Zaireense de Mobutu, no conflito angolano, foi igualmente relevante. O Zaire foi, juntamente com os governos da África do Sul e de Cuba, um dos que optou por intervir de forma direta neste conflito, disponibilizando as suas próprias tropas para auxiliarem na preparação militar dos quadros angolanos e nos esforços militares¹⁹¹. A participação do Zaire, em Angola, foi iniciada com o patrocínio do GRAE, em 1963, pelo governo de Adoula, que viria a ser sucedido pelo coronel Mobutu, em 1965, pelo que, através da continuação das relações, as políticas zairenses e congolenses, em 1975, já tinham refletido um impacto substancial. Como salientei, a relação próxima entre a FNLA e o presidente Mobutu levou, não só, à intervenção a favor do movimento, mas também a uma relação de apoio triangular, providenciado à FNLA, na qual entraram, também, os Estados Unidos.

Com o início da intervenção norte-americana, o Zaire desenvolveu um papel bastante importante para garantir que os EUA continuassem a desenvolver, com sucesso, a sua intervenção indireta na guerra civil angolana: não só se dispôs a servir de intermediário dos fundos fornecidos pelos EUA, com destino à FNLA, como também influenciou a determinação da política norte-americana em relação ao conflito angolano.

Ainda com o objetivo de proporcionar o maior auxílio possível a Roberto, o Zaire fez uso das suas relações com a China e logrou com que a mesma disponibilizasse armamento. O pragmatismo do regime de Mobutu, a favor da FNLA, permitiu com que a internacionalização do conflito ascendesse categoricamente. A comunidade falante de bakongo, na qual a FNLA tinha as suas raízes, entre as fronteiras dos dois países, viu as suas fortunas no campo de batalha intimamente ligadas ao poder zaireense e, especialmente, às do presidente Mobutu. Pode até ser dito que a FNLA demonstrou estar completamente dependente do Zaire, como intermediário do apoio financeiro e armamento norte-americano, além de disponibilizar uma base militar em Kinkuzu, apoio diplomático e uma vantagem operacional, ao rejeitar ao MPLA acesso a Angola, a partir da sua longa fronteira. Com esta dependência transversal, tornava-se mais

¹⁹¹ Costa Cabral Andresen Guimarães, Fernando João. *The Origins of the Angolan Civil War International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976*. P. 356-357.

previsível que, assim que a FNLA optasse por entrar na disputa pelo poder em Angola, o regime de Mobutu entrasse em consonância.

Todavia, o Zaire detinha interesses particulares que orientavam a sua intervenção em Angola. Em 1975, o Zaire necessitava de impedir o estabelecimento de um regime de esquerda em Luanda, fosse do ponto de vista estratégico, económico e político. Um governo hostil e independente na vizinha Angola, consubstanciaria uma ameaça aos interesses defendidos por Mobutu de desempenhar um papel hegemónico na África Central, ou, até mesmo, a nível continental¹⁹². Em 1973, excelentes preços foram postos sobre os seus abundantes recursos minerais e um papel crescente na cena africana tornou o Zaire num ator influente nesta área, apesar da negativa ligação do regime de Mobutu aos Estados Unidos, um resultado do alegado papel desempenhado pela C.I.A, na crescente consolidação do seu governo. A forte presença de investimentos ocidentais na economia zairense, especialmente no setor de produção de cobre, também contribuía para tal. Este facto, juntamente com o desenvolvimento de relações próximas com a China, a partir de finais de 1972, serviu para melhorar a imagem do Zaire no terceiro mundo, de forma transversal.

Outro motivo para o Zaire querer intervir em Angola, era o de demonstrar o desejo de preservar a sua aliança com os EUA, servindo de subsidiário de Washington no solo angolano. Esta necessidade surgiu após as relações entre os dois países se terem progressivamente complicado, tendo atingido o pior estado precisamente em 1975¹⁹³, quando a C.I.A foi acusada por Kinshasa de ter conspirado para remover Mobutu do poder. Após o desagrado dos Estados Unidos, despontado pela intervenção zairense na questão israelita e devido às crescentes relações com a China, o embaixador norte-americano para o Zaire, nomeado em 1974, nunca conseguiu ter relações próximas com Mobutu e as autoridades zairenses cortaram os fornecimentos de petróleo a diversas companhias ocidentais, aprofundando o distanciamento entre os dois países.

Ainda um terceiro motivo foi o conflito entre Kinshasa, que era apoiada pelos EUA e Brazzaville, apoiada por Moscovo. Esta dualidade representava outra questão internacional que acabou por se sobrepor ao conflito interno angolano e teve repercussões relevantes. Brazzaville assumiu a posição de intermediário, providenciou ao MPLA um local para instalar as suas

¹⁹² Segundo Legum, estes motivos tornavam obrigatória a intervenção do Zaire, no conflito civil angolano. C Legum, [1978], P.32.

¹⁹³ YOUNG, C. *The Portuguese Coup and Zaire's Southern Africa Policy* [1980] P.208.

bases, bem como o ponto de receção de armamento enviado pela URSS, estabelecendo ainda um elo de comunicação importantíssimo entre o MPLA, os cubanos e os soviéticos. Pelo contrário, Kinshasa disponibilizou tropas que atuavam ao lado da FNLA e serviu como uma plataforma logística de receção de armamento norte-americano, que era posteriormente enviado para o seu destinatário final, o movimento de Roberto, garantindo, além do seu apoio direto, a ligação entre a FNLA e os seus apoiantes externos.

Com a crise dos preços do petróleo, em 1973, e a quebra do preço do cobre a nível mundial¹⁹⁴, em abril do mesmo ano, o Zaire viu o seu PIB reduzir para metade, em comparação com o ano precedente, um sério problema que agravou a crispação interna. O interesse principal de Mobutu passava então por neutralizar estas forças que se encontravam a ameaçar constantemente a sua autoridade e tinham, então, alinhado com o movimento independentista, que demonstrava querer construir um país com base nos ideais marxistas-leninistas, mantendo relações próximas com a União Soviética.

Por estas razões e pelo facto de mais de metade das exportações de cobre zairense deixarem o país através dos portos angolanos, no Atlântico, recorrendo ao caminho férreo de Benguela, para que até lá chegassem, a intervenção zairense em Angola era algo completamente inevitável.

4.4. A perspetiva norte-americana em relação a África

Desde o fim da crise do Congo, em meados da década de 1960 e até ao golpe de abril de 1974, em Portugal, a política de Washington em relação às colónias portuguesas, foi diretamente influenciada pelas relações com Lisboa, que eram desenvolvidas no âmbito da NATO¹⁹⁵. Na primeira fase da sua política em relação a Angola, Washington parecia acreditar que o regime de Salazar, bem como o do seu sucessor, Marcelo Caetano, estavam irremissivelmente imbricados no poder, tanto em Portugal, como nos seus territórios ultramarinos. Este facto levava a que os decisores políticos norte-americanos achassem que a preservação de relações bilaterais saudáveis, com Lisboa, prevenissem qualquer possibilidade de o perigo soviético se conseguir propagar no continente africano. Além de garantirem a preservação dos seus interesses nas áreas sob alçada portuguesa, as relações salutaras com o regime português, possibilitavam ainda o acesso privilegiado à base das Lajes, na ilha

¹⁹⁴ Costa Cabral Andresen Guimarães, Fernando João. *The Origins of the Angolan Civil War International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976*. P. 365.

¹⁹⁵ Costa Cabral Andresen Guimarães, Fernando João. *The Origins of the Angolan Civil War International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976*, P. 369.

Terceira¹⁹⁶, um ponto de paragem, que se assumiu relevantíssimo, aquando da guerra de Yom Kippur.

No entanto, no início da década de 1960, estes interesses políticos intersectaram-se com o desenvolvimento de uma nova perspetiva, norte-americana, acerca do continente africano. Os Estados Unidos quiseram estabelecer a sua influência, junto das nações africanas, que emergiam em catadupa, como resultado da onda de independências promovidas por diversos Estados europeus. Esta iniciativa esbarrou com a recusa, de Portugal, em considerar a possibilidade de conceder a independência aos seus territórios africanos. De qualquer modo, o crescimento da importância política do grupo de Estados afro-asiático, tanto nas Nações Unidas, como no espetro da disputa pela procura por uma maior influência, entre Este e Oeste, levou a que Washington priorizasse o estabelecimento do seu papel, no Terceiro Mundo.

Quando a administração Nixon tomou as rédeas da governação nacional, em 1969, a política norte-americana em relação a África encontrava-se já extremamente desatualizada, necessitando de uma revisão urgente, pelo que o seu Secretário de Estado, Henry Kissinger, encarregou o Conselho Nacional de Segurança, de desenvolver uma revisão à mesma. Este órgão viria a produzir um memorando que determinava que os regimes brancos, na África do Sul, persistiriam num futuro próximo, e que qualquer alteração, construtiva, seria provavelmente fruto de uma alteração da política doméstica dos Estados colonialistas, tal como no caso sul africano, ou de uma modificação das políticas colonialistas, tal como no caso português¹⁹⁷. A concessão da independência por parte do Estado colonialista, seria uma forma mais viável e produtiva, a longo prazo, ao invés de a mesma ser conquistada através de uma guerra colonial, porém, afigurava-se pouco provável de que se viesse a observar uma abertura e predisposição para tal, pelo que os EUA deveriam empreender esforços de persuasão junto dos regimes brancos, com o objetivo de que estes enveredassem por concessões faseadas, que culminassem, por sua vez, na constituição de governos que representassem a maioria negra.

O memorando da segurança nacional, foi apresentado ao presidente Richard Nixon, em janeiro de 1970, juntamente com a recomendação de que os EUA adotassem uma política ambivalente que recriminasse a repressão nacionalista e ao mesmo tempo relaxasse o isolamento político e económico dos regimes “brancos”, nomeadamente de Portugal e da África do Sul. Apesar de Washington continuar a alinhar com o embargo armamentário, interposto pelas Nações Unidas, Portugal continuou a receber a sua assistência militar, através

¹⁹⁶ ANTUNES, J. Freire, *Kennedy e Salazar: o Leão e a Raposa*, [1991], P.31.

¹⁹⁷ Bell, Coral. *The Diplomacy of Détente: The Kissinger Era*, P. 170.

de outras formas, tais como fornecimentos de veículos de transporte pesados, jeeps e helicópteros. Em acréscimo, os oficiais portugueses beneficiaram de sessões de treino nas facilidades norte-americanas, localizadas na Alemanha ocidental e no Panamá, enquanto um número que rondava os 100 militares, era treinado, recorrentemente, em solo americano. Outro aspeto que contribuiu para auxiliar os portugueses, foi o papel da Corporação Americana de Petróleo do Golfo, que após ter descoberto petróleo na costa de Cabinda, nos finais da década de 1950, contribuía com mais de 60 milhões de dólares anuais, para o tesouro angolano. Se somarmos a este valor as contribuições nos setores do turismo, que resultavam em somas que rondavam os 80 milhões de dólares, os custos das operações na base das Lajes, que perfaziam 13 milhões de dólares e, finalmente, as importações de café, que valiam algo como 100 milhões de dólares, podemos compreender que, na verdade, os EUA assumiam um papel de destaque no contexto económico e militar português.

O relatório do Congresso Nacional de Segurança, adotado no início de 1970, rapidamente se deixou ultrapassar pelos céleres desenvolvimentos no continente africano, que se desenrolaram após o sucesso da revolução de 25 de abril de 1974. Sendo urgente uma nova atualização, a remodelação da política norte-americana em relação a África, teve que ser adiada, porque o verão de 1974 se assumiu extremamente complexo, para o governo norte-americano. No espaço de apenas um ano, os Estados Unidos viram-se a braços com o escândalo Watergate, a invasão do Chipre e a revolução portuguesa¹⁹⁸. As relações políticas com o governo de Lisboa, já não eram suficientes para controlar o futuro africano, as colónias seguiriam os seus respetivos caminhos e o aumento da preponderância comunista, em Portugal continental, assumia a principal problemática para Washington.

Com este pano de fundo, entre abril de 1974 e janeiro de 1975, os Estados Unidos optaram por não intervir em Angola. A visão norte-americana assentava na ideia de que existia um equilíbrio de forças entre os três principais movimentos, mas também na visão de que a URSS teria suspenso o seu apoio ao MPLA, devido à sua desorganização interna.

Em meados de janeiro de 1975, teve lugar, em Washington, o encontro do comité dos 40, um subgrupo de especialistas da C.I.A, que assinalou o ponto de viragem da política norte-americana face a Angola, quando chegou ao radar da inteligência norte-americana, a informação de que a URSS se encontrava novamente a intervir no território. Nesta reunião agendada por Kissinger, para discutir as operações encobertas, a CIA afirmou que a reativação

¹⁹⁸ MOREIRA SÁ, Tiago, *Os Estados Unidos da América e a democracia portuguesa: as relações luso-americanas na transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*.

do seu programa de assistência à FNLA, largamente condicionado desde os finais da década de 1960, seria imperativa. Naquele momento, a necessidade passava por evitar a instituição de um regime comunista em Angola e, numa perspetiva mais alargada, por impedir a introdução e difusão do Comunismo no continente africano. As eventuais repercussões que adviriam desta introdução, num continente que tinha observado um crescimento exponencial do número de novos Estados independentes, assinalaria um perigoso aumento da influência da URSS, a nível internacional. Este facto acarretaria, igualmente, efeitos nas relações entre os Estados Unidos e a União Soviética, particularmente em conjunto com as crises internas norte-americanas.

O montante proposto pela CIA, para a intervenção, no encontro com Kissinger, foi de 300.000 dólares, suficiente, segundo a agência, para sinalizar ao principal apoiante da FNLA, Mobutu Sese Seko, que Washington simpatizava com a posição do Zaire¹⁹⁹, com o qual intentava reatar as relações próximas de outrora. Kissinger concordou com os argumentos da CIA, segundo a qual a FNLA providenciaria o governo mais estável e próximo dos propósitos americanos, de modo que aprovou a aplicação do valor em questão. Com esta decisão, os Estados Unidos entraram oficialmente na guerra civil angolana e não estavam suficientemente cientes do que estaria por vir.

4.5. Os motivos para a intervenção norte-americana em Angola

Com este contexto em mente, a intervenção norte-americana em Angola assentou em três motivações essenciais. Em primeiro lugar, estava a pretensão em contrariar a atividade soviética, acerca da qual vinham a adquirir cada vez mais informações. Esta intervenção interessava não só por Angola em si, mas principalmente porque os Estados Unidos acreditavam que uma vantagem soviética teria repercussões subsequentes, nas relações entre Leste e Oeste. Do mesmo modo, os decisores políticos norte-americanos estabeleceram uma ligação entre os fenómenos decorridos em Portugal e os desenvolvimentos em Angola, havendo uma manifesta necessidade de garantir que o país membro da NATO, não adotasse o Comunismo, como doutrina política.

As motivações políticas internacionais, eram formuladas sob uma série de fatores resultantes da política doméstica. Após as repercussões do Watergate, a administração norte-americana queria reafirmar o poder da presidência sobre o Congresso. Simultaneamente, após os fracassos no Vietname, prevalecia o desejo de restaurar a confiança no governo, na política

¹⁹⁹ A relação entre os Estados Unidos e o Zaire remontava ao patrocínio norte-americano do golpe de Estado, de 1965, organizado pelo coronel Mobutu Sese Seko, tendo desde então continuado a apoiar o seu regime.

externa, particularmente no que dizia respeito à competição entre superpotências. Tendo em conta que a política norte-americana, durante a guerra civil angolana, teve como veículo as operações encobertas, o número de decisores políticos foi limitado à administração, com destaque especial para a CIA, para o Gabinete para os Assuntos Africanos, o Departamento de Estado e Henry Kissinger²⁰⁰. Nesta altura, o controlo de Kissinger sobre a política estrangeira norte-americana tinha atingido o seu pico, ironicamente quando os sucessos políticos eram menores. A verdade é que Kissinger não estava aberto às diferentes visões políticas prevalecentes no Departamento de Estado. O departamento encarregue pelos Assuntos Africanos, encarava com manifesto pessimismo a relação desenvolvida com Roberto e a FNLA, discordando ainda com a visão de Kissinger de que a situação angolana se deveria inserir no espectro do conflito entre Leste e Oeste²⁰¹. A posição do Departamento de Estado ficou demonstrada, em junho de 1975, ainda antes do escalar do conflito, quando recomendou que os EUA não ingressassem no conflito angolano. Eventualmente, a falta de influência deste Departamento no processo de decisão política, culminou na resignação de Nathaniel Davis e a CIA logrou enquadrar a escolha das políticas norte-americanas em Angola com a competição mais alargada contra Moscovo.

Como seria de esperar, após o aumento do poder da C.I.A e do Secretário de Estado, Henry Kissinger, as relações entre os Estados Unidos e a URSS tinham atingido as piores condições desde o início da política de détente. Em 1972, a política que tinha sido consolidada pelo acordo SALT I e por todos os acordos que abriram um novo cenário de colaboração entre as duas superpotências, parecia estar perto do seu fim. No entanto, o acordo SALT também teve uma consequência negativa, afirmou que a URSS estava no mesmo patamar que os EUA, o que dotava os soviéticos do estatuto de superpotência²⁰². Com este facto, foi atingido um objetivo do Kremlin, conquistar a paridade com os Estados Unidos²⁰³.

Quando o comité dos 40 decidiu reativar a FNLA, Moscovo já tinha retomado o auxílio ao movimento de neto, no outono de 1974. Com o apoio entregue pela CIA à FNLA, pode ser argumentado que a intenção seria a retenção de influência em Angola, mas também demonstrar a Moscovo, que Washington estava empenhado em conservar Angola fora do bloco comunista. Assim, os 300.000 dólares de fundos concedidos à FNLA, tinham como objetivo concreto

²⁰⁰ COSTA CABRAL ANDRESEN GUIMARÃES, Fernando João. *The Origins of the Angolan Civil War International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976*. P. 369.

²⁰¹ BENDER, G. J. *Angola Under the Portuguese, the Myth and the Reality* [1978] P. 230.

²⁰² MOREIRA SÁ, Tiago. *O contexto internacional, a Détente Este-Oeste* (repositório ISCTE).

²⁰³ No anexo 1, podemos constatar a paridade atingida entre os EUA e a URSS, em relação ao número de armamentos nucleares.

auxiliar na remoção do MPLA da capital, antes da data da independência, agendada para 11 de novembro de 1975²⁰⁴, mas acima de tudo demonstrar à URSS que não poderia intervir em Angola, sem que enfrentasse uma resposta, norte-americana, à altura. Todavia, nesta fase da transição angolana, na qual o governo transitório estava ainda em posse, parecia improvável que este fosse o objetivo primordial, tendo em conta a reduzida dimensão do apoio, em comparação com o valor que seria necessário para as exigências militares da FNLA. De qualquer modo, este auxílio garantiu o empenho dos Estados Unidos na causa da FNLA, num momento importante, em que os movimentos atuavam dentro de uma estrutura de coligação estabelecida pelo acordo de Alvor²⁰⁵.

Enquanto a principal motivação de Kissinger para apostar na reativação do movimento de Roberto, em janeiro de 1975, se demonstrou ter sido um desejo de rivalizar com a União Soviética, a formulação desta decisão foi influenciada, principalmente, pelos interesses da CIA no Zaire. Parece estar relativamente claro que a CIA logrou estabelecer uma ligação entre as opções políticas em Angola e a relação dos EUA com o Zaire²⁰⁶. Como é óbvio, à época, o Zaire era estrategicamente mais relevante do que Angola e foi o principal aliado dos EUA no centro e no Sul de África. Os interesses económicos e políticos no Zaire, pesavam muito mais do que em qualquer outro país africano. O domínio de Mobutu dependia, quase exclusivamente, do patrocínio norte-americano e, por conseguinte, os Estados Unidos dependiam de Mobutu para proteger os seus interesses, no continente africano²⁰⁷, dotando o Zaire de um relevante valor estratégico, tornando a estabilidade do regime de Mobutu uma prioridade da política externa norte-americana.

Assim, podemos retirar duas relações principais: a intervenção norte-americana, no conflito civil angolano, foi determinada pelas visões do Secretário de Estado, Henry Kissinger, em conjunto com a C.I.A.²⁰⁸ e, dentro desta organização, destaque para o comité especial dos 40, encarregue de assegurar que o apoio norte-americano chegava aos aliados africanos. Em segundo lugar, a revolução portuguesa e a consequente independência de Angola, despoletou a intervenção externa²⁰⁹ e a confrontação entre superpotências. A fraca credibilidade do presidente Nixon, determinou o aumento dos poderes de Kissinger, que optou pela intervenção,

²⁰⁴ LAIDI, Zaiki, *The Superpowers and Africa* [1990], P.66.

²⁰⁵ AGOSTINHO, Asp. Tir. Cav. Feliciano Paulo, *GUERRA EM ANGOLA, AS HERANÇAS DA LUTA DE LIBERTAÇÃO E GUERRA CIVIL*. P.29.

²⁰⁶ JACKSON, H. *A life in politics* [1982], P.66.

²⁰⁷ JACKSON, H. [1982], P.44.

²⁰⁸ MARCUM, J. *Lessons of Angola*, [1976], P. 414.

²⁰⁹ JACKSON, H. *A life in politics* [1982], P. 64.

à revelia dos pareceres do Departamento de Estado dos Assuntos Africanos, que determinava uma maior probabilidade de derrota, do que de sucesso e apontava para a gravidade das repercussões internas, bem como das repercussões externas, no equilíbrio da balança de poder entre as superpotências.

Após o desfecho daquela que podemos denominar de primeira fase da guerra civil angolana, período que compreendeu o desfecho da guerra pela independência, contra Portugal, e o estabelecimento de um governo do MPLA, com Neto no cargo de presidente da RPA e Lopo Nascimento, no de primeiro-ministro, os Estados Unidos focaram-se em levar a cabo uma operação de limitação de eventuais danos colaterais no solo africano, direcionada precisamente ao duo União Soviética e Cuba. A necessidade de tal operação resumia-se à prevenção da possibilidade de extensão do apoio soviético e cubano a países do continente africano. Era, então, desejável demonstrar aos movimentos nacionalistas e independentistas que a prossecução de objetivos políticos razoáveis, como a instauração de um governo que respeitasse as regras democráticas e representasse a maioria, nomeadamente na Namíbia e na Rodésia, seria possível sem que os movimentos nacionalistas tivessem que se submeter aos desígnios soviéticos ou ao auxílio cubano.

Para que as situações na Rodésia e na Namíbia pudessem ser significativamente alteradas, seria necessária uma concertação com o governo sul africano, uma vez que a África do Sul teria que começar a enveredar, para bem dos seus interesses a longo termo, pelo desenvolvimento de relações com os nacionalistas negros, que estavam destinados a ascender ao poder, apesar de a minoria branca preservar o poder, através do controlo de um forte dispositivo militar. Os esforços americanos foram dedicados a este fim, após a derrota em Angola. Henry Kissinger, que não visitava a África do Sul há mais de sete anos, período que compreendeu as administrações Nixon e Ford, levou a cabo uma longa visita em abril e maio de 1976, que incluiu paragens na Tanzânia, Zâmbia e no Zaire. Os Estados Unidos começaram a trabalhar em prol do controlo governamental, por parte de uma maioria negra, e a encetar novos contactos com movimentos de libertação, que pudessem vir a assumir o poder, sem causar o êxodo da minoria branca.

Esta sondagem ativa destinou-se em especial à Namíbia, Zimbabué-Rodésia e África do Sul²¹⁰. e foi extremamente oportuna, uma vez que coincidiu com a alteração da perspetiva de Vorster, alertado pela queda do império português em África, para a necessidade de levar a cabo uma aproximação aos seus vizinhos africanos e recuar na ideia de apoiar um regime

²¹⁰ BELL, Coral, *The Diplomacy of Détente, The Kissinger Era*. P. 181.

constituído pela minoria branca, na Namíbia. A nova forma política em relação a África, prevaleceu ao longo da administração Carter, uma vez que esta era uma dinâmica que, para além de óbvia, era incontrariável.

4.6. Relações entre Cuba e o MPLA

Após ter acesso privilegiado aos arquivos do Comité Central do Partido Comunista Cubano, do Instituto de História de Cuba, do Centro de Informação da Defesa e das Forças Armadas Revolucionárias e do Ministério do Investimento Estrangeiro e da Colaboração Económica, Gleijeses²¹¹, apresentou uma nova perspetiva acerca da intervenção cubana em Angola. Os dados divulgados revelaram que a sua intervenção foi mais profunda do que anteriormente se concebia e teve um impacto determinante no sucesso do MPLA. Além de apresentar esta nova visão geral, propôs uma nova sistematização da intervenção, dividindo-a em três fases essenciais, ordenadas cronologicamente.

A primeira teve início antes de 1964, altura em que o foco principal era a Argélia. A independência da Argélia, em outubro de 1962, precipitou a aproximação das relações entre Cuba e o país da África do Norte. Um forte dispositivo de militares cubanos, conselheiros políticos e médicos voaram em grupo para o país. Em setembro do mesmo ano, cerca de 1000 soldados das guerrilhas angolanas, moçambicanas e namibianas receberam treino militar administrado conjuntamente pelas forças argelinas e cubanas, em solo argelino”.

A segunda fase compreendeu os anos entre 1964 e 1966, durante os quais o interesse cubano se voltou para a África subsaariana, que viria a culminar no envio de alguns esquadrões militares para o Zaire e para o Congo Brazzaville.

Finalmente, a terceira etapa englobou o período de nove anos, desde 1966 até 1974, marcados pela maturação da intervenção cubana, na Guiné-Bissau, terminando com a intervenção cubana em Angola, entre 1975 e 1976.

As relações entre Cuba e o MPLA, tiveram início no ano de 1965, mais precisamente na segunda fase da intervenção cubana em África. Castro tinha encarregado Che Guevara, no final de 1964, de representar Cuba na reunião da CONCP, em Brazzaville, onde se encontrou com Agostinho Neto, Lúcio Lara e outros quadros do MPLA, no mesmo local onde Neto tinha sediado a sua base de operações. Este evento acabou por se afigurar o contexto ideal para que os representantes do MPLA apresentassem o seu projeto e pedissem o apoio dos instrutores

²¹¹ GLEIJESES, Piero, *Havana's Policy in Africa, 1959-1976: New Evidence from Cuban Archives* PP.1-3.

cubanos²¹². A guerra anticolonial prolongava-se e a inexperiência dos militares angolanos impossibilitava o seu sucesso. O encontro acabou com a promessa de que Guevara abordaria o o seu governo, tendo em vista a viabilização deste apoio.

O governo cubano acabou por dar luz verde à providência de instrutores militares, cuja missão seria a formação dos guerrilheiros angolanos²¹³, para esta aceitação deverá ter contribuído o desejo manifestado pelo MPLA de combater diretamente as forças opressoras, em solo nacional, em prol da sua independência, facto que exaltava e ia diretamente ao encontro dos valores cubanos. Em consonância, volvidos alguns meses, os soldados cubanos começaram a chegar a Cabinda, com a missão de treinar as primeiras forças de guerrilha do MPLA. A pedido de Neto, Cuba abraçou o desafio de armar e treinar a coluna guerrilheira, que teria a missão de atravessar o território do Zaire, em direção à fronteira com Angola e começar a conquistar território a partir daí.

O comandante Risquet foi um dos enviados especiais, encarregado da árdua missão de treinar as tropas guerrilheiras, no Congo Brazzaville, entre 1965 e 1967. Diversos soldados e instrutores militares juntaram-se às fileiras do MPLA, no enclave angolano de Cabinda, assumindo os cargos de conselheiros, instrutores e combatentes e a verdade é que foram criados laços de irmandade e companheirismo que não foram quebrados, apesar do arrefecimento das relações entre os aliados, motivadas por problemas de organização do movimento independentista angolano²¹⁴.

Segundo Jorge I. Domínguez²¹⁵, “Cuba deu início ao treino dos quadros militares revolucionários do MPLA, em 1965. Além do treino militar, Cuba patrocinou estudos técnicos e outros cursos educativos aos seus quadros e dotou-os das competências necessárias para que quando regressassem ao território angolano pudessem ocupar cargos de decisão na estrutura interna do movimento. No mês de janeiro de 1966, a presença cubana em Brazzaville, já tinha

²¹² LARA, Lúcio, *A história do MPLA [A History of the MPLA]*, n.d., P. 100.

²¹³ MORACÉN, Rafael, *Diário de campaña de Humberto Vazquez Mancevo*.

²¹⁴ Interviews with Carlos Cadelo, the Communist party official whose portfolio included Angola (Havana, 7 July 1995), and with Félix Véliz Hernández (Havana, 3 July 1995) and Luis Mario Burgos (Havana, 24 June 1994), MINFAR, “Síntesis histórica de la ayuda internacionalista de Cuba a la R.P.A. [Summary of the history of the internationalist assistance given by Cuba to the P.R.A.],” n.d., 3, Archives of the Instituto de Historia de Cuba, Havana. (Hereafter “Síntesis”).

²¹⁵ Domínguez, Jorge I. *Cuba as superpower: Havana and Moscow, 1979* (Cold War International History, Project Bulletin 8-9), P. 216.

atingido um número a rondar os 1,000 homens. Esta força providenciou, para além de treino militar aos movimentos, apoio ao governo incumbente, conformando-se à delineação da política estrangeira “internacionalista” cubana.

Ainda no mesmo mês, a capital cubana foi centro da, então recentemente criada, organização "tricontinental", que reuniu os Estados que se manifestavam contra o Ocidente, no terceiro mundo. Esta conferência também convidou movimentos de libertação nacional para participarem nela e, tal como seria de esperar, o MPLA, na pessoa de Neto, foi o representante angolano convidado. A conferência da AAPSO, de 1965, realizada no Gana, alargou ainda mais o reconhecimento do MPLA, após expulsar o GRAE. Claramente beneficiando da associação com movimentos das restantes colónias portuguesas, o MPLA tinha retornado do esquecimento e tinha-se tornado no movimento angolano mais prestigiado no campo antiocidental e um sinal desta tendência, foi a nomeação, em 1968, de Paulo Jorge, membro do MPLA, para integrar o secretariado-geral da Tricontinental, com sede em Havana.

Em maio de 1966, uma terceira frente abriu a Leste, após a declaração de independência da Zâmbia permitir que o MPLA estabelecesse a sua presença em Lusaka, a partir de onde poderia explorar operações militares em Angola. Esta possibilidade foi permitida pela ligação estabelecida com Cuba, em meados da década de 1960, para além de uma importantíssima parte da recuperação militar do MPLA. Este processo de recuperação ajudou a melhorar a imagem internacional do MPLA. Juntamente com o treino militar e armamento providenciado por Havana, o MPLA foi capaz de elevar o seu perfil político, através do sucesso, ainda que limitado, da operação militar em Cabinda. Na verdade, em julho, graças ao treino cubano, o MPLA era finalmente capaz de empreender um dos seus principais objetivos: estabelecer contacto com grupos de guerrilha, no interior de Angola, que se sentissem ligados aos ideais do movimento e respeitassem a sua autoridade. Após estabelecido o relacionamento com os diversos grupos de guerrilha, no final de 1966 e início de 1967, várias centenas de colunas guerrilheiras do MPLA, bem armadas, lograram atravessar o território hostil do Zaire e infiltrar-se em Angola, com o objetivo de se unirem às tropas guerrilheiras na floresta de Dembos, no Nordeste de Luanda e estabelecer posteriormente linhas de comunicação, consolidando o seu alinhamento com a liderança de Neto. A partir daqui, juntamente com a contínua atividade em Cabinda, o movimento de Neto, poderia reclamar que tinha duas frentes de guerrilha, na contenda contra as tropas portuguesas.

Deste momento, até à revolução de 25 de Abril de 1974, a política cubana em relação a Angola ficou marcada por um ininterrupto e amplo fornecimento, ao MPLA, dos mais variados

itens necessários para a capacidade operacional dos centros de treino. Havana providenciou à fação de Neto armamento, treino militar, educação política e técnica, bem como apoio diplomático e financeiro. Com esta atividade em Angola, Cuba tornou-se no principal proponente do nacionalismo angolano, o que acarretou a degradação das relações com os EUA. Para tal deterioração, contribuiu a perspetiva desenvolvida pelos Estados Unidos de que toda a intervenção cubana tinha sido concretizada assumindo o papel de subsidiária dos interesses soviéticos, em Angola e no Corno de África.

Os norte-americanos, que tinham acesso a relatórios que detalhavam os pormenores da intervenção cubana em Angola, não se dedicaram suficientemente para contrariar a sua atividade, observavam o número de tropas cubanas mobilizadas como reduzido e acreditavam que estas fosse manifestamente insuficiente para vir a ter impacto, significativo, no auxílio aos movimentos independentistas africanos. Tal ideia justificava que, quando a C.I.A discutia a subversão em África, a atuação cubana raramente fosse mencionada: “Na década de 1960 não havia qualquer sensação de um perigo cubano em África”, segundo o gabinete para os Assuntos Africanos do Departamento de Estado, não se verificando qualquer discussão, por mínima que fosse, acerca de uma eventual interferência cubana, até ao termo do mandato de Paul O’Neil²¹⁶.

No entanto, é possível compreender, agora, que Havana interveio com base numa estratégia de apoio delineada por si mesma e motivada por interesses próprios, ainda que, numa fase final, se verificasse uma coordenação com Moscovo, entre os líderes dos respetivos países e os comandantes militares.

4.7. A intervenção cubana em Angola no pós-25 de abril de 1974

A revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974, que veio alterar profundamente o contexto africano, em especial o angolano, levou ao reatar das relações entre o governo cubano e o MPLA, após um distanciamento entre ambos. O primeiro reencontro de Neto com o Primeiro-Ministro cubano, Flavio Bravo, em Brazzaville, sensivelmente por volta de maio de 1974, teve por base o pedido, do MPLA a Cuba, de armamento e assistência militar. Uma quantidade significativa de armamento soviético terá sido entregue, entre março e abril de 1975, o que serviu para garantir o compromisso dos seus apoiantes, ainda que com empenhos diferentes. A intervenção militar cubana seguiu uma linha independente da de Moscovo, enquanto a superpotência comunista ponderava ainda a possibilidade de uma solução que não

²¹⁶ Paul O’Neil exerceu o cargo de Diretor do Gabinete para a África do Sul do Departamento de Estado, entre Julho de 1973 e Junho de 1975.

exigisse a sua intervenção direta, os cubanos já tinham aplicado tropas próprias em auxílio ao independentismo angolano e encontravam-se agora a desenvolver uma operação de grande escala, que enviaria armamento altamente destrutivo e veículos blindados. A URSS tinha aumentado o número de armas fornecidas, em março, mas não se verificava, nesta altura, qualquer outra coordenação entre o MPLA, Cuba e a União Soviética. A receção de Neto, quando visitou Moscovo, em junho, terá sido surpreendentemente indiferente, num momento em que procurava conquistar maior apoio da URSS e, a favor da FNLA, se encontravam estacionados 1000 soldados zairenses, no Norte do território angolano. Com este contexto, era facilmente perceptível que uma confrontação efetiva entre os dois movimentos e as respetivas forças externas apoiantes, se afigurasse inevitável.

Nos finais de dezembro de 1974, dois oficiais cubanos, Carlos Cadelo, fonte oficial do PCC e o Major Pérez Morales, encontraram-se com Agostinho Neto em Dar Es Salaam. Após viajarem, em conjunto, até Angola e de lá passarem duas semanas, produziram um relatório que previa que as eleições angolanas teriam lugar enquanto a FNLA se assumia como o movimento com maior preponderância militar, no entanto, adicionavam que este poder teria apenas efeito num curto prazo, ao passo que o MPLA desenvolvia um projeto de governação para o futuro de Angola. O facto de o MPLA apresentar projetos políticos e militares bem estruturados e exequíveis, cativaria o povo angolano e um segmento de voto substancial, pelo que o tempo parecia favorecer o projeto do movimento liderado por Neto.

Neste relatório encontrava-se ainda patente o auxílio que Agostinho Neto considerava ser necessário da parte cubana. Em relação ao armamento, aguardava um carregamento proveniente da União Soviética, todavia optou por fazer um novo pedido a Cuba, que estaria contingente no tipo e no número de armas que fossem enviadas pelos soviéticos, criando-se assim uma lógica de auxílio triangular. No que diz respeito a apoios monetários, o MPLA fez um pedido de 100.000 dólares a Cuba²¹⁷, um valor que seria fundamental para transportar, até solo nacional, o armamento que tinha guardado em Dar Es Salaam, o seu maior arsenal. Facto é que a entrega deste montante foi sucessivamente adiada e em junho de 1975, no âmbito de um encontro entre Neto e Cadelo, em Maputo, o primeiro voltou a lembrá-lo²¹⁸. Apesar da renovação do pedido, foi apenas três semanas mais tarde, quando os Estados Unidos decidiram aumentar largamente as suas operações encobertas, em Angola, entregando cada vez mais apoios à FNLA e iniciando em simultâneo uma linha de apoio à UNITA, que os cubanos se

²¹⁷ GLEIJESES, Piero, *Havana's Policy in Africa, 1959-1976: New Evidence from Cuban Archives*. P.4.

²¹⁸ GONZÁLEZ BALLESTER, Andrés, *Estúdio de la colaboración militar cubano-angolana, 1975- 1976*, Havana, Instituto Superior de Relaciones Internacionales, 1989, quotation on p. 10; Cadelo, note to author, 10.

decidiram a transacionar este valor. Enquanto as tropas zairenses se deslocavam e reuniam, Neto alertava que Angola estava a ser sujeita a uma invasão silenciosa, perpetrada pelas forças do Zaire e a sua intervenção e controlo de duas províncias no Nordeste, levaram a que Angola²¹⁹, no final de julho de 1975, se encontrasse nos inícios da guerra civil, o que fez com que Havana aprofundasse, seriamente, a intervenção.

Foi assim que entre 3 e 8 de agosto, uma delegação com 7 homens, liderada por um oficial militar bastante experiente, Raúl Díaz Argüelles, viajou para Angola, com a missão de deixar bem claro, junto dos líderes do MPLA, a disponibilidade cubana em prestar auxílio às suas forças militares e atualizar, o mais precisamente possível, as necessidades e os objetivos do MPLA, bem como as fases em que cada pedido deveria ser concedido. Após a entrega dos 100.000 dólares, Neto pediu ainda o envio de instrutores militares, inicialmente num número não superior a 100 homens, que seriam divididos por diversos centros de treino, todos eles de pequena dimensão, com o intuito de não chamar a atenção indesejada dos adversários²²⁰. Nas bases deste pedido, Díaz Argüelles redigiu, em Havana, a proposta de missão militar, que incluiria inicialmente 65 oficiais, 29 soldados e alguns oficiais não comissariados, reunindo um total de 94 militares. No seguimento, esta proposta viria a ser submetida a uma revisão, que na sua versão final previa o envio de 480 homens, um número exponencialmente superior²²¹ àquele idealizado por Neto, que organizariam e garantiriam o funcionamento de 4 centros de treino, nos quais 5300 angolanos seriam treinados, num período que se previa durar entre três e seis meses. Conforme estipulado, o Estado cubano encarregar-se-ia de toda a logística que estivesse relacionada com o funcionamento destes centros de campanha, cobrindo transversalmente os custos.

A segunda fase da intervenção militar cubana procurou dar resposta à atividade sul africana, no interior do território angolano. Ao longo de setembro, as tropas sul africanas fizeram uma série de intervenções na região Sul de Angola, focando-se em destruir os campos das forças SWAPO. A resposta de Cuba para esta contrainsurgência levou ao reforço da sua presença. Nos finais de setembro, navios cubanos, seguidos por aeronaves, começaram a depositar no solo angolano centenas de soldados cubanos. De acordo com Dominguez, um dispositivo de 480 homens, de entre os quais, conselheiros civis, 25 baterias de pessoal especializado no uso de morteiros e equipamentos antiaéreos, 115 veículos blindados, equipamento de comunicação, sem esquecer os mantimentos médicos essenciais, foram

²¹⁹ The Observer, 20 April 1975, 11, and 18 May 1975, 5; Le Monde, 3 May 1975.

²²⁰ GLEIJESES, Piero, *Havana's Policy in Africa, 1959-1976: New Evidence from Cuban Archives*. P. 5.

²²¹ GLEIJESES, Piero, Interview with Risquet, Havana, 15 February, 1996.

enviados desde Cuba, chegando a Angola em inícios de outubro. Três navios cubanos atracaram nos portos de Luanda e do Huambo, a 4, 7 e 11 de outubro, sem que qualquer permissão tivesse sido concedida.

Os cubanos empenharam-se na sua decisão e assim nasceu a operação Carlota. Díaz Argüelles regressou a Angola, desta feita, com o cargo de comandante das forças expedicionárias cubanas e a sua primeira missão, seria garantir a aprovação do plano redigido, junto da liderança do MPLA²²². Apesar de os números serem completamente desfasados, o plano de intervenção acabou por ser aprovado. A operação, que viria a ter repercussões no dia 5 de novembro de 1975, continuou a ser desenvolvida, as tropas cubanas continuaram a chegar ao solo angolano, ao longo do mês de setembro, em voos comerciais, como forma de dissimulação, mas fazendo uso, de igual modo, de navios cubanos que haviam abandonado Havana a 16 e 20 de setembro e atracado, em Porto Amboim, nos dias 5 e 8 de outubro.

Segundo a informação da inteligência ocidental, a 15 de novembro de 1975, o número de tropas cubanas em Angola, estaria na ordem dos 2.000 homens, um valor que não estaria longe da realidade, registando um crescimento acelerado para 14.000, em fevereiro de 1976. A União Soviética também participou na logística necessária para o transporte das tropas, mas ainda através da disponibilização de armamento pesado, ao MPLA, nomeadamente tanques T34 e T54, tanques anfíbios PT-76, aviões caça MIG-21J e MIG-17S, helicópteros, lança-rockets e diversos veículos blindados. A dimensão desta operação ultrapassava, largamente, as capacidades cubanas²²³.

Como resultado, volvido apenas um mês, após a chegada dos apoios soviéticos e cubanos, o MPLA viu a sua sorte mudar, enquanto as forças conjuntas da FNLA e do Zaire, que se encontravam localizadas a uma distância não superior a 9 milhas de Luanda, se viram obrigadas a desertar perante o poderio e a melhor preparação das forças pró-MPLA. A Sul, a combinação de forças entre a África do Sul e as colunas da UNITA, apesar de apresentarem uma superioridade numérica, foi incapaz de fazer frente ao novo poder aéreo do MPLA. A associação entre Cuba, a URSS e o MPLA, enquadrada com a componente “internacionalista”²²⁴ cubana, infligiu uma decisiva derrota às forças anti MPLA. A OAU, *a posteriori*, encarregou-se de formalizar a derrota militar, convertendo-a numa derrota política.

²²² Díaz Argüelles to Colomé, n.d. [late August 1975] PP. 1-4.

²²³ VALDES, N. *Revolutionary Solidarity in Angola* [1979], P.105.

²²⁴ Costa Cabral Andresen Guimarães, Fernando João. *The Origins of the Angolan Civil War International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976*. P.298.

Nos finais de dezembro, os cubanos finalmente atingiram uma paridade numérica com os sul africanos e prepararam-se para enveredar pela ofensiva. Segundo Odd Arne Westad²²⁵, “após a criação do regime do MPLA, o Politburo soviético autorizou que o Estado Maior das Forças Armadas tomasse controlo direto da implementação das tropas cubanas adicionais, bem como do abastecimento, destas mesmas, com hardware militar altamente avançado”. No início de janeiro, a União Soviética concordou em providenciar os seus IL62S, que eram capazes de voar diretamente de Cuba até Bissau e vice-versa. O primeiro IL-62S partiu de Havana a 9 de janeiro, com tropas cubanas e pilotos soviéticos. Risquet afirma que no dia 16 de janeiro de 1976, Cuba e a União Soviética assinaram um protocolo militar, segundo o qual, os soviéticos concordavam transportar armamento para as tropas cubanas, em Angola. Duas cartas sustentam estas afirmações de Risquet, uma de 29 de janeiro e outra de 30 de janeiro, as quais deixavam patente que os navios soviéticos haviam partido, em direção a Angola, com o primeiro carregamento de armas para as tropas cubanas lá estacionadas.

4.8. A intervenção soviética em Angola

Antes de 1964, o MPLA partilhava um ponto de vista em comum com a FNLA, ambos defendiam acima de tudo que, o que importava seria a dimensão do apoio e não o apoiante²²⁶. Nos primeiros documentos produzidos pelo movimento, nos seus discursos públicos e nos seus artigos, o MPLA nunca se referiu diretamente à URSS, nem lhe deu crédito por providenciar qualquer apoio que fosse, à causa do movimento²²⁷, Agostinho Neto insistia continuamente numa postura não-alinhada do seu movimento. Ao fim, ao cabo, a perspetiva assentava na observação de que, durante a fase do esforço de libertação nacional, não havia necessidade em prestar vassalagem, a qualquer um dos blocos adversários. A mesma ideia foi transmitida num relatório que resultou da primeira conferência Nacional do MPLA, em dezembro de 1962 e, estava presente nos próprios princípios do movimento, este movimento perseguiria uma política externa independente e pacífica, que, para tal, incluiria o não alinhamento com um dos blocos²²⁸.

²²⁵ WESTAD, Odd Arne. *Moscow and the Angolan Crisis, 1974-1976: A New Pattern of Intervention*. PP. 7-10.

²²⁶ CHILCOTE, R. Statuts et programme [1972], P.228.

²²⁷ MARCUM, J. Volume Two, [1978], P.16.

²²⁸ 'Freedom Shall Come to Angola, Too' Pravda September 6 1961, reproduced in R Chilcote, Documents, [1972], P.195.

Esta perspetiva alterou-se quando Neto visitou Moscovo em 1964, visita esta que marcou o início de uma relação, com base no benefício mútuo, com a União Soviética. Em dezembro do mesmo ano, um artigo no Pravda declarava o apoio soviético ao MPLA, vindo mesmo a tornar-se no principal apoiante do movimento e este facto ficou patente numa declaração de Agostinho Neto: “O nosso povo, os combatentes que representam a vanguarda do conflito anticolonialista, sentem o apoio e a amizade do povo soviético. Nós observamos o Partido Comunista da União Soviética, como uma das principais forças das quais dependemos para levar avante o nosso esforço de libertação”. As afinidades ideológicas que o MPLA partilhava com a URSS eram notórias. Grande parte dos membros da sua liderança, incluindo Agostinho Neto, Lúcio Lara, Mário de Andrade e Viriato da Cruz, eram marxistas dedicados, apesar de aceitarem que a maioria dos restantes membros não o fosse.

Desde a visita de Neto a Moscovo, a contribuição soviética passou pela entrega de armas de pequeno porte e outro equipamento militar ligeiro, foi prestada educação militar a centenas de quadros do movimento e foram utilizadas garantias para financiar os custos quotidianos, provenientes das necessidades básicas de funcionamento dos centros de treino. O montante total do apoio soviético é algo incerto, com diversas fontes a avançarem valores consideravelmente distintos, de qualquer modo Marcum, apontou que os valores mencionados pelos soviéticos, antes de 1975, totalizavam um valor na ordem dos 63 milhões de dólares. Ao passo que a inteligência ocidental fixava este valor nos 27 milhões de dólares. Seja qual tenha sido o valor do apoio concedido, é geralmente observado como uma maquia que serviria para operações de escala reduzida, que causassem pequenos contratempos às forças portuguesas e não fundos preponderantes, ao ponto de permitirem uma viragem do conflito 180° a seu favor.

Já entre os anos de 1965 e 1975, o colapso do regime do Estado Novo e o controlo do contexto nacional português, por parte dos seus aliados comunistas, criou uma situação fluida em Angola, pelo que Moscovo optou por aumentar o seu apoio, até um ponto em que o MPLA logrou assumir o controlo de Luanda, face aos seus dois adversários internos²²⁹. A “generosidade” soviética proporcionou 70 a 80% do armamento total do MPLA²³⁰ e Neto havia, entretanto, assumido o papel principal de elo de ligação entre o movimento e a União Soviética. Reflexo desta relação próxima, foi o facto de o líder angolano ter visitado Moscovo em 1964, 1966, 1967, 1970 e 1971, para participar nas conferências do Partido Comunista da União Soviética, bem como nas suas várias comemorações, com dois destaques especiais para

²²⁹ Costa Cabral Andresen Guimarães, Fernando João. *The Origins of the Angolan Civil War International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976*. P. 407.

²³⁰ OTTAWAY, M. D. *Afrocommunism*, [1986], P.103.

o 50º aniversário da revolução bolchevique e os 100 anos do nascimento de Lenine. A partir de 1965, os quadros do MPLA foram treinados na União Soviética e posteriormente noutros países do bloco de Leste, tendo ainda os soviéticos estado envolvidos no treino das forças militares do MPLA na Argélia, no Congo-Brazzaville e no Egito. Ao longo do remanescente da década, as armas soviéticas e o apoio financeiro, contribuíram para que o MPLA se estabelecesse como a principal força militar dentro de Angola e como o movimento nacionalista mais favorecido, entre o bloco de países antiocidentais e socialistas.

Chegando ao final da década de 1960, a União Soviética atingiu, como já observámos, a paridade em relação ao número de armas nucleares, detidas pelos EUA, um objetivo que tinha servido de linha orientadora para a ação do Kremlin, desde a liderança de Krushchev. Atingido o equilíbrio de forças, o objetivo alterou-se e passou então por fazer uso da mesma, com a missão de atuar no patamar global, na defesa e expansão do seu projeto político internacional. O desenvolvimento dos seus equipamentos militares, das infraestruturas da marinha²³¹ e o aumento das suas forças militares, dotaram a direção de Brejnev dos meios essenciais para perseguir um novo diálogo com os EUA. Além deste desenvolvimento e melhoria do seu contexto interno, o Kremlin logrou antecipar que, após o Vietname, os Estados Unidos viriam a atravessar uma árdua crise social e constitucional, ao longo da qual o setor político norte-americano seria observado com profundo desagrado. Estes factos, juntamente com um congresso vingativo²³², paralisariam qualquer intenção que a administração norte-americana pudesse ter, de levar a cabo operações encobertas, de maior dimensão, no solo angolano.

Com estes detalhes em mente, a URSS tinha a noção de que poderia proceder a uma política de apoio ao MPLA, com um grau considerável de segurança, visto que os EUA não teriam capacidade para dar uma resposta à medida. Neste sentido, começaram a dedicar-se mais aprofundadamente à questão africana, em finais do ano de 1972, inícios de 1973. As condições pareciam ser excelentes para expandir o Comunismo pelo continente inteiro, podendo começar a construir a sua reputação, pela prestação de auxílio aos movimentos nacionalistas.

Para os movimentos angolanos, a União Soviética afigurava-se o aliado ideal, visto que não mantinha laços históricos com nenhum regime colonialista, nem tinha tido qualquer colónia em África²³³, tendo mantido até então o seu foco, na sua esfera de influência na Europa de Leste. Do ponto de vista do auxílio económico, não tinha quaisquer problemas em relação

²³¹ Understanding Soviet Naval Developments – Department of Defense.

²³² BOWKER, M. and WILLIAMS, P. *Superpower Detente: A Reappraisal*, [1988], P.114.

²³³ Costa Cabral Andresen Guimarães, Fernando João. *The Origins of the Angolan Civil War International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976*. P.408.

à possibilidade de este vir a ser o sacrifício de um investimento malsucedido, nem escrúpulos no que dizia respeito a armar regimes como o do presidente Amin, no Uganda. Em adição, não lhe faltava armamento, de entre o qual lança rockets, já considerado obsoleto pelas forças soviéticas, mas que viria a provar-se especialmente útil no palco angolano.

Finalmente, na ponta final da intervenção em Angola, a URSS tinha ainda a capacidade de concertação e implementação de tropas especiais cubanas, com um nível de preparação e organização surpreendentes, em momentos cruciais do conflito e isto manifestou-se através da ação conjunta com os cubanos. Assim sendo, através do desenvolvimento das relações com diversos Estados africanos, os soviéticos lograram dominar as operações militares no continente africano, tinham os dispositivos militares, o armamento, as bases militares e os meios, fossem estes marítimos ou aéreos, para transportar as tropas e abastecer os seus aliados com os mais variados tipos de mercadorias.

Tendo sido surpreendida, com o sucesso da revolução de abril e a ascensão dos militares mais radicais, a União Soviética não tinha, até então, desenvolvido qualquer plano que pudesse aplicar face à descolonização angolana, mas esperava-se que uma combinação de proezas no campo de batalha, por parte do MPLA, com algum apoio do MFA, tornasse possível levar a causa do movimento a bom porto e garantir a instituição de um governo marxista. Com esta finalidade em mente, os períodos que registavam uma redução da intervenção do MFA, condiziam com o aumento da intervenção soviética. Não tendo muito tempo ao seu dispor, os oficiais soviéticos, encarregados de delinear a intervenção no Sul de África, eram motivados por ideias de promoção do seu modelo de desenvolvimento na esfera internacional, progredindo em reação às dinâmicas internas do conflito civil. A estratégia soviética partia do pressuposto que o MPLA não seria capaz de ganhar as futuras eleições, nem a liderança do governo de coligação, portanto o primeiro passo a dar seria hipertrofiar a sua força militar, enquanto era feito um esforço para mascarar ao máximo a interferência soviética.

Foi assim que, após uma curta inação inicial, a União Soviética entrou em contacto com o MPLA, pela cooperação já desenvolvida com o mesmo durante a guerra anticolonial, bem como pela noção acerca da possibilidade de adoção das ideias soviéticas de Estado e Sociedade, este movimento afigurava-se o aliado desejado. Além do mais, o território que controlava era extensivamente rico em recursos minerais, pelo que seria importante rejeitar o acesso do seu adversário a recursos tão relevantes, bem como a uma posição mais preponderante no país e no continente.

Em paralelo, abraçou o acordo de Alvor, igualmente defendidos pela OUA, que previa a formação de um governo de unidade nacional, de cariz transitório, que seria responsável por definir a data na qual teriam lugar as primeiras eleições livres em Angola. Assim sendo, o trabalho de desenvolvimento das forças militares do MPLA, por parte de Moscovo, servia apenas como um plano alternativo, caso o movimento não conquistasse uma posição de destaque, no governo de transição. Independentemente da forma pela qual fosse atingido, o objetivo seria garantir com que o MPLA integrasse a solução governativa.

A intervenção soviética em Angola, possibilitaria a concretização de três objetivos particulares, o primeiro passava por minar ou impedir o desenvolvimento da influência chinesa em África, o segundo, por projetar a competição global que tinha com os Estados Unidos, num novo patamar regional e, em terceiro lugar, reafirmar-se como líder da doutrina política comunista, desta vez num continente que se encontrava em franco desenvolvimento e tinha visto surgir 58 estados independentes, apenas na década de 1960. Sem ideais políticos e pouca noção geral dos meios de se fazer política, África podia ser metaforicamente considerada uma folha em branco, que aguardava a redação do primeiro capítulo. Assim, a intervenção externa e os respetivos resultados adquiriam maior relevância porque, à priori, poderiam ter impacto no futuro de todo um continente. Registados os interesses, Angola viria a converter-se numa autêntica arena, onde acabaram por ser manifestadas todas as tensões internacionais que se sentiam entre os EUA e a URSS. A política de aproximação entre as superpotências foi utilizada para testar e aprofundar os seus objetivos internacionais, em novas áreas geográficas, e esta postura foi igualmente assumida pelos Estados Unidos.

A disputa sino-soviética, que havia ultrapassado a crise fronteiriça e passava agora pela disputa do título de líder incontestável, do “mundo comunista”, intensificou-se com a visita do ministro Chou En-Lai, em 1964, a África, marcada por uma série de viagens que assinalaram o início da política chinesa, em relação ao terceiro mundo e que numa primeira fase passava, essencialmente, pelo assalto ideológico à primazia de Moscovo. Este conflito ideológico, fez com que a União Soviética enfatizasse a sua política de apoio ao MPLA, num espectro mais alargado do que aquele que poderia prever.

O pico do intervencionismo soviético fora da sua área de influência típica, a Europa de Leste, ocorreu na segunda metade da década de 1970 e coincidiu com a vigência da política de Détente, a crise social provocada pela derrota norte-americana no Vietname e a competição com a China, pela suprema influência em África, a mesma já tendo investido 400 milhões de

dólares na construção do caminho de ferro entre a Tanzânia e a Zâmbia²³⁴. Este período foi decisivo para o delinear da denominada “estratégia africana”, desenvolvida pelo KGB e contou com a aprovação de Brejnev, entre o verão e outono de 1970. Os relatórios do KGB enfatizaram que os regimes e movimentos de libertação no sul do continente africano, estavam à procura de aliados internacionais e sublinharam a abordagem simplista que a maioria deles tinha em relação aos assuntos internacionais, não compreendendo o conflito entre ambos os “campos”. O GRU, gabinete militar do Estado Maior das Forças Armadas reportou ainda que a China estava a abordar países e movimentos que tinham já recebido apoio soviético, o que obrigava a URSS a empreender um esforço superior para expandir a sua influência, no Sul de África²³⁵. Foi com esta ideia em mente, que após diversos apelos malsucedidos, feitos pela liderança do MPLA, para um aumento do apoio na Primavera de 1970, Neto ficou surpreendido com a dimensão do apoio soviético, em meados de julho. O embaixador soviético para a Zâmbia, D. Z. Belokolos²³⁶, propôs um pacote de apoios que englobava equipamento militar, apoio logístico e treino político, levando a que Neto reduzisse a relevância das relações com os “países capitalistas e partidos sociais-democratas”, salvaguardando, assim, a União Soviética como principal aliada do movimento.

Segundo Francis Fukuyama²³⁷, a própria política de détente, que partiu da iniciativa norte-americana, juntamente com a sua derrota no Vietname, mais do que qualquer outro fator, providenciaram o clima ideal para o expansionismo soviético e para a consequente intervenção em África. A esta análise junta-se o novo expansionismo soviético que assentava no considerável desenvolvimento das infraestruturas militares de finais da década de 1960 e a consequente paridade com os Estados Unidos. Samuel Huntington²³⁸, desenvolveu uma tese bastante interessante, segundo a qual sempre que se verificaram avanços soviéticos para as novas arenas da política internacional, estes foram antecidos pela emergência de um novo líder e, de certo modo, a intervenção estrangeira tornava-se parte da demonstração e aclamação

²³⁴ LAIDI, Zaiki, *The Superpowers and Africa* [1990], P.25.

²³⁵ WESTAD, Odd Arne, *Moscow and the Angolan Crisis, 1974-1976: A New Pattern of Intervention*. P. 18.

²³⁶ WESTAD, Odd Arne, *Moscow and the Angolan Crisis, 1974-1976: A New Pattern of Intervention*. P. 19.

²³⁷ FUKUYAMA, Francis. *Moscow's Post-Brezhnev Reassessment of the Third World*.

²³⁸ HUNTINGTON, Samuel P. *Patterns of Intervention: Americans and Soviets in the Third World* (The National Interest, 39-47).

ao poder, do novo líder, uma autêntica consumação da assunção ao poder²³⁹. Brejnev assumiu-se precisamente o protótipo de tal líder e as mudanças políticas, da década de 1970, devem ser encaradas como parte da sua agenda internacional. Em paralelo com a sua ascensão ao poder, o Departamento Internacional do Comité Central do PCUS, fortaleceu a sua posição como formulador de política externa, enquanto o Ministério dos Negócios Estrangeiros continuou concentrado nas arenas tradicionais da política soviética, em concretização: a Europa e os Estados Unidos.

4.9. A crispação crescente e a violação do Acordo de Alvor

No decorrer da fase de reforço da posição do MPLA, após a crise interna e o afastamento da URSS, os seus rivais lograram fortalecer substancialmente as suas posições. A FNLA de Roberto, com o apoio chinês, em forma de armamento e de instrutores militares, deslocou as suas tropas através das fronteiras a Norte do Zaire e deu início a operações militares nas províncias do Norte. O mais recente dos movimentos independentistas, a UNITA de Savimbi, assinou um cessar-fogo com os portugueses, em junho, e iniciou o recrutamento, em larga escala, de angolanos para treino militar, nas suas bases aéreas de Leste. Deste modo, apesar dos esforços diplomáticos, a União soviética parecia estar a perder a corrida para uma maior influência em Angola pós-colonial.

Com pouco tempo em mãos, os soviéticos decidiram, em outubro, abandonar a ideia de forçar as fações do MPLA a unirem-se e depositaram todo o seu apoio sobre o grupo de Neto²⁴⁰. De acordo com o que o embaixador Afanasenko disse a José Eduardo dos Santos, havia duas razões essenciais por de trás desta decisão. Primeiro, Neto tinha, nos finais de setembro, conseguido organizar um congresso em Angola, do qual os principais comandantes de guerrilha, do MPLA, fizeram parte, o que demonstrava a capacidade de providenciar alguma coesão interna. Em segundo lugar, o novo representante da administração militar portuguesa, em Angola, o almirante Rosa Coutinho, identificava-se com a esquerda política e simpatizava abertamente com a visão de Neto. Mas, independentemente da forma pela qual Afanasenko apresentasse as ideias soviéticas, os apoiantes de Neto estavam cientes de que, se Moscovo

²³⁹ ADAMS, Jan S. *Incremental Activism in Soviet Third World Policy: The Role of the International Department of the CPSU Central Committee*.

²⁴⁰ WESTAD, Odd Arne. *Moscow and the Angolan Crisis...* P. 3.

pretendesse manter alguma influência em Angola, tinha pouca opção de escolha para além de apoiar um MPLA reconstruído²⁴¹.

Os eventos dos últimos três meses de 1974 pareciam indicar que Moscovo tinha tomado a decisão certa. A 21 de outubro, o MPLA assinou igualmente o cessar-fogo com Portugal e a 6 de novembro, grandes multidões recebiam o veterano Lúcio Lara, aquando da sua chegada a Luanda. Em simultâneo, as FAPLA, tomaram controlo do enclave de Cabinda, extremamente rico em petróleo, localizado no Norte de Angola. Nas principais cidades angolanas, organizadores do MPLA, agora livres de atuar, começaram por instituir movimentos paramilitares fortes, principalmente em bairros de elevada densidade populacional, com o intuito de propagar a sua mensagem de revolução social²⁴².

No seguimento destas medidas, nos primeiros dias de dezembro de 1974, os soviéticos elaboraram um plano de fornecimento ao MPLA, que englobava armamento pesado e grandes quantidades de munição, utilizando o Congo como ponto de trânsito. No entanto, para que tal envio fosse concretizado, era condição obrigatória que os congolenses tivessem interesse em cooperar com os moscovitas, pelo que o embaixador Afanasenko, foi o encarregado de desempenhar a árdua tarefa de convencer os mesmos. Para dificultar a sua missão, o Congo²⁴³ nunca fora um aliado soviético, na junta militar regente encontravam-se diversos membros simpatizantes do regime chinês e patrocinadores de grupos rivais do MPLA, de entre os quais o grupo separatista de Cabinda.

Foi necessário um trabalho intenso, por parte da embaixada soviética, na República Popular do Congo, que acabou por ver os seus esforços recompensados, indo além do objetivo inaugural. Nguabi não só deu luz verde à operação soviética, como permitiu a utilização do seu território como rota de transporte de material bélico e logístico²⁴⁴, encerrou a fronteira terrestre com Cabinda e comprometeu-se em deixar de patrocinar o seu movimento separatista, o denominado FLEC.

Relativamente ao acordo de Alvor, importa salientar que nenhuma das fações levou a sério o esforço para impedir que o país enveredasse por uma guerra civil, as relações prenderam-se por uma constante procura pelo avanço militar, face aos adversários, o que fez

²⁴¹ MARCUM, John, *Angolan revolution*, Vol. 2 PP. 251-253.

²⁴² MARCUM, John, *Angolan revolution*, Vol. 2 P. 253.

²⁴³ O caso do grupo separatista de Cabinda e os apoios fornecidos pelo Congo, ao mesmo, afiguraram-se especialmente problemáticos, com o líder do MPLA a criticar, em várias ocasiões, o líder congolense, o coronel Marien Ngouabi, pelo seu apoio à independência de Cabinda.

²⁴⁴ GARTHOFF, Raymond, *Détente and Confrontation: American-Soviet Relations from Nixon to Reagan* (Washington, DC: Brookings Institution 1985).

com que os conflitos militares esporádicos continuassem. Ao fim ao cabo, as próprias superpotências externas contribuíram para a violação do acordo de Alvor²⁴⁵, ao invés de procurarem uma aproximação entre os adversários, as superpotências decidiram expandir os seus programas de assistência militar aos respetivos movimentos, fomentando a vertente bélica. Neste aspeto, refletiu-se em Angola a confrontação internacional, entre os blocos ocidental e de Leste, com a diferença de que, desta vez, a guerra civil angolana foi utilizada como bypass para a competição entre superpotências, quebrando, neste sentido, com as convenções da política de détente.

De qualquer modo, após a violação do acordo de Alvor pelos seus adversários, o apoio soviético passou a ser visto, em Moscovo, como uma forma de proteger um Estado que estava sujeito à agressão externa, promovida por uma grande potência internacional. O Pravda, principal jornal da União Soviética e um órgão oficial do comité Central do Partido Comunista da União Soviética, declarava que os desenvolvimentos em Angola não se tratavam de uma guerra civil, mas de uma invasão silenciosa, perpetrada por potências regionais, contra o povo angolano. Outro excerto afirmava: “já não é segredo nenhum que, debaixo do pretexto de uma guerra civil, estava encapotada uma intervenção imperialista e colonialista em território angolano”²⁴⁶. O jornal soviético apontava, ainda, que a Organização para a União Africana e as Nações Unidas, requereram o apoio das forças de libertação no Sul de África, o que legitimava qualquer apoio direto ao MPLA. Além do mais, este movimento encontrava-se a combater outros que contavam com o apoio do regime racista da África do Sul.

Da perspetiva soviética, a vitória da FNLA ou da UNITA²⁴⁷, aprofundaria o desenvolvimento capitalista angolano, alargaria a esfera de influência imperialista e os investimentos, o que levaria ao atraso na transição da governação para a maioria negra, não apenas neste país, mas também nos restantes Estados sul africanos, como resultado das ligações entre estes movimentos e o regime de Pretória.

Nestas circunstâncias, Havana prontificou-se a comunicar a Moscovo que Neto não aceitaria a partilha de poder com os movimentos adversários, afirmando igualmente que se iria dedicar mais ao esforço angolano e esperava que os soviéticos aumentassem o seu apoio, em consonância. Deste modo, Afanasenko prontificou-se a confirmar ao embaixador cubano, em Brazzaville, que o Comité Central do PCUS, estava a “acompanhar atentamente o

²⁴⁵ MARCUM, John, *Angolan Revolution*, Vol. 2. P. 257.

²⁴⁶ PAPP, Daniel S. Angola, *National Liberation and Soviet Union*.

²⁴⁷ WESTAD, Odd Arne, P. 3.

desenvolvimento dos eventos em Angola e reiterava o seu compromisso com as forças progressistas, de modo a pôr um ponto final à reação, doméstica e internacional”²⁴⁸.

Em janeiro de 1975, a URSS estava ciente do aumento do financiamento das operações encobertas, levadas a cabo pela C.I.A, a favor da FNLA. A embaixada soviética em Brazzaville concluiu que a assistência americana levaria, muito em breve, Holden Roberto a lançar-se numa tentativa atabalhoada de conquistar o poder. Compreendeu, igualmente, que os recursos imediatos à sua disposição, para auxiliar o MPLA a resistir aos ataques, seriam manifestamente insuficientes, sendo necessário um aumento imediato da sua assistência, tal como o embaixador de Brazzaville prometeu a Eduardo dos Santos, a 30 de janeiro. Mas em adição à sua assistência militar, os soviéticos tentaram coagir o MPLA a melhorar a sua estratégia negocial, de modo a forjar uma aliança com a UNITA²⁴⁹. O interesse soviético no desenvolvimento de uma aliança anti FNLA, foi partilhado por diversos Estados independentes do Sul de África. Com este contexto como pano de fundo, a URSS decidiu armar, ainda no mesmo mês, a 9.ª Brigada Motorizada, com lança-rockets BM-21, carros de combate T-34/85, transporte de tropas BTR-60, morteiros de 120mm e artilharia variada, tendo sido este material militar decisivo para que o MPLA melhorasse a sua posição interna, no período que antecedeu a proclamação da independência.

No início do Verão de 1975, os conselheiros cubanos, estacionados em Angola, somavam já um total de 250 homens e, mesmo que não participassem no combate, tinham um papel cada vez mais preponderante no planeamento das operações do MPLA, funcionando como um autêntico Estado Maior. Através de um intenso treino militar, os instrutores de Castro conseguiram transmitir o conhecimento necessário que faltava às forças angolanas, especialmente no que dizia respeito às comunicações, linhas de logística e coordenação nas diversas operações realizadas.

Tal como previsto pela embaixada soviética em Brazzaville, as tropas da FNLA prontificaram-se a montar ofensivas contra o MPLA, tanto ao longo da linha costeira, como no Norte de Angola. No entanto, com a formação prestada pelos instrutores cubanos, juntamente com a chegada de maior apoio militar soviético em junho, em meados de julho as forças locais das FAPLA já tinham o controlo sobre Luanda e começavam a atacar os fortes pertencentes à FNLA, no Norte. Os soviéticos não previram o sucesso militar do MPLA, apesar de a

²⁴⁸ DOMINGUEZ, Jorge I. *To Make a World Safe for Revolution: Cuba's Foreign Policy* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989), 130-137.

²⁴⁹ Talking points for Secretary of State Kissinger. NSC meeting on Angola, Friday, June 27, 1975.” National Security Archive (NSArchive Angola collection of documents obtained through the Freedom of Information Act (hereafter “National Security Archive Angola FOIA collection”).

embaixada de Brazzaville ter, já em abril, observado um avanço das capacidades de combate das FAPLA, graças ao apoio externo conjunto.

A administração Ford não estava, no entanto, disposta a permitir uma solução conjunta, de modo que, em julho de 1975, o presidente norte-americano autorizou uma nova operação. Em três meses foram disponibilizados, às operações encobertas da CIA, 50 milhões de dólares e em inícios de agosto, as forças sul africanas atravessaram a fronteira até ao Sul de Angola, obrigando as linhas defensivas do MPLA a retirar, em direção a Luanda. Os seus frutos no campo de batalha já não eram os mesmos e o MPLA deparou-se com problemas crescentes, no que tocava à preservação da sua linha de mantimentos, provenientes da URSS, a partir do Congo. O líder congolense, o coronel Nguabi, tinha-se fartado do criticismo constante de Neto a Brazzaville²⁵⁰, por acolher grupos separatistas oriundos de Cabinda, pelo que informou Moscovo de que não aceitaria novamente que Neto, por um lado pedisse o apoio congolense e, por outro, fizesse acusações ao seu governo, sendo esta mensagem acompanhada pela proibição da circulação dos itens enviados pela URSS ao MPLA, pelo território congolense. Moscovo viu-se obrigada a sondar Castro, que mantinha relações próximas com os líderes congolenses, para criar um compromisso que garantisse a chegada da assistência ao MPLA.

4.10. A concertação estratégica entre Cuba e a União Soviética

Castro fez uso deste pretexto para, a 15 de agosto, enviar uma mensagem a Brejnev, tendo em vista a obtenção do apoio soviético para a introdução de tropas cubanas em Angola, mas também para delinear as operações militares²⁵¹. Os cubanos sublinharam a ameaça que representava a assistência externa à FNLA e à UNITA, para a instituição de um modelo marxista em Angola. A iniciativa cubana foi coordenada com os líderes do MPLA, que por sua vez tentavam pressionar os soviéticos, a levar a cabo uma intervenção militar direta. Lúcio Lara, líder do MPLA em Luanda, fez a 17 de agosto o pedido ao embaixador soviético, Afanasenko, para o envio de oficiais soviéticos que pudessem apoiar o comando geral do MPLA, em matérias militares. Afanasenko, porém, apenas pôde prometer a disponibilidade de técnicos especialistas, comprometendo-se, de qualquer modo, a convidar o ministro da defesa, Iko Carreira, para uma viagem a Moscovo, nos finais de agosto, tendo em vista a análise, em conjunto com o Comité Central do PCUS, o ministro da defesa e o Estado Maior das Forças Armadas, do plano delineado por Cuba.

²⁵⁰ STOCKWELL, John, *In Search of Enemies: A CIA Story* (London: Andre Deutsch, 1978), PP. 40-57.

²⁵¹ WESTAD, Odd Arne, *Moscow and the Angolan Crisis, 1974-1976*, P.5.

Apesar do interesse em continuar a prestar auxílio ao grupo de Neto, os altos representantes soviéticos objetaram o uso de oficiais e de aviões soviéticos, antes da declaração de independência, uma vez que a maioria dos países africanos, incluindo alguns com quem mantinham relações de cooperação, atuariam contra um envolvimento soviético direto. Cuba não estava suficientemente ciente de como uma intervenção, soviética, colocaria em causa o equilíbrio político mundial. Além do mais, Moscovo ainda não estava certa de que fosse realmente necessária uma intervenção militar, direta, em Angola²⁵². De modo que, Brejnev rejeitou prontamente transportar as tropas cubanas e enviar oficiais soviéticos, para servir com os cubanos em Angola, o Estado Maior opôs-se a qualquer participação na operação cubana e a este juntou-se o KGB, que em agosto de 1975, tinha alertado para os efeitos de uma intervenção soviética direta, nas relações entre as duas superpotências.

Ainda assim, o pragmatismo de Havana não seria demovido pela hesitação soviética, de modo que as primeiras tropas cubanas, prontas para o combate, chegaram a Luanda nos finais de setembro, a bordo de diversos aviões e navios pré-revolucionários, então reconstruídos²⁵³. Prontamente integraram as fileiras das FAPLA, na região rural de Angola, e encarregaram-se da maior parte do combate contra os rivais do MPLA. De qualquer modo, o número de soldados cubanos não foi suficiente para preservar as conquistas obtidas no início do Verão, por parte do MPLA, face aos ataques, vorazes combinados, dos seus adversários.

O MPLA estava, em meados de outubro, numa contínua perda de terreno, apesar da entrada em cena dos reforços cubanos²⁵⁴. Com esta conjuntura adversa, a habilidade dos seus aliados cubanos, de influenciar as ações de Moscovo e contribuir para o seu maior envolvimento na guerra civil angolana, foi um fator de destaque que viria a alterar, por completo, o rumo da guerra civil angolana. Em 1975, quando Fidel Castro deu luz verde ao apoio militar cubano, ao MPLA, apostou fortemente na perspectiva de que a URSS acabaria por intervir, obrigando-a a ultrapassar os limites que havia estipulado para a sua intervenção, camuflada, em Angola e colocando, conseqüentemente, em jogo a política de détente.

Deste modo, teve início a lógica de cooperação com Cuba e, num curto espaço de tempo, as preparações militares soviéticas, para o transporte de tropas cubanas até Angola, intensificaram-se, em inícios de novembro. A direção do PCUS reuniu-se a 5 de Novembro e decidiu enviar unidades navais para áreas circundantes da plataforma marítima angolana e, em

²⁵² Kornienko and Brutents interviews, in Odd Arne Westad.

²⁵³ WESTAD, Odd Arne, *Moscow and the Angolan Crisis, 1974-1976*. P. 6.

²⁵⁴ MOORCRAFT, *African Nemesis*, PP. 83-84. Piero Gleijeses, que apresenta a perspectiva cubana em relação à guerra civil angolana, afirma, com base em documentos de arquivos nacionais, que no decorrer na primeira metade de outubro, o MPLA encontrava-se a ganhar a guerra.

menos de dois meses, era o embaixador soviético quem exaltava o seu homólogo cubano a intensificar as preparações de Havana, para o combate em Angola.

No lado adversário, os EUA continuavam o seu apoio encoberto às forças antigovernamentais, nomeadamente à FNLA e à UNITA, que haviam instituído um governo rival na cidade de Nova Lisboa, que, todavia, não era reconhecido oficialmente por nenhum outro Estado. Como resultado deste apoio, as duas semanas que se seguiram à declaração de independência, viram o rápido avanço, em direção a Luanda, do exército da UNITA, acompanhado por 6.000 membros das forças subsidiárias, sul africanas. Lograram, desta forma, ocupar todos os portos principais, a sul da capital, e tomar controlo do caminho de ferro de Benguela, pelo que tanto os soviéticos, como os cubanos concluíram que se o regime do MPLA sobrevivesse, as tropas cubanas teriam que atacar a Sul, logo que possível.

Com a obrigatoriedade de um maior empenho soviético, em prol do MPLA, juntamente com a carta enviada por Fidel Castro a Brejnev, na qual salientava as conquistas da aliança entre FNLA, UNITA, África do Sul e EUA, a primeira mudança foi feita na gestão do conflito angolano. O Politburo autorizou o Estado Maior Soviético a assumir o controlo direto das operações logísticas²⁵⁵ de envio de tropas cubanas adicionais, bem como de uma cadeia logística de hardware militar, altamente avançado.

A URSS elevou exponencialmente a sua intervenção no país, através de uma operação maciça, que contou com o apoio de diversos governos africanos e consistiu no transporte, por terra e pelo mar, de mais de 12 mil soldados cubanos, para o território angolano, um valor que viria a perfazer os 15.000 soldados, entre novembro de 1975 e meados de janeiro de 1976, bem como no fornecimento às FAPLA de novo material bélico, de entre o qual os tanques T-34 e T-54, mísseis antitanque, SAM-7, e aviões MiG-21²⁵⁶. O Congo foi um dos países africanos que concordou em prestar auxílio e rapidamente se afirmou como o principal ponto de chegada, de pessoal militar e de armamento, desde Cuba e União Soviética. A Argélia, a Guiné, o Mali e a Tanzânia cooperaram com os esforços, de maneiras distintas, ainda que os soviéticos tivessem que pressioná-los. A par destes países africanos, também teve que “incentivar” os seus aliados europeus de Leste, a contribuírem para o esforço pela preservação da libertação de África, das “garras” do imperialismo global.

Como resultado, no dia 11 de novembro, Agostinho Neto declarou a independência nacional e o estabelecimento da República Popular de Angola, num momento em que o MPLA

²⁵⁵ Andressen Guimarães, *The origins of the Angolan civil war...* P. 307.

²⁵⁶ Klinghoffer, Arthur, *Angolan War*, PP. 26-27; Garthoff, *Detente and Confrontation*, P. 512.

se encontrava a lutar pela sua própria existência, meras milhas a Norte de Luanda, na conhecida batalha de Quifangondo. Com a declaração de independência angolana e fruto da intervenção sul africana, de outono de 1975, a União Soviética providenciou mais armamento ao MPLA e introduziu mais soldados cubanos. Neste momento, os soviéticos acreditavam, e corretamente, que a África do Sul contava com o apoio americano, devido ao facto de os oficiais americanos terem condenado todos os tipos de intervenção, por poderes externos, na guerra angolana, mas não terem condenado, até então, a intervenção sul africana. Independentemente deste apoio, Moscovo tinha, já em outubro, conhecimento dos planos de invasão da África do Sul e a liderança do Kremlin teve, desta feita, tempo suficiente para preparar a devida resposta.

Com a preparação soviética, foi inevitável o sofrimento que, em dezembro, os invasores sul africanos viriam a enfrentar, juntamente com grandes contratempos, que os obrigaram a retirar em direção à fronteira. Estes contratempos deveram-se não só à incapacidade de se debaterem no campo de batalha, contra um maior número de soldados, por sua vez muito mais bem equipados e treinados, mas acima de tudo, ao chumbo, no Senado e no Congresso norte-americano, da disponibilização de mais fundos para financiar a intervenção em África²⁵⁷, o que bloqueava qualquer possibilidade de continuação do patrocínio de operações encobertas, desenvolvidas pela C.I.A, em Angola. Este facto deixou Pretória desamparada, com os seus homens tidos como reféns de um conflito, no qual não tinha possibilidades de vencer.

A intervenção sul africana viu, deste modo, o desfecho antecipado à sua intervenção, com um resultado contrário daquele que era pretendido e o derrube de qualquer reticência diplomática que restasse em reconhecer o recém instituído regime angolano, sob a égide do MPLA. De facto, em meados de fevereiro, de 1976, a maioria dos Estados africanos, tinha já reconhecido, oficialmente, o governo de Neto, até mesmo a OUA, apesar das sucessivas tentativas do seu presidente, Idi Amin, para adiar o parecer²⁵⁸. Para esta aceitação contribuíram, em larga medida, os esforços diplomáticos soviéticos. Os militares cubanos provaram-se decisivos no campo de batalha e, em apenas três meses, os dois restantes movimentos foram reduzidos ao mero combate de guerrilha, conseguindo assim, o MPLA, assegurar o reconhecimento internacional, de como detinha as melhores condições para formar governo, no início de 1976.

²⁵⁷ David Binder, SENATE VOTES TO CUT OFF COVERT AID FOR ANGOLANS; FORD PREDICTS A 'TRAGEDY'. New York Times article.

²⁵⁸ Klinghoffer, *Angolan War*, PP. 61-71.

A intervenção soviética, em colaboração com Cuba, arriscou antagonizar diversos membros da OUA²⁵⁹, tanto pela introdução de armas, como pela introdução de tropas cubanas, mas logrou antecipar a fraqueza desta instituição, que residia na fragmentação interna e na parcialidade do seu presidente, que se posicionava, claramente, contra o governo de Neto. Esta organização foi incapaz de reconciliar os movimentos ou enviar uma força para impor a paz em Angola. De igual modo, ficou dividida no reconhecimento da República Popular de Angola, bem como da legitimidade das ações soviéticas e cubanas. Ao ritmo que a intervenção sul africana na guerra diminuía e o MPLA se aproximava da vitória, o ponto de vista da maioria, na OUA, tornou-se consistente com os interesses políticos da União Soviética. A oposição às tropas sul africanas e aos mercenários brancos, o reconhecimento do novo governo angolano, a preservação da integridade do território angolano e o fortalecimento do MPLA, formaram parte de uma perspectiva comum em relação ao futuro.

Para além de contrariar as pretensões americanas, sul africanas, zairenses e zambianas, a União Soviética também tinha as suas ambições regionais. A influência sobre Angola, através do patrocínio de um governo do MPLA, conceder-lhe-ia uma maior influência sobre outros movimentos de libertação no Sul de África, tais como a Organização do Povo do Sudoeste Africano, a União do Povo Africano do Zimbabué e o Congresso Nacional Africano. Angola poderia ainda vir a ser utilizada como uma base avançada, para operações militares, em prol destes mesmos movimentos. Derrotar a FNLA e a UNITA também serviria para voltar ao diálogo acerca da África do Sul, Zaire e Zâmbia, os dois últimos países poderiam ser alvo de pressões devido à sua grande dependência do transporte férreo, que atravessava Angola, devido às suas exportações de cobre. O sonho de uma linha de Estados marxistas, do Congo até Moçambique, poderia converter-se em realidade, proporcionando aos soviéticos uma posição estratégica ímpar em qualquer crise que surgisse, no Sul de África.

A guerra civil angolana estava terminada nas regiões centrais do território angolano, já no início de Março de 1976. A capital das forças anti MPLA, o Huambo, tinha sido recuperada pelas forças das FAPLA, no dia 11 de fevereiro. Holden Roberto havia regressado ao exílio, no Zaire, em janeiro desse mesmo ano e a FNLA tinha abdicado das suas pretensões militares. Jonas Savimbi, regressou ao Sul de Angola, com sensivelmente 2000 guerrilheiros e alguns dos seus conselheiros militares norte-americanos e sul-africanos, reconhecendo que não conseguiria combater as forças conjuntas das FAPLA, Cuba e União Soviética²⁶⁰.

²⁵⁹ SHEARMAN, P. *The Soviet Union and Cuba*, [1987].

²⁶⁰ STOCKWELL, John, *In Search of Enemies*, 227-248.

Foi assim que na Primavera de 1976, os líderes soviéticos sentiram, com um grau de certeza e auto congratulação, que haviam vencido a guerra civil. Surpreendentemente, toda a logística da operação, de enorme escala, funcionou como esperado, apesar de ter sido acompanhada a mais de 7.000 quilómetros de distância. Moscovo logrou conduzir uma operação logística em apoio dos seus aliados, contra o poder dos Estados Unidos, o que fez com que estes saíssem com a sua posição reafirmada. Segundo Brejnev, Angola tornou-se, para além de uma das principais crises externas, da política de Détente, no marco da solidariedade ativa com os povos de África e serviu para comprovar que a URSS reunia as condições necessárias para levar a cabo a propagação do marxismo-leninismo, no Terceiro Mundo.

A partir dos relatórios que chegaram ao Departamento Internacional do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, a lição mais importante parece ter sido a de que os Estados Unidos podem ser derrotados, em conflitos locais, caso esteja reunido um conjunto de circunstâncias específicas²⁶¹. Em primeiro lugar, as forças armadas soviéticas deveriam manter-se capacitadas para providenciar um apoio logístico imediato, seja a um movimento independentista, seja a um Estado aliado. O planeamento e procura ativa por grupos com estas características, seriam principalmente destinados à Marinha e à Força Aérea, tendo sido ambas premiadas pelos papeis decisivos na guerra angolana.

Em segundo lugar, a União Soviética deveria ser capaz de desempenhar o papel de organizadora e gestora das forças anti-imperialistas, envolvidas no eventual conflito, ao contrário do sucedido no Vietname, onde os intervenientes militares manifestaram uma incapacidade decisiva, de seguir as diretrizes soviéticas²⁶². Na guerra civil angolana, os mais altos quadros soviéticos, estavam satisfeitos com o modo como, tanto os angolanos como os cubanos, respeitaram a primazia estratégica de Moscovo. Segundo a embaixada, Neto compreendeu rapidamente a dependência que tinha da assistência soviética e ainda de que era Moscovo e não Havana que tomava as decisões finais. Na Primavera de 1976, uma atitude que agradou a G. A. Zverev, chargé d'affaires em Luanda, foi a continuação da pressão, feita por Neto, para o envio de mais instrutores militares soviéticos, uma atitude que parecia ser um sinal da dedicação do presidente angolano, à nova aliança e um interesse em manter o contacto com o seu novo aliado²⁶³.

²⁶¹ WESTAD, Odd Arne, *Moscow and the Angolan Crisis, 1974-1976*. P. 7.

²⁶² GOLAN, Galia, *The Soviet Union and National Liberation Movements in the Third World* (New York: Unwin Hyman, 1988).

²⁶³ ZVEREV, G.A. 1 March 1976, political report: "Nekotorye voprosy voenno-politicheskoi i ekonomicheskoi obstanovki v Angole".

A terceira lição que os soviéticos retiraram do conflito em Angola, foi que a União Soviética poderia e deveria implementar uma política de apoio na reconstrução e reforma de grupos anticapitalistas, em regiões de crise. O MPLA, segundo os observadores soviéticos, conseguiu conquistar a posição para formar governo, graças aos conselhos e à assistência de Moscovo, que não só ajudou a ganhar a guerra, como também estabeleceu os alicerces para a edificação de um Partido africano vanguardista. Dentro do movimento, os “internacionalistas”, que valorizavam a continuação de relações próximas com os moscovitas, encontravam-se em ascensão e foram estes mesmos internacionalistas, homens como Lopo Nascimento e Nito Alves, que Moscovo auxiliou a construir um novo MPLA, apadrinhado pela experiência do Partido Comunista da União Soviética.

Com todas as arestas que necessitavam de ser limadas, após uma relação intensa e que flutuou entre aproximação e afastamento, devido aos conflitos no interior do movimento e ainda a uma má preparação política e militar, o esforço hercúleo soviético, nas relações com o MPLA, permaneceu após a consagração e formação do governo angolano. A relação foi efetivamente mais complexa e exigiu uma maior dedicação dos soviéticos, do que uma mera disseminação de brochuras marxistas-leninistas e de bustos de Lenine. A inflexibilidade e a vontade de Neto em permanecer ideologicamente independente²⁶⁴, juntamente com a sua pretensão em assumir o patamar de um teórico marxista independente, atormentou os russos e tornou cada vez mais difícil controlar o MPLA, mesmo após a situação militar estabilizar. Alguns dos líderes angolanos com quem Moscovo mantinha uma menor proximidade, tais como o comandante veterano das FAPLA e ministro da defesa, Iko Carreira e o secretário-geral Lúcio Lara, que tinha uma influência bastante forte da esquerda europeia, fortaleceram as suas posições assim que o conflito viu o seu fim. De acordo com a embaixada, a influência de tais personalidades atrasou as alterações que eram necessárias pôr em prática e a finalização do desenvolvimento de alguns planos relevantes, os quais tanto soviéticos, como cubanos, aconselhavam.

Com a percepção das oportunidades que o pós-Vietname e a perspectiva anti intervencionista, prevalecente, tanto na sociedade norte-americana, como na oposição, que detinha a maioria no Congresso e no Senado, os soviéticos levaram a cabo uma campanha conjunta em Angola, com elevado sucesso. As reivindicações que tiveram início, assim que as operações encobertas chegaram ao conhecimento público e o consequente corte dos fundos dedicados às mesmas, permitiu-lhes desenvolver uma posição privilegiada e antecipar a

²⁶⁴ WESTAD, Odd Arne, *Moscow and the Angolan Crisis, 1974-1976*. P. 8.

ascensão do MPLA ao poder²⁶⁵. Assim que este movimento foi reconhecido como o vencedor da guerra civil, Moscovo rapidamente oficializou a cooperação, através da assinatura de um tratado de amizade, em outubro de 1976. Este tratou-se de um passo pouco habitual, primeiro porque o MPLA ainda não tinha consagrado a transição de um movimento para um partido político e, em segundo lugar, porque foi apenas o sexto celebrado pelo Partido Comunista da União Soviética, os acordos anteriores, tinham sido estabelecidos com os governos do Egipto, Argélia, Iraque Síria e Mali. Com esta cooperação oficial os soviéticos conquistaram um acesso estratégico a Angola, tanto a nível marítimo, como aéreo²⁶⁶. Do ponto de vista marítimo, obtiveram controlo sobre toda uma rede de instalações nos Estados da costa africana, bem como nos portos angolanos, o que os dotava de uma capacidade sem precedentes para fiscalizar o tráfego dos cargueiros, que completavam a rota de petróleo do Cabo. Mesmo que não manifestasse qualquer interesse em interferir com estes navios, tinha a possibilidade de o fazer, em qualquer área, entre o golfo Pérsico e qualquer outro Estado ocidental, uma possibilidade que não era de todo agradável para o bloco ocidental. A nível aéreo, a URSS obteve o direito a realizar voos de reconhecimento, a partir de Luanda, dotando-a de um poder de projeção, de destaque, no continente africano, caso as condições para uma intervenção fossem propícias, em zonas como o Zimbabué, a Rodésia ou a África do Sul. Para aproveitar estas novas possibilidades, era imperativo que as comunicações decorressem de forma célere e fidedigna, de modo que os soviéticos se dedicaram ao desenvolvimento das redes de telecomunicação, para aumentar o seu poder de projeção, a partir das bases de operações em Angola.

Outros feitos relevantes e que serviram para demonstrar os ganhos de posição da URSS, assumiram-se o estabelecimento de uma rota aérea entre Moscovo e Luanda; no ensino, foi desenvolvido um programa internacional que patrocinava os estudos de alunos angolanos, na União Soviética; Agostinho Neto, pelo seu papel na organização do MPLA e pelo desfecho positivo da guerra civil, foi galardoado com o prémio Lenine para a Paz, em 1977 e em novembro de 1976, a mensagem de Neto para Brejnev, na ocasião do 59º aniversário da revolução bolchevique, foi publicada no jornal Pravda, antes do discurso de qualquer outro líder africano, facto que revelava a sanidade das relações entre ambos os regimes.

De qualquer modo, todos estes benefícios colhidos, não foram acompanhados por uma influência ideológica efetiva, que tinha consubstanciado, ao fim, ao cabo, o principal objetivo da intervenção soviética, o de moldar o futuro político de Angola e eventualmente do

²⁶⁵ KLINGHOFFER and GONZALEZ, Edwards, *Cuba, the Soviet Union, and africa*.

²⁶⁶ Odd Arne Westad, *Moscow and the Angolan Crisis, 1974-1976*. P. 7.

continente africano. Neste patamar, a sua capacidade de influenciar a liderança do governo e os teóricos políticos do MPLA, ficou largamente aquém do idealizado²⁶⁷. Angola não se tornou numa nação subserviente dos interesses soviéticos, por dois motivos essenciais, pela persistência e inflexibilidade de Neto, que pretendia assumir-se como um teórico marxista independente e pela exigência cubana de intervir no cenário político angolano, forçando as suas opiniões acerca das medidas a serem aplicadas, direito conquistado pela relevância da sua intervenção. Na verdade Fidel Castro desenvolveu um apreço especial por Neto, o qual denominou de grande líder africano, facto que veio reforçar a legitimidade de Neto como ideólogo e resultou numa sobreposição dos interesses cubanos, face aos da URSS. Até mesmo ao nível económico, Angola manteve-se independente e desenvolveu livremente laços diplomáticos e económicos, até mesmo com diversos Estados ocidentais, o investimento estrangeiro cresceu, apesar da dedicação do governo a desenvolver uma economia de cariz socialista e o petróleo do Golfo continuava a operar em Cabinda. Para o quadro soviético, ao nível local, o verdadeiro carácter da relação entre Moscovo, Havana e Luanda complicou os seus esforços de reforma do MPLA, com várias ações políticas que representaram um retrocesso para a União Soviética, a serem postas em ação. De entre estas medidas são de salientar, no final de 1976, a abolição do Ministério para Administração Interna e a consequente expulsão de Nito Alves, um forte apoiante da União Soviética que partilhava a frustração por Neto apostar no não alinhamento, exigindo o reforço das relações com a URSS²⁶⁸.

Ora, se realmente o interesse que determinou a motivação para a intervenção soviética em Angola, não foi atingido e se a URSS tivesse um conhecimento mais aprofundado das problemáticas internas do MPLA e da manifesta incapacidade que iria ter em alterá-las, será que se dedicaria a intervir na questão angolana? Para respondermos a tal pergunta temos que ter a noção de que a própria experiência histórica da URSS apontava na direção contrária a tal aventura. A diplomacia soviética era, mais vezes do que não, extremamente cautelosa quando atuava fora da sua esfera habitual de intervenção, optando linearmente por celebrar laços com regimes bem estabelecidos. Até à sua intervenção em Angola, a URSS nunca tinha proporcionado apoio a um movimento revolucionário, que fosse exógeno, em relação aos seus países vizinhos, ao contrário dos Estados Unidos que já tinham um registo de apoio a movimentos desta espécie, nomeadamente no Nicarágua e no Afeganistão. A ideologia política

²⁶⁷ Odd Arne Westad, *Moscow and the Angolan Crisis, 1974-1976*. P8.

²⁶⁸ BRESLAUER, George W. *Ideology and Learning in Soviet Third World Policy*, World Politics 39 (April 1987), pp. 429-48.

soviética prendeu-se por um vincado *Excecionalismo*²⁶⁹, quer isto dizer, que a teoria Marxista-leninista era observada como tendo um motivo nobre e superior ao de qualquer outra, o de auxiliar na libertação de todos os países que estivessem a ser oprimidos pelo jugo imperialista e capitalista. Esta perspetiva, juntamente com o desenvolvimento das suas relações políticas e de um progresso económico, experienciado nos últimos anos, graças à forma como foi traçada a política de détente, proporcionaram, ou se quisermos, turvaram mesmo a capacidade soviética de discernir os obstáculos que se apresentavam entre si e uma intervenção irrepreensível a longo prazo, em Angola. Esta falsa ideia, começou uma espiral descendente de crenças erróneas, primeiro de que o carácter do MPLA e do seu líder poderiam ser ultrapassadas, pelo que a intervenção continuava a ser observada como a opção ideal, à revelia de todos os demais sinais que se fossem apresentando em contrário.

²⁶⁹ Odd Arne Westad, *Moscow and the Angolan Crisis, 1974-1976*. P. 10.

Conclusão - Angola, a principal crise da política de Détente

Vista no meio de uma quezília internacional, a transição de Angola de uma colónia portuguesa para um Estado independente, reuniu todas as condições necessárias para podermos considerá-la, como uma das principais crises da política de détente. Além da atenção cativada pelo período pós-revolucionário em Portugal continental, o processo de transição angolano reteve o principal foco da competição entre a União Soviética e os Estados Unidos, apesar de não se consubstanciar um território intrinsecamente vital para qualquer uma das duas superpotências. De qualquer modo, a sua posição estratégica, os seus recursos minerais, a sua eventual preponderância para o desequilíbrio da balança política internacional e o impacto indireto que teria o resultado da guerra civil, para o panorama geral do continente africano, eram fatores que dotavam o resultado da guerra civil angolana de uma relevância superior àquela que se poderia prever *à priori*. Idealmente, a superpotência vencedora, teria acesso à possibilidade de intervir na moldagem do futuro de um continente inteiro, que via nascer, a um ritmo avassalador, novos Estados independentes que procuravam ativamente apoio internacional, para conquistar a sua independência e definir o seu rumo político, sendo todos estes, fatores de destaque.

Do ponto de vista soviético, assumia-se interessante levar a cabo a expansão da sua doutrina marxista-leninista, em novos palcos não tradicionais, uma pretensão que os Estados Unidos queriam contrariar ao máximo. Após o sucesso inesperado da revolução portuguesa, ambas as superpotências se viram obrigadas a reagir, rapidamente, ao célere processo de descolonização português, com o intuito de rejeitar o acesso a todas as oportunidades enunciadas, ao respetivo adversário internacional. O equilíbrio e reaproximação que se faziam sentir entre os campos adversários, no patamar internacional, graças à política de détente, foi abalado por uma questão de cariz indígena africano e Angola viria a converter-se, num campo de batalha, ao qual foram infligidos danos sociais e económicos, amplamente inflacionados pela lógica de “competição”, entre os campos rivais, servindo de uma autêntica arena onde foi expressa a competição que era reprimida, noutras geografias. A confrontação bélica crescente, pela decisiva influência no Sul do continente africano, levou a que ambas as superpotências proporcionassem apoios avultados, tanto aos seus aliados internos, como a intervenientes externos, seus subsidiários.

Os danos provocados às respetivas identidades políticas, de ambas as superpotências, por diversos eventos políticos recentes, nomeadamente a cisão sino-soviética, o escândalo Watergate, juntamente com a guerra do Vietname e a reaproximação entre os Estados Unidos

e o Japão, à China, entre 1971 e 1972, despoletou a necessidade, por parte de ambas as superpotências, de intervir em Angola. Tendo em conta estas particularidades nacionais, era fundamental, para ambas as superpotências, inaugurar um novo capítulo, bem como uma nova imagem internacional, reafirmando o seu poderio efetivo e capacidade de influência. Para tal, a oportunidade trazida pelo desenvolvimento do nacionalismo africano e pela necessidade de apoio externo, que os movimentos nacionalistas procuravam ativamente, assumiu-se como uma nova oportunidade para desenvolver uma política de sucesso, num continente em franco desenvolvimento e tirar as teimas em relação a qual seria a verdadeira superpotência internacional, com a capacidade de moldar o destino de um continente longínquo e com o qual não tinha qualquer relação histórica.

Com o desfecho da guerra civil em Angola, a opinião dos críticos da détente, que apontava esta política como uma via rápida para os ganhos estratégicos soviéticos, concedendo espaço suficiente para difundir o Comunismo pelo continente africano, saiu reforçada. De qualquer modo, é importante salientar que o desfecho da guerra civil angolana não foi apenas determinado pelos efeitos da política de détente. O contexto político em Washington, provocado, em parte, pelo resultado da guerra do Vietname, o modo como foram feitas as revelações das operações encobertas, levadas a cabo pela C.I.A e o início da “batalha” presidencial entre Ford e Carter, assumiam-se uma carga conjunta que estava depositada principalmente sobre os ombros de Henry Kissinger, limitando a capacidade norte-americana para desempenhar o seu papel eficientemente, na ponta final da competição pelo futuro angolano. Este facto remeteu a superpotência ocidental para o uso de sanções económicas, como meio de retaliação, o que contribuiu para que os russos obtivessem uma vitória antecipada, pela “desqualificação” do adversário, devido à rejeição pelo Senado, no dia 19 de dezembro de 1975, da renovação do financiamento às operações encobertas da C.I.A, em Angola. Em paralelo, Kissinger afirmava, internamente, que os Estados Unidos começavam a conquistar terreno e a ter ganhos no Sul de África, o que servia apenas para propagandar um falso controlo norte-americano e, no entretanto, reunir votos nas próximas eleições presidenciais, de novembro de 1976.

Após o desfecho da guerra civil é inevitável que nos deparemos com uma pergunta recorrente: como é que a questão angolana teria sido gerida e qual teria sido o seu desfecho, caso ao invés da política de détente, estivesse em vigência na cena internacional, uma lógica de Guerra Fria? Não podendo afirmar enfaticamente que as consequências de uma estratégia de Guerra Fria seriam ruinosas, posso constatar que a estratégia de Détente cumpriu em parte

o seu objetivo, pelo menos no palco europeu. Através da concessão de benefícios políticos, em África, aos soviéticos, os Estados Unidos lograram preservar Portugal na esfera ocidental, que representava o território de maior interesse, como desde logo notámos. Do ponto de vista económico, os Estados Unidos reduziram as despesas com a Defesa, nos seus orçamentos de Estado, tal como podemos analisar no **anexo 2**²⁷⁰, graças à redução da produção de armamento, facto que num contexto de Guerra Fria seria impossível atingir, uma vez que, ditava a lógica de *deterrence*, a produção de armamento, tanto nuclear, como convencional, teria que ser preservada num nível elevado, de modo a impedir que o adversário, recuado pelo receio das represálias, fizesse uma declaração de guerra, que teria a destruição mútua assegurada. Finalmente, no contexto internacional, apesar de ter havido uma crispação e um nervosismo crescente, provocado pela confrontação entre os dois colossos continentais, representados, em solo angolano, pelos seus aliados, verificou-se uma contenção das suas intervenções diretas, por respeito aos benefícios conquistados pela política de *détente*.

Podemos assim afirmar que a *détente* gerou um equilíbrio no espectro geográfico europeu, mais precisamente em respeito à questão portuguesa, onde foi profundamente respeitada, com a devida exceção para os patrocínios típicos aos partidos que as respetivas potências queriam ver no poder, sem que se verificasse uma guerra civil, apesar de esta ter estado em cima da mesa, durante algum tempo. Já em relação àquilo que se constatou em África, retiramos que se tratou de uma violação selvática dos princípios previstos pelas convenções da *détente* e uma intervenção demasiado próxima de uma guerra total. Realmente, à exceção da implementação de tropas próprias, foi proporcionado apoio logístico, que incluía o transporte das tropas, por avião ou em navios pertencentes às superpotências, apoios no planeamento das operações internas e formação militar e política às tropas dos seus aliados, não esquecendo o armamento disponibilizado, inicialmente obsoleto, mas que progrediu, rapidamente, para hardware militar altamente avançado. Todas estas formas de intervenção ponderadas, revelam um grande grau de participação das superpotências na guerra civil angolana, o que serviu para provocar tensões internacionais crescentes, que levaram a sanções económicas, aplicadas pelos EUA e à possibilidade iminente de uma guerra total direta, entre as superpotências e os respetivos blocos, quebrando integralmente com os princípios da política de *détente* e tornando, por consequente, Angola numa das principais crises desta política.

Com uma derrota clara em Angola, após o desfecho da guerra civil, o objetivo, a curto prazo, para os Estados Unidos, passou a ser o de limitar as operações e a expansão da utilização

²⁷⁰ Defense expenditures as part of GDP.

das tropas cubanas em Angola, empreendendo esforços contínuos para persuadir os governos russo e cubano a desmobilizar as tropas estacionadas no país, o mais depressa possível. Foi com esta finalidade em mente, que em março, num discurso em Dallas²⁷¹, Kissinger proferiu: “Os EUA, não aceitarão mais intervenções cubanas no estrangeiro. Não somos a polícia do Mundo, mas não podemos permitir que a União Soviética e os seus aliados o sejam, se é que nos importamos suficientemente com a nossa segurança e o destino da liberdade no Mundo”. Esta mensagem foi acompanhada da sinalização de possíveis penalizações que poderiam vir a ser impostas contra Cuba e contra a própria União Soviética e passariam por um novo bloqueio a Cuba, seguindo o modelo de 1962 ou por um reforço das tropas na base de Guantánamo, que poderiam ser usadas para alargar o seu perímetro ou, no limite, realizar uma invasão ou um ataque aéreo. Além destes avisos, o desagrado norte-americano com a intervenção soviética foi demonstrado com o adiamento da assinatura do novo acordo de inspeção de testes nucleares, entre Brejnev e Ford, mas ainda pelo cancelamento dos encontros oficiais agendados, em matérias de energia e economia.

Relativamente aos sinais americanos direcionados à União Soviética, estes foram encarados a nível nacional como uma “retórica inútil”, segundo as palavras do líder da maioria no Senado, Mike Mansfield. A opinião divulgada na imprensa americana e que se propagava pela população exigia uma ação mais forte, como a recusa do abastecimento de grão ou a recusa do respeito dos parâmetros dos acordos SALT. No entanto a recusa dos acordos SALT seria, à época, um verdadeiro passo em falso, seria, fundamentalmente, sabotar uma das conquistas mais relevantes da détente, iniciada em 1969, além de contraproducente, enfraqueceria a sua componente central.

De qualquer modo e apesar de terem apontado os alertas de Kissinger como tendo sido demasiado “tímidos”, estes avisos foram suficientemente claros, pelo que em abril de 1976 surgiram os primeiros indícios de que os soviéticos e os cubanos começavam a obedecer. Em janeiro, na ocasião da viagem de Kissinger a Moscovo, ficou estabelecido o compromisso de que não seria levada a cabo nenhuma extensão das tropas cubanas a Moçambique, Rodésia ou Namíbia²⁷², territórios que reuniam as condições ideais para serem intervencionados. Em maio, quando Kissinger visitava Estocolmo, o primeiro-ministro sueco, Olof Palme, recebeu uma carta de Castro, para que este transmitisse a informação ao secretário de Estado norte-

²⁷¹ Foreign Policy and National Security Address by Henry Kissinger, World Affairs Council of Dallas.

²⁷² Odd Arne Westad, *Moscow and the Angolan Crisis, 1974-1976*. P. 10.

americano, de que as forças cubanas seriam removidas de Angola a um ritmo de 200 homens por mês.

Foi com base nestas dinâmicas externas que a guerra civil angolana, num continente “exótico” e com o qual nenhuma das duas superpotências rivais tinha ligações, contribuiu para que estas levassem a cabo intervenções em larga escala, que viriam a envenenar o nobre projeto político da détente, não voltando o mesmo a ter o brilhantismo que lhe pode ser apontado até ao ano de 1974.

Bibliografia

Fontes primárias

Amount of Nuclear Warheads in the Arms Race: uma comparação entre Estados Unidos e a União Soviética – ANEXOS ;

CHURCHILL, Winston, *The Sinews of Peace* – Iron Curtain Speech - <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116180.pdf?v=0e4664808640d7cd47333121af5424bc> ;

Cold War International History Project Bulletin, Woodrow Wilson International Center for Scholars, Washington D.C. [Winter 1996/1997] - https://www.lemonde.fr/archives/article/1975/05/03/lisbonne-le-parti-socialiste-demande-au-m-f-a-d-arbitrer-son-conflit-avec-le-p-c-p_2589704_1819218.html ;

David Binder, SENATE VOTES TO CUT OFF COVERT AID FOR ANGOLANS; FORD PREDICTS A ‘TRAGEDY’. New York Times article - <https://www.nytimes.com/1975/12/20/archives/senate-votes-to-cut-off-covert-aid-for-angolans-ford-predicts-a.html> ;

Diário do Governo – Lei nº7/74, 27/ de julho de 1974 - https://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituente/med01020179j.html ;

Ethics in Government, Act of 1978 - <https://www.govinfo.gov/content/pkg/USCODE-2010-title5/pdf/USCODE-2010-title5-app-ethicsing.pdf> ;

From Old Files, a New Story of U.S. Role in Angolan War – Howard W. French, New York Times [March 31, 2002] - <https://www.nytimes.com/2002/03/31/world/from-old-files-a-new-story-of-us-role-in-angolan-war.html> ;

Interim Agreement between the United States of America and The Union of Soviet Socialist Republics on certain measures with respect to the Limitations of Strategic Offensive Arms (SALT I) - https://aerospace.org/sites/default/files/policy_archives/Interim%20Agreement%20on%20Strategic%20Offensive%20Arms%20May72.pdf ;

Interviews with Carlos Cadelo, the Communist party official whose portfolio included Angola (Havana, 7 July 1995), and with Félix Véliz Hernández (Havana, 3 July 1995) and Luis Mario Burgos (Havana, 24 June 1994), MINFAR, “Síntesis histórica de la ayuda internacionalista de

Cuba a la R.P.A. [Summary of the history of the internationalist assistance given by Cuba to the P.R.A.],” n.d., 3, Archives of the Instituto de Historia de Cuba, Havana. (Hereafter “Síntesis”, PP1-20 -

https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/documents/publication/CWIHP_Bulletin_8-9.pdf ;

Kissinger’s Warnings on Africa – Bernard Gwertzman, Special to The New York Times, [March 29, 1976] - <https://www.nytimes.com/1976/03/29/archives/kissingers-warnings-on-africa-admonition-to-cuba-and-soviet-seen-as.html> ;

Memorandum from Henry A. Kissinger for the President», May 29, 1975 - <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1553092.pdf> ;

Memorandum from Sonnenfeldt to the Secretary. Portugal: Courses of Action - https://wikileaks.org/plusd/cables/1975STATE208687_b.html ;

Peking Review 31, 1 August 1975, pp.8-9 - <https://www.marxists.org/subject/china/peking-review/1975/PR1975-31.pdf> ;

Portuguese Quit Angola As the Civil War Goes On – Michael T. Kaufman; Special to The New York Times, [Nov.11, 1975] - <https://www.nytimes.com/1975/11/11/archives/portuguese-quit-angola-as-the-civil-war-goes-on-lisbon-aide-lowers.html> ;

Report of the CPSU Central Committee and the immediate tasks of the Party in home and foreign policy. Delivered by Brezhnev - <https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/53033/2/254391.pdf> ;

Senate votes to cut off Covert Aid for Angolans; Ford predicts a “Tragedy” – David Binder The New York Time, [Dec. 20, 1975] - <https://www.nytimes.com/1975/12/20/archives/senate-votes-to-cut-off-covert-aid-for-angolans-ford-predicts-a.html> ;

SHABECOFF, Philip. President Warns Policy of Détente Ears Interfering - <https://www.nytimes.com/1974/06/06/archives/president-warns-policy-of-detente-ears-interfering.html> ;

Talking points for Secretary of State Kissinger. NSC meeting on Angola, Friday, June 27, 1975.” National Security Archive (NSArchive Angola collection of documents obtained through the Freedom of Information Act (hereafter “National Security Archive Angola FOIA collection”) - <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0312/1552391.pdf>

The impact of technological transfer on the USSR – C.I.A.-
<https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T00176R000900010003-4.pdf> ;

The O.A.U. on Angola – The New York Times, [Jan. 10, 1976] -
<https://www.nytimes.com/1976/01/10/archives/the-oau-on-angola.html> .

The Observer, 20 April 1975, 11, and 18 May 1975, 5; Le Monde, 3 May 1975, 6 -
<https://www.lemonde.fr/archives-du-monde/03-05-1975/3/> ;

The Secretary's Principals and Regionals Directors Staff Meeting, December 9, 1974, NA,
SDR, Entry 5177 - <https://2001-2009.state.gov/documents/organization/67538.pdf> ;

The Secretary's Principals and Regionals Directors Staff Meeting, February 21, 1975 -
<https://2001-2009.state.gov/documents/organization/67569.pdf> ;

The Vladivostok Arms Control Agreement, Bulletin of the American Academy of Arts and
Sciences. Vol. 28, February 1975, PP. 4-15 -
<http://insidethecoldwar.org/sites/default/files/documents/Vladivostok%20Agreement%20and%20Communique.pdf> .

Fontes secundárias

ANTUNES, J. Freire., *Kennedy e Salazar: o Leão e a Raposa* (1991).

AVILLEZ, Maria João, *Soares, ditadura e revolução*.

BAKSHSH, Cierra, *A Brief Historiography of the Yom Kippur War*, Bakhsh, Fordham University.

BOVIN, Alexandre, *Six months of the Portuguese revolution*, *New Times (Moscow)* 43, October 1974.

BOWKER, M. and WILLIAMS, P. *Superpower Detente: A Reappraisal*, [1988].

BRESLAUER, George W. *Ideology and Learning in Soviet Third World Policy*, *World Politics* 39 (April 1987).

BRIDGLAND, Fred, *Jonas Savimbi - Uma Chave para África* (Editora Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1988).

CARLUCCI, Frank, *The View from US Embassy. US Department of State, Foreign Service Institute, Center for the Study of Foreign Affairs*, Washington D.C, 1987.

CERVELLÓ, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa*.

CHILCOTE, R. H., *Documents* (1972), *Problems of the Angolan Revolution* (January 1964).

CHILOTE, R. H., *Establishment of the FNLA*, 27 March 1962.

COKER, C., *NATO, The Warsaw Pact and Africa*, [1985].

COLMAN, Jonathan, *The Foreign Policy of Lyndon B. Johnson*. P.116-120. Edinburgh University Press.

COSTA CABRAL ANDRESEN GUIMARÃES, Fernando João. *The origins of the Angolan civil war: International politics and domestic political conflict 1961-1976* (London School of Economics and Political Science, March 1992).

CRUZEIRO, Maria Manuela, *Melo Antunes, O Sonhador Pragmático*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

CUNHAL, Álvaro, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril, A Contra-Revolução Confessa-se*, Lisboa, Edições Avante! 1999.

CUNHAL, Álvaro, *Rumo à Vitória*, Porto, Opinião, 1975.

DOBRYNIN, Anatoliy, (1995), *In Confidence: Moscow's Ambassador to America's six Cold War Presidents* (1962-1986).

Domínguez, Jorge I. *Cuba as superpower: Havana and Moscow, 1979* (Cold War International History, *Project Bulletin* 8-9).

DOTY, Paul, *Strategic Arms Limitation after SALT I*, The MIT Press.

EDWARDS, Geoffrey. *Human Rights and Basket III. Issues: Areas of Change and Continuity*, International Affairs, Vol. 61.

Entrevista a Manuel Santos Lima (janeiro de 1991) In. COSTA CABRAL ANDRESEN GUIMARÃES, Fernando João. *The origins of the Angolan civil war: International politics and domestic political conflict 1961-1976* (London School of Economics and Political Science, March 1992).

FUKUYAMA, Francis. *Moscow's Post-Brezhnev Reassessment of the Third World*.

G J Bender, *Angola Under the Portuguese, the Myth and the Reality* [1978].

GARTHOFF, Raymond, (1985). *Détente and confrontation*. New York: Brookings Institution.

GASPAR, Carlos e RATO, Vasco (1992): *O lugar de Zarodov*.

GASPAR, Carlos, International dimensions of the Portuguese transition.

GAVSHON, A *Crisis in Africa: Battleground of East and West* (Harmondsworth: Penguin Books, 1981).

GELDENHUYS, D., *South Africa's Search for Security since the Second World War*, [1978].

GELMAN, Harry, (1984), *The Brezhnev Politburo and the decline of détente*. Cornell University Press.

GERSON, Michael L., *The Sino-Soviet Border Conflict: Deterrence, Escalation and the Threat of Nuclear War in 1969*.

GIRLING, J.L.S. *The Guam Doctrine* (Oxford University Press).

GLEIJESES, Piero, *Havana's Policy in Africa, 1959-1976: New Evidence from Cuban Archives*.

GOLAN, Galia, *The Soviet Union and National Liberation Movements in the Third World* (New York: Unwin Hyman, 1988).

GONZÁLEZ BALLESTER, Andrés, *Estúdio de la colaboración militar cubano-angolana, 1975- 1976*, Havana, Instituto Superior de Relaciones Internacionales, 1989.

HUNTINGTON, Samuel P. *Patterns of Intervention: Americans and Soviets in the Third World* (The National Interest, 39-47).

JACKSON, Henry, *A life in politics* : 242-286. Seattle : University of Washington Press.

KESARIS, Paul, *The Soviet Union: Special Studies, 1970-1980*.

- KEYLOR, William, *História do Século XX, Lisboa*, Publicações Europa – América, 2001.
- KISSINGER, Henry (1982). *Years of upheaval* New York : Little, Brown.
- KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva, 2002.
- KISSINGER, Henry, *White House Years* New York : Little, Brown (1979).
- KLINGHOFFER and GONZALEZ, Edwards, *Cuba, the Soviet Union, and africa*.
- KLINGHOFFER, Arthur, *The Soviet Union and Angola*.
- LARA, Lúcio, *A história do MPLA [A History of the MPLA]*, n.d.
- LARKING, B., *China and africa 1949-1970*, [1971].
- LONG, Austin, *DETERRENCE: From Cold War to Long War*, RAND Corporation.
- MACFARLENE, S. N., *Superpower Rivalry and Third World Radicalism: The idea of National Liberation*, (1985).
- MARCUM, J. A. *The Angolan Revolution, Volume I: Anatomy of an Explosion 1950-1962* (Cambridge, Massachussetts: MIT Press, 1969).
- MARCUM, John A., *Front Commun des Parties Politiques de l'Angola*.
- MARCUM, John, *The Angolan Revolution Vol. II* (1960).
- MASTNY, Vojtech e BYRNE, Malcolm, *A Cardboard Castle? An Inside History of the Warsaw Pact 1955-1991*.
- MAXWELL, Kenneth, (2003), *The United States and the Portuguese decolonization (1974-1976)*.
- MAXWELL, Kenneth, *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1999.
- McGowan Pinheiro, Patrícia, *Politics of a Revolt* (1962).
- MORACÉN, Rafael, *Diário de campaña de Humberto Vazquez Mancevo*.
- MOREIRA SÁ, Tiago, Entrevista a Frank Carlucci , Washington DC, 26/10/2004, In. Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa. As Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal.
- MOREIRA SÁ, Tiago, *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa. As Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal*.
- NELSON, Keith L., *The Making of Détente: Soviet-American Relations in the Shadow of Vietnam*, John Hopkins University Press.

OLDBERG, Ingmar, (1982), *The Portuguese revolution of 1974-1975 and US foreign policy. Cooperation and Conflict*.

OLSON, Keith W., *Watergate: The Presidential Scandal that Shook America*. (2016).

OTTAWAY, M. D. *Afrocommunism*, [1986].

OTTOWAY, M., *Afrocommunism* (1986).

PACHECO PEREIRA, José, *O Partido Comunista Português*.

PACHECO PEREIRA, José, *O Partido Comunista Português*.

PAPP, Daniel S. Angola, *National Liberation and Soviet Union*.

RANCO SOUSA, A., *Mukanda ao Meu Irmão* (dezembro de 1990).

RATO, Vasco (2002). Reluctant departure. *The politics of military extrication in Portugal*. PhD, Georgetown University.

REIS, António, *O Partido Socialista na Revolução*.

REZOLA, Maria Inácia, *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*, Dissertação de Doutoramento, UNL, 2003.

REZOLA, Maria Inácia, *Um projeto alternativo de Esquerda: Melo Antunes, os militares e a transição para a Democracia portuguesa*. OpenEdition Journals.

RODRIGUES, Avelino, BORGA, Cesário, CARDOSO, Mário, *Portugal Depois de Abril*.

SAMUELS, M. A., *The Nationalist Parties* (1969).

SCOTT, Stuart Nash, *Notes on My Tour*.

SEILER, J., *South Africa's Regional Role*, [1981].

SELVAGE, Douglas E. and KEEFER, Edward C. *Foreign Relations of the United States, 1969-1976, Volume XXXIX*.

SOUSA SANTOS, Boaventura, *O Pulsar da Revolução*.

SPÍNOLA, António, *Ao Serviço de Portugal*. PP.120-121.

STARR, Jerold M. *The Lessons of the Vietnam War*.

STOCKWELL, John. *In Search of Enemies: A CIA Story* (W.W. Norton and Company INC. New York).

SZULC, Tad, *Lisbon & Washington: Behind the Portuguese Revolution*, Foreign Policy, nº21, Winter 1975, P.9.

TARNOFF, Curt, *The Marshall Plan: Design, Accomplishments and Significance*.

TIMMERMANN, Heinz (1987), *The decline of the world communist movement*.
Understanding Soviet Naval Developments – Department of Defense.

WESTAD, Odd Arne, *Moscow and the Angolan Crisis, 1974-1976: A New Pattern of Intervention*.

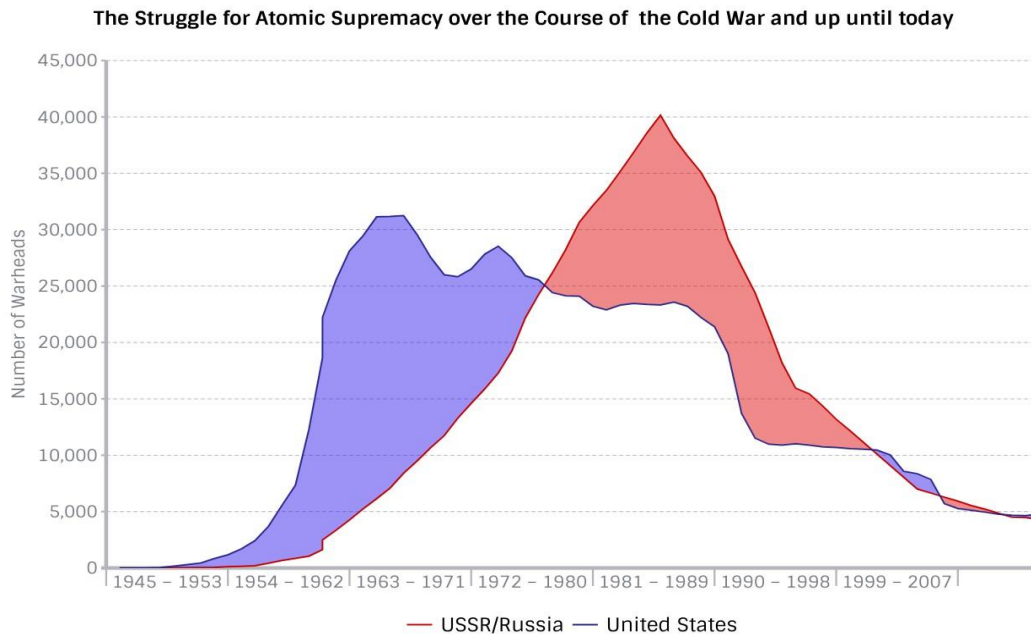
WHEELER, D. L., PELISSIER, R. H., *História de Angola* (1971).

YANG, Xinye. Henry Kissinger and The Shanghai Communiqué: The Man Who Facilitated the Opening To “China” and Changed the World.

YOUNG, C. *The Portuguese Coup and Zaire's Southern Africa Policy* [1980] P.208.

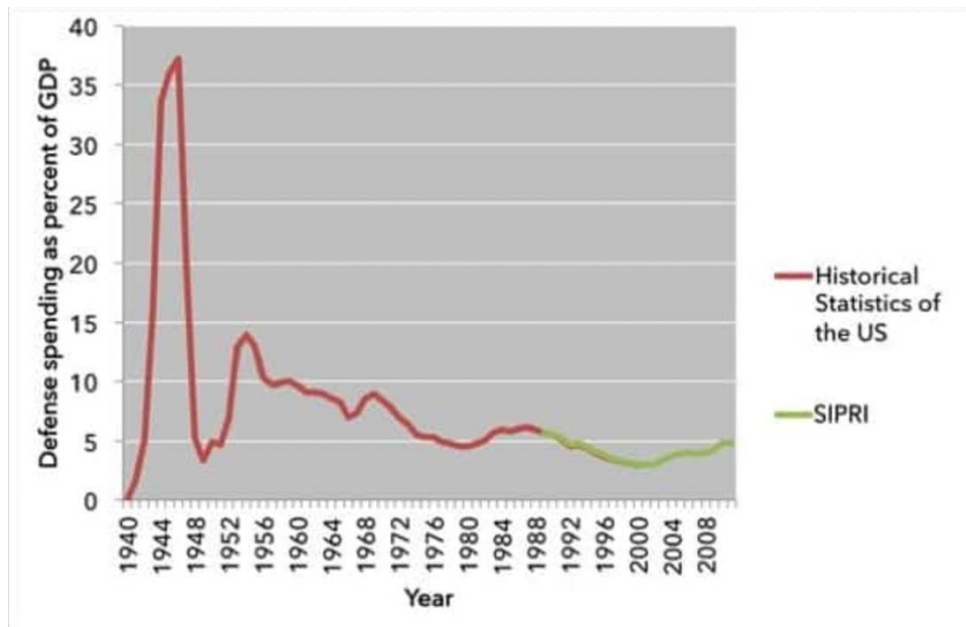
ANEXOS

Amount of Warheads in the Nuclear Arms Race



Source: <https://ourworldindata.org/nuclear-weapons>

Anexo 1.



Anexo 2. Fonte: <https://www.washingtonpost.com/news/wonk/wp/2012/08/28/defense-spending-in-the-u-s-in-four-charts/>